



DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

VOLUME II

Organizadores:
Magnay Erick Cavalcante Soares
Hercilio de Medeiros Sousa
Ivanildo Félix da Silva Júnior

ISBN: 978-65-5825-122-4

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Volume II

**Magnay Erick Cavalcante Soares
Hercilio de Medeiros Sousa
Ivanildo Félix da Silva Júnior
(Organizadores)**

Centro Universitário – UNIESP

Cabedelo - PB
2022



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNESP

Reitora

Érika Marques de Almeida Lima

Pró-Reitora Acadêmica

Iany Cavalcanti da Silva Barros

Editor-chefe

Cícero de Sousa Lacerda

Editores assistentes

Márcia de Albuquerque Alves
Josemary Marcionila F. R. de C. Rocha

Editora-técnica

Elaine Cristina de Brito Moreira

Corpo Editorial

Ana Margareth Sarmiento – Estética
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda
Érika Lira de Oliveira – Odontologia
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia
Jancelice dos Santos Santana – Enfermagem
José Carlos Ferreira da Luz – Direito
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores
Luciano de Santana Medeiros – Administração
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante – Ciências Contábeis
Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária
Rita de Cássia Alves Leal Cruz – Engenharia
Rodrigo Wanderley de Sousa Cruz – Educação Física
Sandra Suely de Lima Costa Martins
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright©2022 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

Designer Gráfico:

Mariana Morais de Oliveira Araújo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)**

D441 Desafios da educação no século XXI: diálogos interdisciplinares /
Organizadores, Magnay Erick Cavalcante Soares, Hercílio de
Medeiros Sousa, Ivanildo Félix da Silva Júnior. - Cabedelo, PB
: Editora UNIESP, 2022.

200 p. V. 2.

Tipo de Suporte: E-book
ISBN: 978-65-5825-122-4

1. Educação. 2. Inovação tecnológica. 3. Alfabetização. 4.
Letramento. 5. Biblioteca escolar. 6. Educação -
Interdisciplinaridade. 7. Pandemia – Covid-19. I. Título. II. Soares,
Magnay Erick Cavalcante. III. Sousa, Hercílio de Medeiros. IV. Silva
Júnior, Ivanildo Félix da.

CDU : 37

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Editora UNIESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,
Bloco Central – 2 andar – COOPERE
Morada Nova – Cabedelo – Paraíba
CEP: 58109-303

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADAS À EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO - Alyce Inês de Lima – UNIESP, Cícera Daniele Alves dos Santos – UNIESP e Fabiola de Araújo Albuquerque – UNIESP	06
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: os livros didáticos enquanto instrumento pedagógico para a aquisição dos mecanismos de leitura e escrita nos anos iniciais - Tamires Dias Bandeira – UNIESP e Magnay Erick Cavalcante Soares – UNIESP	31
PREVENÇÃO E COMBATE AO BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR - Ana Paula Trajano Almeida – UNIESP, Andriely do Nascimento Silva Trajano – UNIESP e Sheyla Domingos da Silva – UNIESP	55
SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES NA PANDEMIA DO COVID-19 - Brunna Maria Ana Freire Ferreira – UNIESP, Lucélia Maria da Silva – UNIESP e Maria da Conceição Costa Mendes Aguiar – UNIESP	78
TRABALHANDO ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL ATRAVÉS DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - Cristina Maria da Silva – UNIESP, Melânia de Brito Santana – UNIESP e Raimunda Mateus da Silva – UNIESP	97
A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DE LEITORES NO CONTEXTO EDUCACIONAL - Maria José de Santana Xavier Silva e Ivanildo Félix da Silva Júnior – UNIESP	123
PRÁTICAS EDUCACIONAIS MOTIVADAS PELAS TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA - Raquel Silva Brito – UNIESP, Aline Ranielly de Melo Silva – UNIESP e Gilmara Aires de Oliveira – UNIESP	143
OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO NOVO CENÁRIO DO ENSINO REMOTO - Wanielly de Oliveira Macedo Rodrigues – UNIESP, Rubenita dos Santos Medeiros – UNIESP e Ivanildo Félix da Silva Júnior – UNIESP	173

APRESENTAÇÃO

A globalização é uma realidade que aprofundou internacionalmente a integração de economias, políticas e culturas nos últimos 40 anos. Nessa condição de Aldeia Global em que vivemos, um dos aspectos sociais que mais sofreu mudanças estruturais, sem sombra de dúvidas, foi o processo de Educação Formal, especialmente a partir da ampliação do acesso a internet e da livre circulação de dados.

E nesse novo contexto, a educação ressurgiu "[...] como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social [...]" (DELORS et.al., 1996). A vocação para a pesquisa dos centros universitários cumpre hoje papel fundamental na observação e reflexão acerca dos fenômenos sociais que implicam em necessárias transformações nos modos de pensar, planejar e fazer a educação escolar, não mais pensada em termos de um período da vida humana, mas agora para toda a vida.

As exigências dos novos tempos de uma educação pluridimensional que potencialize a construção de novos conhecimentos a partir do aproveitamento máximo das sinergias educativas foi a motivação de egressos do curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIESP que resultaram no conjunto dessa obra dividida em duas partes. No livro I, estão reunidos os resultados de pesquisa que demonstram a preocupação desses(as) jovens pesquisadores(a) desde reflexão a respeito da importância da participação ativa das famílias enquanto parceiras da escola no processo de formação das crianças, perpassando por questões relativas à necessidade de uma educação mais alinhada ao Século XXI, tratando questões importantes, tais como: metodologias ativas enquanto recurso para motivação e engajamento nos processos de ensino-aprendizagem; a educação inclusiva frente à formação de crianças autistas no ensino regular etc.

No livro II, estão reunidos os resultados de pesquisas voltadas a reflexão a partir de um olhar um pouco mais detido acerca dos desafios enfrentados pela educação infantil no recente período de dois anos de suspensão das aulas presenciais em função da pandemia do COVID-19, observando, por exemplo, os desafios enfrentados pelos(a) docentes em contexto de ensino remoto, que resultaram em transformações digitais das práticas educacionais e os impactos das dificuldades enfrentadas na saúde mental dos profissionais de educação, bem como sobre questões sensíveis à educação, como a prática do bullying e cyberbullying.

O Centro Universitário UNIESP assume como missão, desde a sua fundação pelos seus idealizadores, a formação ampla e de qualidade, perpassando, portanto, as dimensões do ensino, pesquisa e extensão. E, portanto, com imenso prazer que, através da Editora UNIESP, a instituição dá visibilidade aos resultados das pesquisas realizadas pelos seus discentes, reunindo e disponibilizando à sociedade amplo, vasto e riquíssimo material bibliográfico para futuras pesquisas.

Os organizadores

NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADAS À EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO

Alyce Inês de Lima – UNIESP
Cícera Daniele Alves dos Santos – UNIESP
Fabiola de Araújo Albuquerque – UNIESP

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias estão presentes em nosso cotidiano e elas têm transformado a vida de milhares de pessoas em todo o mundo. Na educação estas ferramentas digitais têm sido essenciais para que os alunos consigam desenvolver sua aprendizagem em diferentes ambientes e não apenas na sala de aula regular. Esta mudança na educação tem sido necessária principalmente no momento de pandemia que o mundo enfrenta com o Covid-19.

Segundo Mendes (2007) há um novo modelo de aprendizagem que surge a partir das novas tecnologias fazendo com que o ensino e aprendizagem vão além dos muros da escola. Os espaços digitais de aprendizagem possibilitam aos alunos uma educação mais dinâmica e flexível com trocas significativas e a participação efetiva de alunos e professores neste sentido.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) apontam que o uso das tecnologias de informação e comunicação na educação possibilita o desenvolvimento intelectual, cultural e social dos alunos, pois este tipo de educação cria redes de produção colaborativa levando os educandos a desenvolverem sua aprendizagem e conhecimento de forma participativa e atuante.

De acordo com os PCNS (2007) a linguagem cultural tem incluído cada dia mais o uso dos diversos recursos tecnológicos para produção de processos comunicativos, ou seja, por meio do “uso de diferentes códigos de significação (novas maneiras de se expressar e de se relacionar) seja por meios gráficos, inúmeros meios audiovisuais e multimídia disponibilizam dados e informações, permitindo novas formas de comunicação educandos” (p.135).

Diante do exposto nos PCNS, o espaço educacional foi transformado pelas novas tecnologias da informação e comunicação favorecendo a aprendizagem ativa, a representação de ideias, comparação de resultados, reflexão sobre sua ação e capacidade de tomar decisões, depurando assim o processo de construção de conhecimentos.

Quanto ao uso das tecnologias pelos professores estes precisam além, de ter uma formação adequada, dinamizar o plano aproveitando ao máximo os recursos disponíveis nos ambientes de aprendizagem sendo assim, o professor precisa possibilitar aos alunos uma aprendizagem significativa sobre as práticas sociais que utilizam tecnologia desenvolvendo suas habilidades e atitudes e lavando-os a se relacionarem com a tecnologia na vida.

A escolha deste tema se deu a partir da atual conjuntura que vivenciamos com as aulas remotas devido à pandemia e experiência da pesquisadora com este tipo de ensino. Muitos estudos apontam para a necessidade de reflexão sobre o uso das novas tecnologias da informação e comunicação na escola neste momento de pandemia que estamos enfrentando.

Desta forma, questiona-se qual o papel das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à educação no ensino remoto e para tal feito o presente trabalho tem objetivo geral refletir sobre o uso das NTICs na educação e como objetivos específicos elencou-se: compreender as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação em suas características.

Buscamos nos ancorar teoricamente na literatura especializada, partindo de autores que tratem do uso das tecnologias na educação, com especial atenção às contribuições de Sousa; Moita; Carvalho (2011), Pocinho; Gaspar (2012), Moran (2000), Chaves (2004), Kenski (2007) entre outros, a partir de um estudo de natureza bibliográfica, fundamentalmente de cunho qualitativo-interpretativista, sobre o tema em livros especializados, teses, dissertações e artigos científicos publicados pela comunidade acadêmica, com o propósito de suscitar algumas reflexões que consideramos pertinentes à abordagem do tema.

2 NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: O QUE SÃO E POR QUE SÃO ESSENCIAIS

Desde que a espécie humana despontou em nosso planeta como a espécie dominante, a capacidade de refletir e, a partir da reflexão produzir novos conhecimentos tem sido apontada como a característica que nos torna expoentes dentre todas as espécies animais existentes na face da Terra. Nesse contexto, a tecnologia, aqui entendida como qualquer recurso inventado pelo homem para não só facilitar a sua vida, mas também para auxiliar na perpetuação da espécie é compreendida como instrumento de poder.

O uso das tecnologias representa, portanto, o exercício de um poder inerente à espécie humana. Ela amplia as possibilidades em todos os sentidos, melhorando a vida das pessoas e ampliando as forças de produção e transmissão de novos conhecimentos. A tecnologia reduz as distâncias, amplia os espaços, possibilita uma educação com mais recursos, favorecendo em todos os sentidos a vida das pessoas.

No entanto, é necessário saber usar estas tecnologias para que esses avanços tenham frutos predominantemente positivos. É preciso prepara as atuais e futuras gerações para lidar com o repertório tecnológico de cada tempo, aprendendo com o olhar para o passado e projetando o futuro a partir do conhecimento socialmente acumulado ao longo da história da humanidade.

A sociedade tem depositado essa missão sob a tutela dos sistemas de ensino que, por sua vez, precisam pensar a educação das gerações a partir das particularidades tecnológicas de cada tempo, criando projetos motivadores em todas as modalidades de ensino, seja presencial, a distância ou, até mesmo, remoto em tempos excepcionais, como o que vivemos no mundo em função da necessidade do distanciamento social enquanto medida para a contenção da proliferação do COVID-19.

As Novas Tecnologias da Informação e Comunicação [NTICs] surgiram para facilitar a vida das pessoas e na educação isso não foi diferente. O uso da tecnologia foi ganhando novos espaços sociais e na educação o seu uso tem promovido mudanças significativas, especialmente na maneira de se fazer educação.

Vale destacar que a presença dos elementos tecnológicos na sociedade mudou a forma dos indivíduos se comunicarem, se relacionarem e construírem seus conhecimentos. Esta forma de interação na educação contribuiu com a continuidade da educação em espaços que vão além dos muros da escola.

Segundo Furlan e Menegazzo (2017), a interação por meio do uso das tecnologias amplia cada vez mais o diálogo, as descobertas e a capacidade dos indivíduos de se aperfeiçoarem, descobrindo cada vez mais novas formas de ensino e aprendizagem. Os novos meios de comunicação, podemos dizer, têm sido fundamentais no surgimento e desenvolvimento de comunidades de aprendizagem,

onde sujeitos de qualquer parte do mundo podem se engajar em um projeto de construção colaborativa de novos conhecimentos.

Não se pode mais questionar o fato de que o uso dos recursos tecnológicos contribui significativamente para o desenvolvimento da aprendizagem, pois estamos inseridos em uma sociedade da informação, onde os recursos digitais já fazem parte do nosso cotidiano. Diante disso, Amorin (2011) destaca que professores e alunos tem feito uso dessas tecnologias, ampliando assim as possibilidades de ensino e aprendizagem.

Os recursos tecnológicos ampliam a aprendizagem, pois aproximaram professores e alunos dos avanços presentes na sociedade no tocante ao armazenamento, transformação, produção e transmissão de informações. Em uma sociedade cada vez mais tecnológica, esses saberes são necessários porque estamos inseridos em uma realidade cada vez mais virtual e tecnológica em todos os setores sociais.

As NTICs, em tempos de pandemia, têm oferecido um suporte essencial para o desenvolvimento das aulas remotas, uma vez que têm permitido a professores e alunos reproduzirem conhecimentos do ambiente escolar direto do conforto e da segurança de seus lares. Sendo assim, as NTICs permitem que o distanciamento social não cause tantos danos a educação, pois por meio das ferramentas tecnológicas, a escola vislumbrou uma nova perspectiva de aprendizagem, rompendo temporariamente com o ensino tradicional presencial e inserindo-se, através das mídias eletrônicas e das telecomunicações, em uma construção coletiva e colaborativa de conhecimento (RAMOS, 2014).

As tecnologias mediam o ensino e a aprendizagem à distância, reduzindo os problemas causados pelo distanciamento social. Esse tipo de ensino remoto possibilitou uma oferta de educação muito mais ampla, ancorada em uma base de dados digitais mediados por um leque de ferramentas que oportunizou o surgimento de uma infinidade de objetos de aprendizagem.

Se, por um lado, por meio das tecnologias tem sido possível reduzir as distâncias entre os sujeitos da aprendizagem, por outro lado, não se trata apenas da transmissão de conhecimentos através das ferramentas digitais, mas, da criação de ambientes de aprendizagem onde o aluno possa construir seu conhecimento, através da mediação do professor, de forma dinâmica e autônoma. Nesta direção,

as NTICs trouxeram mais flexibilidade de tempo, quebrando as barreiras espaciais, e possibilitando a interatividade e a interação.

Sousa, Moita e Carvalho (2011) destacam que:

A inclusão digital é incompatível com modelos educacionais baseados no exercício de poder do docente, da comunicação unilateral, no exercício repetitivo, no controle do discente. Assim as NTIC geram a possibilidade de comunicação, informação, cooperação e colaboração, extensão da memória, a publicação de informações e mensagens, por serem instrumentos capazes de junto as pessoas com deficiências renovar as situações de interação, expressão, criação, de modo muito diferente das tradicionalmente fundamentadas na escrita através dos meios impressos (SOUSA, MOITA, CARVALHO, 2011, p.98).

Na reflexão dos autores, o uso das tecnologias na educação deve priorizar o desenvolvimento de habilidades e competências relativas ao dinamismo e criatividade, e ampliar as possibilidades de aprendizagem através do uso de ferramentas que favoreçam a construção de conhecimentos autêntico e autoral, não apenas a transmissão do repertório sociocultural acumulado ao longo da história.

Convém ainda, no bojo dessa discussão, chamar a atenção para a importância desses métodos técnicas baseadas nas NTICs para os alunos com deficiências, que precisam ainda mais dessas tecnologias para favorecer sua aprendizagem. Esse é um dos desafios da tecnologia na educação, pois é preciso usar estas tecnologias também a favor dos alunos com necessidades especiais.

As tecnologias quando usadas como meios pedagógicos alternativos contribuem para o ensino e aprendizagem dos alunos. No entanto, faz-se imperativo destacar a necessidade de o professor receber formação adequada para saber planejar os conteúdos de sua área do saber (disciplina da grade curricular), tornando-os mais atrativos e interessantes para os seus alunos.

É preciso, portanto, que o uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação no ensino remoto seja bem planejado, com soluções criativas que vão além de padrões pré-formatados, que se limitam a tentar reproduzir virtualmente o ambiente presencial de uma sala de aula.

Nesta direção, Almeida e Daven (2020) chamam a atenção para um dos desafios e possibilidades do uso das tecnologias na educação, que diz respeito à organização do trabalho pedagógico, que precisa contemplar um planejamento dinâmico, criativo e conjunto, levando em consideração todos os alunos, principalmente os que não têm acesso às ferramentas tecnológicas.

Um dos principais desafios citados por Almeida e Daven (op.cit.) e, talvez, o mais limitante, por assim dizer, é a falta de acessibilidade às ferramentas tecnológicas, pois conforme os autores comentam, ainda existem muitas e profundas desigualdades sociais em nosso país, que se tornaram ainda mais evitentes ao longo desse período de ensino remoto, sendo necessário o apoio efetivo por parte dos governos para garantir mais acessibilidade para as famílias.

Embora a informatização seja um processo lento, ela vem avançando nas mais diversas direções e algumas ferramentas como Whatsapp contribuem largamente para a democratização da comunicação dos professores entre si, com seus alunos e com os pais destes em tempos de pandemia.

Araújo et al. (2017) vem reforçar a necessidade de reflexão sobre o papel da tecnologia na educação em um contexto de isolamento e distanciamento social, afirmando que o uso das ferramentas digitais aproximam as pessoas, sendo, portanto, uma ferramenta essencial para que os professores façam a educação acontecer. Afirmam, ainda, que as tecnologias fazem parte do nosso cotidiano e em tempos de pandemia conseguem alcançar os alunos, reduzindo as distancias e possibilitando novas forma de educar e de aprender.

3 TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO EDUCACIONAL PELAS NTICS

A Educação a Distância (EAD) é uma modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.9.394/96), que tem como finalidade oferecer cursos sequenciais, de graduação e de pós-graduação, ofertados semi-presencialmente e totalmente a distância. A regulamentação desse tipo de ensino gerou no país um crescimento significativo dessa modalidade de ensino (BRASIL.,1996).

De acordo com o Decreto Nº 5.622/2005(BRASIL, 2005), que regulamenta o artigo 80 da LDB, a EAD é:

Uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005, p. 1).

Diante disso, as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, quando inseridas na educação, mostram-se desafiadoras e exigem, por parte dos

professores e alunos, o compromisso com essa nova forma de ensino aprendizagem, sendo, cada vez mais necessário, que os professores se atualizem para fazerem uso dessas ferramentas. Dessa forma, é preciso explorar os recursos disponíveis para o estabelecimento da interação pedagógica e o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem (RAMOS, 2011).

Contudo, o que representa para nós aqui enquanto objeto de investigação é o que o Conselho Nacional de Educação [CNE] convencionou chamar de **atividades pedagógicas não presenciais** de ensino, em outros termos, o ensino remoto. O próprio texto da resolução busca esclarecer o que se entende por atividades pedagógicas não presenciais, vejamos:

Art. 14. Por atividades pedagógicas não presenciais na Educação Básica, entende-se o conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológica ou por outros meios, a fim de garantir atendimento escolar essencial durante o período de restrições de presença física de estudantes na unidade educacional (CNE, 2020, p.5).

Convém destacar as diferenças entre EAD e Ensino Remoto. Enquanto aquela se constitui em uma **modalidade de ensino** prevista em lei (LDB 9.394, 1996), formatada para atender as necessidades de expansão do Ensino Superior, ampliando o acesso a estudantes de regiões de difícil acesso do país aos cursos universitários e profissionalizantes, o ensino remoto surgiu como uma alternativa **emergencial e temporária** para garantir a manutenção do acesso à Educação Básica regular (ensino infantil, ensino fundamental I / II e ensino médio) que, essencialmente presencial, precisou ser suspensa em razão de o isolamento social provado pela pandemia do COVID-19.

A resolução nº 2 do CNE institui as Diretrizes Nacionais orientadoras para a implantação, em regime de emergência, do ensino remoto emergencial, apontando as responsabilidades de cada uma das instâncias da educação. Às Secretarias de Educação coube:

I - planejar a reorganização dos ambientes de aprendizagem, comportando tecnologias disponíveis para o atendimento do disposto nos currículos; II - realizar atividades on-line síncronas e assíncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica; III - realizar atividades de avaliação on-line ou por meio de material impresso entregue desde o período de suspensão das aulas; e IV - utilizar mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) para estimular e orientar os estudos, pesquisas e projetos que podem ser computados no calendário e integrar o replanejamento curricular (CNE, 2020, p.5)

Todo o esforço institucional, técnico-administrativo das SEDECs deve ser revertido na apresentação e implantação dos meios e condições para que o ensino remoto ocorra, presentes nas diretrizes do artigo 14, parágrafo terceiro, que devem ser observadas pelas unidades de ensino, supervisionadas e auxiliadas pelas respectivas Secretarias de Educação:

I - por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); II - por meio de programas de televisão ou rádio; III - pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuídas aos estudantes e seus pais ou responsáveis; e IV - pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos (CNE, 2020, p.5).

Ramos (2011) aponta que é preciso incorporar as TICS na espaço educacional com mais propriedade, no entanto, alerta para o cuidado de se levar em conta a necessidade de promover uma formação continuada adequada de todo o corpo docente, que garanta o adequado desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à garantia do desenvolvimento cognitivo e social do aluno, através de uma infraestrutura física e de pessoal qualificado, a partir do planejamento, do acompanhamento e da avaliação constante.

O permanente avanço das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) leva a um novo paradigma do processo ensino aprendizagem, modificando a forma tradicional de vê a sala de aula. Nesta direção, os professores precisam adequar suas aulas para que as tecnologias atinjam seus objetivos na educação (POCINHO;GASPAR, 2012).

Durante todo o percurso escolar, é fundamental desenvolver e dotar alunos e professores de saberes e competências gerais, tendo sempre em conta a especificidade e a transversalidade das TIC. Os programas escolares deverão por isso assegurar o desenvolvimento destas novas competências, por um lado, aos alunos com um currículo potenciador de aprendizagens significativas ao nível da utilização do computador e da Internet. Por outro aos professores dotando a escola com condições para os formar continuamente, para que possam acompanhar os alunos (POCINHO; GASPAR, 2012, p.152).

Na reflexão de Pocinho e Gaspar (2012), eles enfatizam a importância dos professores se apropriarem das novas tecnologias com autonomia e conhecimento para oferecer aos seus alunos o suporte necessário. É primordial que os professores

conheçam bem as ferramentas para poderem explorar ao máximo os recursos disponíveis, motivando seus alunos e possibilitando mais conhecimento.

Potencializar o uso das ferramentas digitais é extremamente desafiador, principalmente para os professores que não têm muita afinidade com as novas tecnologias e, neste sentido, um dos desafios do ensino remoto repousa exatamente na falta de conhecimento dos professores, sendo necessário que eles se submetam a uma formação continuada, nesse sentido.

Moran (2000) destaca que

[...] Na sociedade da informação todos estamos reaprendendo a conhecer, a comunicar-nos, a ensinar e a aprender; a integrar o humano e o tecnológico; a integrar o individual, o grupal e o social. As mudanças qualitativas acontecem quando conseguimos integrar dentro de uma visão inovadora todas as tecnologias. (MORAN, 2000, p. 07).

O autor deixa clara a importância da adequação às novas tecnologias, o que tem mudado o jeito de aprender e, conseqüentemente, ensinar. A inserção das tecnologias no contexto do ensino aprendizagem faz com que professores e alunos se aproximem mais das mídias digitais. Desse modo, os professores que têm como desafio se adequar a este novo ambiente de trabalho, buscando pensar e fazer educação de forma mais dinâmica. Desta maneira, faz-se necessário, além de adequado planejamento, a reorganização dos currículos e das metodologias utilizadas na educação como um todo.

O uso das tecnologias digitais no contexto da educação especial também é essencial para o desenvolvimento desses alunos no atual contexto no qual estamos inseridos, pois os recursos da Tecnologia Assistida facilita o processo de ensino aprendizagem dos alunos da educação especial.

Diante desse quadro que as pesquisas em educação vêm retratando, a tecnologia, de um modo geral, veio ao mundo para facilitar a vida humana, dando melhores condições para que todos se favoreçam da aprendizagem, garantindo o direito essencial e inalienável de participar das aulas também no formato remoto, pois a educação para todos engloba o direito de todos, irrestritamente. O uso de tecnologias assistivas oferece condições de aprendizagem e ensino, garantindo assim mais acessibilidade àqueles historicamente marginalizados e, conseqüentemente, negligenciados pelo poder público (FACHINETTI; CARNEIRO, 2017).

Um dos maiores desafios, portanto, do uso das tecnologias na educação, além da formação adequada dos professores é a acessibilidade dos alunos da educação especial à educação, primeiramente, e agora, por extensão dos efeitos do isolamento social, às Novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

Que as tecnologias assistivas transformam a educação já não se tem mais dúvidas, porque através destas os alunos conseguem desenvolver suas habilidades. É preciso, no entanto, usar essas tecnologias a favor desses alunos, valorizando suas potencialidades e incentivando a superação das suas dificuldades.

Neste entendimento, Almeida e Dalven (2020) trazem uma reflexão sobre algumas dificuldades enfrentadas diante de todas as transformações do espaço educacional, citando entre elas a falta de infraestrutura de muitas famílias para realizar as atividades remotas diante das condições sociais nas quais estas familiares estão inseridas.

Esses desafios, segundo os autores, independem fundamentalmente do esforço dos professores e da escola como um todo, pois é preciso ter acessibilidade necessária para acompanhar as aulas e esta compete essencialmente às famílias que, na realidade dos sistemas públicos de ensino, encontram-se, na grande maioria das vezes, em condições precárias de subsistência, enfrentando dificuldades até mesmo para garantir uma alimentação adequada às crianças.

Os autores apontam para a necessidade do ensino remoto ter um formato acessível para todos, pois o uso das tecnologias só é possível com recursos e muitas vezes estes não fazem parte da realidade de todos os alunos e escolas. Nesta direção, transformar também é incluir e a inclusão de todos depende de iniciativas governamentais, muitas das vezes, para que nas escolas os alunos tenham o acesso a essas tecnologias, bem como meios e condições de também acessar em casa as aulas disponíveis nos meios digitais. Toda mudança é desafiadora e por isso, depende da participação de todos, inclusive do governo para que as tecnologias se tornem acessíveis.

Na visão de Almeida e Dalven (op.cit.), a aceitação, incorporação e sucesso de toda inovação depende da participação de todos e, principalmente do acesso por todos, pois a educação é um direito essencial, que não pode ser negociada, nem tão pouco negligenciada, seja ela de forma presencial ou remota. Sendo assim, a

educação especial também precisa ser contemplada nas aulas remotas de forma ética, responsável e acessível.

4 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE ENSINO REMOTO: AS NTICS APLICADAS A EDUCAÇÃO

As tecnologias se tornaram ainda essenciais durante esse momento pelo qual estamos vivendo, pois elas permitem que o ensino chegue a diferentes lugares. No entanto, existem algumas dificuldades enfrentadas por alunos e professores, dentre as quais destacamos a falta de acesso às tecnologias e a falta de uma formação para atuar com essas novas ferramentas por parte dos educadores.

O uso das tecnologias no trabalho docente exige concepções e metodologias de ensino diferentes das tradicionais, para atender as necessidades educacionais contemporâneas. Portanto, é necessário que os professores desenvolvam um debate sobre a relevância das tecnologias no trabalho docente e sobre a melhor maneira de usá-las, para que não sejam vistas e trabalhadas como um recurso meramente técnico (CHAVES, 2004, p. 2).

Diante da fala de Chaves (2004), podemos inferir que o uso das tecnologias na educação exige dos professores uma dinâmica de trabalho diferenciado, reunindo esforços intelectuais e operacionais para aperfeiçoar os processos de aprendizagem, objetivando a motivação e engajamento dos discentes com as atividades pedagógicas.

Stinghen (2016) destaca que entre as dificuldades relatadas pelos professores para usar as tecnologias em contexto educacional estão a falta de equipamentos na escola, a falta de manutenção dos que existem e a formação de professores. Sem uma boa infraestrutura e sem investimento nessa área não é possível desenvolver um bom trabalho, pois é necessário que os professores tenham acesso a bons equipamentos e a uma formação adequada para usar as tecnologias em suas práticas pedagógicas.

Na educação, as ferramentas disponíveis online, no sistema do computador, em celulares e aplicativos exigem, por parte dos professores, conhecimentos específicos para que estes possam utilizar com autonomia estes recursos, conhecimentos estes que implicam em habilidades não necessariamente desenvolvidas durante o período de graduação. Nesta direção, Machado (2004)

afirma que não se trata apenas de discutir o uso ou não uso das tecnologias, mas os meios para que estes sejam incorporados de maneira produtiva.

Nesta direção, Kenski (2001) afirma que os professores precisam ter condições para poder fazer uso do ambiente e das ferramentas digitais visando transformar o isolamento, a indiferença e a alienação com que costumeiramente os alunos frequentam as salas de aula, em interesse e colaboração, tornando-se, assim, cidadãos participativos.

A maioria dos educadores, apesar de já conviver com ferramentas tecnológicas que possuem potencial para se tornarem instrumentos pedagógicos, não sabe como utilizar essas ferramentas, ou desconhece as suas potencialidades dentro do ambiente escolar. Para que as TICs possam trazer alterações no processo educativo, no entanto, elas precisam ser compreendidas e incorporadas pedagogicamente. Isso significa que é preciso respeitar as especificidades do ensino e da própria tecnologia para poder garantir que o seu uso, realmente, faça diferença. Não basta usar a televisão ou o computador, é preciso saber usar de forma pedagogicamente correta à tecnologia escolhida (KENSKI, 2007, p.46).

Na visão de Kenski (2007), alguns professores não sabem fazer uso destas tecnologias, o que é uma barreira para que desenvolvam um trabalho de qualidade, pois para que possam explorar todas as ferramentas disponíveis nas tecnologias, esses profissionais precisam ter conhecimentos, que se traduzam em habilidades nesta área, para que tenham uma postura atuante, levando seus alunos a interagirem, refletirem e desenvolverem suas habilidades e competências.

Nesse contexto, Sampaio (1998) destaca que o currículo deve contemplar a novas demandas da sociedade, levando os alunos a desenvolverem as habilidades necessárias para serem cidadãos críticos e participativos. Nesta direção, a inserção das tecnologias no contexto escolar traz novos desafios e possibilidades importantes para o processo de ensino aprendizagem.

Fontoura (2018) destaca desta ainda que em um estudo realizado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br5) apontaram que 54% dos professores não tem formação adequada para usar computadores, internet e seus recursos em contexto educacional e que apenas 20% dos professores confirmaram ter realizado cursos de formação continuada que favoreceram o desenvolvimento de habilidades relativas ao uso das NTICs nas práticas pedagógicas.

Diante disso, as aulas remotas são mais desafiantes para estes educadores que ainda não possuem os conhecimentos e habilidades necessárias para aplicar as NTCS na educação. Algumas das muitas problemáticas relacionadas ao nosso sistema educacional têm se apresentado na pandemia e a possibilidade de se desenvolver atividades não presenciais (ensino remoto) foi ampliada para todos os seguimentos de ensino, devido ao atual contexto no qual estamos inseridos.

Aqui, é importante ressaltar que o Brasil tem regulamentado apenas a modalidade de Ensino a Distância [EAD]. De acordo com o parágrafo 1º do Decreto nº 9057/2017, a educação a distância é uma modalidade educacional onde a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino aprendizagem ocorre através do uso de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, e a partir das políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis (BRASIL, 2017).

O mesmo não se pode dizer do Ensino Remoto Emergencial que, como próprio nome sugere, trata-se de uma medida emergencial, que não dispôs de tempo para ampla discussão e formatação entre especialistas na área da educação. O que se observa Brasil a fora são propostas baseadas na experiência em EAD que o nosso país tem, que nem sempre retornam resultados positivos, pois diversos fatores alargam o abismo que existe entre o público dos ensinos técnico e superior e o público da Educação Básica, dentre os quais podemos citar, para efeito de exemplo, a idade, a maturidade, as condições estruturais familiares etc.

É preciso, portanto, partir dessa experiência de pouco mais de um ano de ensino remoto emergencial, observando os resultados até então alcançados, considerando erros e acertos identificados por estados e municípios, para se preparar para um retorno presencial onde essas ferramentas acompanharão professores e alunos, passando a compor o ambiente de sala de aula e a rotina de estudos síncrono (presencial/remoto) e assíncrono (remoto).

Disponibilizar, além de qualificação profissional para os professores, o acesso aos meios e novas tecnologias de informação e comunicação para alunos e professores, para que todos tenham garantido o direito da acessibilidade as aulas é, sem sombra de dúvidas, o maior desafio do poder público, por assim dizer. Um outro desafio diz respeito a adaptação das aulas para os alunos com necessidades

educativas especiais, pois estes alunos também precisam ter a oportunidade de ensino por meios remotos em tempos de isolamento social.

Backes, Teles e Araújo (2020) destacam que incluir os alunos com deficiência no ensino remoto exige uma mudança de pensamento em relação ao fazer pedagógico, bem como a flexibilidade do uso destas tecnologias. Nesta direção, os profissionais envolvidos na aprendizagem dos alunos com deficiência precisam estar dispostos a desenvolver os vínculos afetivos, pois muitos desses alunos durante a pandemia tiveram mudanças em sua rotina, aumentando o estresse devido à falta de terapias neste período.

Desta forma, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser a base do trabalho desenvolvido com estes alunos, tendo em vista que o apoio multidisciplinar é essencial para o desenvolvimento do aluno com necessidades educativas especiais. A tecnologia digital

[...] está modificando o acesso às informações, à produção e a reconstrução do conhecimento, sinalizando a importância da superação das barreiras existentes entre as instituições e a comunidade, possibilitando que o local de aprendizagem possa ser a casa, o escritório, a sala de aula [...] (LUCIANO; BOFF; CHIARAMONTE, 2010, p. 211)

Diante do exposto, é preciso se adequar as tecnologias de tal forma que elas possam garantir a acessibilidade a todos, sem exceção, e uma educação de qualidade mesmo que de forma remota.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Considerando a realidade social excepcional pela qual passamos desde março de 2020 em função das medidas sanitárias voltadas à contenção da disseminação do COVID-19, esta pesquisa, por força da suspensão das aulas presenciais, enveredou pelo campo da a revisão bibliográfica, enquanto estratégia metodológica de investigação que se propõe, a partir de um enfoque teórico analítico, aprofundando-se na leitura de vários autores.

Dessa forma, optamos por realizar um levantamento bibliográfico sobre os desafios enfrentados pela educação em tempos de isolamento e distanciamento social, considerando as contribuições das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação para o processo de ensino aprendizagem, a partir do que se

desenhou em termos de novos ambientes de aprendizagem e o ensino remoto emergencial.

Optamos pela pesquisa bibliográfica por entender, nos moldes de Severino (2013) que esta se presta a partir da análise de registros científicos resultantes de pesquisas realizadas pelos centros universitários disponíveis em documentos impressos, como livros, artigos especializados, teses, dissertações etc.

A abordagem investigativa, portanto, estruturou-se substancialmente de forma qualitativa, com especial enfoque voltado ao caráter exploratório, na tentativa de contribuir com a compreensão da sociedade sobre o novo ambiente educacional, batizado de ensino remoto emergencial, a partir da utilização das Novas Tecnológicas da Informação e Comunicação a pandemia do novo coronavírus.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020 foram estabelecidas normas educacionais excepcionais para todos os sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade e inicialmente ambos os ensinos, público e privado, passaram a fazer uso das tecnologias de informação e comunicação para dar continuidade ao ano letivo de forma mas dinâmica.

Ramos (2011), Pocinho e Gaspar (2012) e Fachinetti e Carneiro (2017) apontaram que o uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação são ferramentas essenciais para o ensino remoto porque possibilitam ultrapassar as fronteiras físicas, fazendo com que o ensino chegue a todos os lugares. Desta maneira, os alunos da rede pública e privada passaram a utilizar tais recursos para dar continuidade as seus estudos.

O Art. 4º do Decreto trata, por exemplo, da necessidade do cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Básica, conforme a legislação educacional (LDB, art. 23) e a BNCC fazendo uso de diferentes critérios e formas de organização da trajetória escolar, destacando a integralização da carga horária mínima do ano letivo que foi afetado pela pandemia. Fica claro, portanto, que as escolas poderiam efetivar, no ano subsequente, o continuum curricular de 2 (duas) séries ou anos escolares contínuos.

Desta maneira, as escolas tiveram que proceder ao reordenamento curricular

do ano letivo de 2020 e, conseqüentemente, do ano letivo 2021, reprogramando e aumentando os dias letivos e a carga horária destes anos de modo contínuo, e contemplando os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior.

Diante desta flexibilização curricular, as escolas foram se adaptando a nova realidade imposta pela pandemia do COVID-19. No entanto, o que se percebeu foi que escolas privadas e públicas tomaram alguns rumos diferentes devido a maneira como conduziram o ensino em suas redes.

Como se sabe, as escolas privadas optaram mais rapidamente pelo ensino híbrido, primeiro porque atendem a um público significativamente menor que a rede pública de ensino. Contudo, em função evidente busca por se preparar para a retomada de suas atividades presenciais de ensino, os pais das crianças matriculadas na rede particular de ensino tiveram a opção de escolha entre o ensino híbrido e o ensino remoto, diferente da escola pública onde os alunos permaneceram tendo aulas remotas através de plataformas e de grupos em redes sociais.

Aqui é importante ressaltar o fato de que a rede particular de ensino sofreu uma pressão social maior em função de sua natureza econômica, aja vista esta depender da renda dos pais dos alunos para se manterem abertas e garantir a manutenção de seus quadros de funcionários.

Sendo assim, elas tomaram a iniciativa de manter um diálogo entre seus sindicatos para tratar do planejamento para a retomar das aulas presenciais o mais rapidamente, tão logo as condições sanitárias pudessem garantir a saúde de todos os sujeitos envolvidos no funcionamento das unidades escolares. Os gestores da rede privada só conseguiram o direito do ensino híbrido após a elaboração de um plano de retorno às aulas com segurança, para que professores e alunos não se contaminassem

O Ensino Híbrido, desejo das famílias e objetivo dos sistemas público e privado de ensino, compreende o uso de metodologias naturais da modalidade de ensino presencial, aliadas aos métodos e técnicas do modelo de ensino remoto, ou seja, os alunos têm garantido o acesso ao ensino presencial, complementando suas atividades de aprendizagem através do método remoto, fazendo o uso de plataformas virtuais.

Na escola pública este tipo de ensino não foi liberado inicialmente por diversas razões, como a falta de recursos para organizar as escolas públicas dentro dos padrões de higienização e distanciamento social necessários, bem como a falta da vacina para os professores. Somente agora, após o avanço da campanha de vacinação é que as redes municipais e estaduais de ensino planejam a retomada de suas atividades presenciais, mais especificamente a partir do mês de agosto de 2021.

Pensar a retomada das atividades presenciais de ensino só se tornou possível nos últimos meses após as Secretarias de Saúde de Estados e Municípios priorizar a vacinação dos professores, em alguns casos na contramão do que vinha sendo a orientação do Ministério da Saúde, que defendia o retorno às atividades presenciais nas escolas mesmo antes da imunização de toda a classe de trabalhadores em educação.

Dessa forma, o quadro epidemiológico começa a dar sinais de significativa redução das taxas de casos graves que demandam a internação hospitalar, favorecendo o planejamento do retorno às aulas presenciais já neste segundo semestre, feita de forma gradual, responsável e segura. Em alguns Estados brasileiros, como São Paulo, essa retomada das aulas já foi liberada na rede pública depois da queda dos casos de Covid-19 e do avanço da vacinação da população.

Já se antecipando a esse natural processo de retorno às atividades presenciais nos estabelecimentos de ensino, o artigo 8º do Decreto estabelece que:

Art. 8º Cabe aos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, bem como às secretarias de educação e às instituições escolares públicas, privadas, comunitárias e confessionais, definir seu calendário de retorno às aulas, em acordo com as decisões das autoridades sanitárias locais e dos entes federados, tendo em conta análise que identifique os riscos envolvidos na volta às aulas presenciais e, quando possível, apresentar mapeamento dos riscos locais e/ou regionais.

Diante disso, aos poucos o estado e os municípios têm planejado o retorno das aulas de forma híbrida na Paraíba. Com o avanço da vacinação, as aulas das escolas da rede pública de ensino estadual estão para serem retomadas de forma híbrida a partir de setembro, com 30% das turmas presencialmente e 70% na modalidade remota, seguindo as regras do Plano Educação Para Todos (PET-PB), publicado em fevereiro de 2021.

Com base no plano de retomada, as escolas públicas precisam se adequar as regras de distanciamento social, uso de máscara e uso de álcool gel para que o ensino híbrido também seja uma opção das escolas públicas. Vale destacar que os pais que quiserem continuar com seus filhos no ensino remoto terão este direito respeitado. Sendo assim, o ensino remoto continuará a fazer parte da educação, portanto, o uso das tecnologias continuará sendo ponte para os alunos que não poderão frequentar as escolas presencialmente.

Vale destacar, ainda, que as condições sociais precárias de alguns alunos da rede pública impediram que os mesmos tivessem a acessibilidade necessária para fazer uso destas ferramentas por diferentes razões, como: desemprego, falta de recursos materiais, entre outras nesta direção.

Fachinetti e Carneiro (2017) apontam, como um dos desafios do ensino remoto, a inclusão dos alunos especiais, enfatizando a necessidade das tecnologias assistivas para que estes tenham acesso a educação de forma remota, favorecendo, assim, seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

Outra dificuldade enfrentada e citada pelos autores do estudo foi a falta de preparação dos professores que não estavam aptos a fazerem uso destas tecnologias, tendo que se adaptarem a esta nova forma de ensinar. Ramos (2011) e Moran (2000) destacaram a falta de qualificação dos professores, a falta de autonomia para escolher e utilizar estas ferramentas e a necessidade da adequação das práticas pedagógicas através de um planejamento dinâmico e criativo, que leve o aluno a produzir e desenvolver suas habilidades a partir da construção de novos conhecimentos.

Chaves (2004), Almeida e Dalven (2020) e Backes, Teles e Araújo(2020) também enfatizam a importância de fazer o bom uso destes recursos, destacando como uma das dificuldades a falta de políticas públicas para que os professores e alunos tenham um maior acesso a essas tecnologias.

Além dos recursos materiais e da internet, os professores precisam ter uma qualificação adequada para poderem realizar um bom trabalho em suas escolas a partir do suporte tecnológico nos moldes do ensino remoto emergencial autorizado pelo Ministério da Educação, a partir do parecer do Conselho Nacional de Educação.

Sabe-se que muitos educadores tem pouco acesso a essas tecnologias ou não estão familiarizados com elas. Sendo assim, cabe-se pensar em estratégias

que ajudem estes professores a interagir melhor com estes recursos. Além da falta de formação neste sentido, alguns professores não são muito adeptos à utilização das redes, o que também acaba sendo uma barreira para que ele organize um bom trabalho utilizando esses espaços de interação social tão natural às novas gerações.

Remotamente, tudo fica mais difícil, inclusive acompanhar o desenvolvimento dos alunos e das atividades solicitadas. A família tem sido extremamente importante neste momento, porque ela tem passado grande parte do tempo com os alunos e são os pais que têm feito este trabalho de organização da rotina de estudos do aluno.

Infelizmente, alguns pais não têm tempo, acesso e estudos para ajudar seus filhos, e isso também tem sido reportado por professores e familiares como um grande desafio e obstáculo ao processo de ensino aprendizagem, pois a maioria dos pais não tem a formação para dar suporte pedagógico aos seus filhos. Muitos alunos matriculados na rede pública vivem em condições precárias e não conseguem acompanhar as aulas por falta de recursos e pelas dificuldades enfrentadas no dia a dia de suas casas.

O mundo globalizado exige, cada vez mais, conhecimento e acesso às novas tecnologias, e na educação isso não tem sido diferente, devido a necessidade do ensino híbrido e remoto nos dias atuais. Desta maneira, escolas privadas e públicas têm experimentado essas mudanças e os professores, pais e alunos estão se adaptando a este novo jeito de ensinar e aprender.

No que diz respeito a como a tecnologia digital está modificando o acesso às informações, à produção e a reconstrução do conhecimento, os autores Luciano; Boff; Chiaramonte, (2010) afirmam que as transformações do mundo levaram os professores a buscarem mais qualificação, tendo em vista que os espaços virtuais de aprendizagem já fazem parte da educação brasileira e mundial, sendo, portanto, um desafio para os professores que ainda não sabem lidar com o uso das tecnologias. Eles apontam, mais uma vez, que é preciso que os educadores tenham uma qualificação adequada para atuarem com estas tecnologias.

O que se observou através desta pesquisa e de diálogos mantidos com profissionais a educação em atividade é que muitos professores, neste período, organizaram-se para ter acesso as tecnologias, ampliando seus conhecimentos e se renovando, e alguns, como já foi dito, passaram por mais dificuldades e tiveram que

se reinventar neste período. A tecnologia na educação tem transformado a vida das pessoas e, como todas as mudanças exigem esforço, dedicação e qualificação, os professores tem buscado se alinhar a esta realidade, dinamizando suas aulas e buscando formas de avaliar seus alunos.

Luciano; Boff; Chiaramonte (2010), Kenski (2001) afirmam que os professores devem desenvolver, através do uso das ferramentas tecnológicas, o interesse e a motivação dos alunos para que eles possam interagir e colaborar na construção da sociedade, que hoje vivencia uma realidade completamente tecnológica em todos os âmbitos.

Nesta direção, os autores concordam que os professores precisam se atualizar neste sentido e promover mudanças na educação por meio das tecnologias da informação e comunicação presentes na atualidade. Desta forma, no momento de pandemia que enfretamos, o uso destes recursos tem se tornado uma necessidade e, embora os desafios ainda estejam presentes, o ensino remoto já é uma realidade e se faz necessário na visão dos autores deste estudo.

No entanto, para que os professores consigam explorar ao máximo estes recursos, provendo uma maior aproximação dos alunos ao conhecimento em qualquer lugar que estejam e não apenas dentro da escola, é preciso garantir o adequado suporte técnico e especializado a todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem, alcançando professores, alunos e famílias. Sem sombra de dúvidas, os ambientes virtuais de aprendizagem e o uso de ferramentas e mídias sociais tem alcançado muitos alunos, mas ainda é preciso que se alcancem mais para que o ensino remoto seja uma realidade em cada canto desse país.

Como se viu, a resolução nº 2 do CNE delegou responsabilidades para cada uma das instâncias da educação, cabendo às Secretarias da Educação planejar e organizar os ambientes de aprendizagem, fazendo uso das mídias sociais para acaçar o maior número possível dos alunos, estimulando e orientando-os em seus estudos.

Este replanejamento curricular é de extrema importância, no entanto, deve-se destacar que é preciso implantar nas escolas os materiais e as condições necessárias para que os professores consigam fazer um bom trabalho. Sem o apoio das Secretarias de Educação é impossível fazer um bom trabalho, pois

Nas escolas públicas, a presença de tecnologias ainda é uma realidade pouco presente, visto que o investimento em educação, nos seus vários setores, ainda é muito aquém do que deveria para que pudéssemos ter um verdadeiro avanço na educação brasileira. Além da falta de infraestrutura das próprias escolas, ainda é necessário destacar que grande parte dos alunos do nosso país não possuem acesso à internet e computador em casa, em muitos casos, nem mesmo celulares que lhes permita o acesso (SILVA; SILVA, 2020, p.3).

A realidade citada por Silva e Silva (2020) é presente em nossas escolas públicas e tem sido um dos maiores desafios do ensino remoto. Segundo dados da Revista on line Educação, em 2020 com a crise da covid-19 cerca de 4 milhões, entre 6 e 34 anos, deixaram de estudar o que significa que 8,4% dos sujeitos em idade de escolarização abandonaram a escola em 2020.

A revista afirmou ainda que 17,4% não pretendem voltar a estudar em 2021, conforme a pesquisa do C6 Bank/Datafolha, cujos dados foram coletados de 30 de novembro a 9 de dezembro de 2020, com 1670 pessoas das redes pública e privada. A pesquisa aponta, ainda, que 20% dos entrevistados afirmaram que abandonaram a escola pela dificuldade com o ensino remoto, 22% abandonaram a escola por terem ficado sem aula durante muito tempo. A realidade na rede particular de ensino, no entanto, apontou outras fragilidades sociais já levantadas nesta pesquisa, que 19% abandonaram a escola privada por não conseguirem pagar a escola e 7% porque precisaram ajudar na renda familiar.

Estes dados representam algumas das dificuldades enfrentadas pelos alunos e seus pais durante a pandemia, confirmando que o ensino remoto tem sido desafiador para todos. Não se trata apenas de adaptar currículo, mas de dar as condições necessárias para que todos os alunos consigam desenvolver suas habilidades e competências. A ausência de recursos é o maior desafio, porque sem as ferramentas os alunos não podem participar deste tipo de educação.

Diante de todos os desafios do ensino remoto, o ensino híbrido representa um sopro de esperança na direção de uma retomada gradual das atividades presenciais de ensino, que exigirá compromisso dos gestores públicos e das secretarias, dedicação dos pais, alunos e professores e segurança para que todos retornem para suas atividades.

Art. 9º A volta às aulas presenciais deve ser gradual, por grupos de estudantes, etapas ou níveis educacionais, em conformidade com protocolos produzidos pelas autoridades sanitárias locais, pelos sistemas de ensino, secretarias de educação e instituições escolares, com participação das comunidades escolares, considerando as características de cada

unidade educacional, observando regras de gestão, de higiene e de distanciamento físico de estudantes, de funcionários e profissionais da educação, com escalonamento de horários de entrada e saída para evitar aglomerações, e outras medidas de segurança recomendadas (CNE, 2020, p.3).

Sobre este retorno das aulas, o artigo 9º deixa claro que este depende dos protocolos elaborados pelas autoridades sanitárias dos municípios e estados. As escolas devem, necessariamente, segundo as indicações dos protocolos, evitar aglomeração, garantir o distanciamento dos alunos, funcionários e profissionais da educação, observar o uso de máscara obrigatório e higienização das mãos.

Só com estes protocolos respeitados é que as redes públicas poderão implementar o regime híbrido, a exemplo de como aconteceu com as escolas privadas, lembrando que não serão todos os níveis de ensino que poderão ter este tipo de aula. Muitos momentos de aprendizagem ainda irão acontecer de forma remota, bem como os pais poderão também manter seus filhos neste tipo de ensino, se não sentirem-se seguros neste primeiro momento de retomada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa bibliográfica, observou-se que na educação a inserção das tecnologias de informação e comunicação já são uma realidade. Muitos professores e alunos estão se adequando a esta realidade e fazendo com que o processo de ensino aprendizagem aconteça mesmo de forma remota. Os desafios da comunidade escolar são muitos, como foi observado na visão dos autores consultados, desde a falta de materiais à qualificação para fazer uso das tecnologias.

É desafiador, também, em tempos de pandemia a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, pois o currículo e as atividades propostas precisam ser adaptadas para estes alunos, através o uso das tecnologias assistivas, tem o seu direito de acesso e permanência na educação garantidos.

Desta maneira, é importante que os professores reconheçam a necessidade de contribuir ativamente no processo de implantação em suas escolas de espaços inclusivos para estes alunos que também sofrem com o ensino remoto. O currículo deve contemplar também os alunos que não tem acesso as mídias e os alunos que tem algum tipo de deficiência.

O ensino remoto nos trouxe muitas possibilidades e levou alunos e professores a explorarem mais os recursos disponíveis nas tecnologias. No entanto,

este movimento em prol da tecnologia exige alguns esforços por parte de professores, da família e dos educandos que estão sempre se reinventando diante da nova realidade no qual todos estamos inseridos.

É preciso se refletir bastante sobre o bom uso das tecnologias, de tal forma que elas sejam bem utilizadas. Como vimos, os autores apontam sempre para a necessidade de uma qualificação profissional adequada e especializada, para que os professores consigam de fato ampliar o acesso à educação remota, possibilitando aos alunos aprenderem através de métodos mais dinâmicos.

Sabe-se que os desafios são muitos e que todos precisam se unir para que, de fato, a educação não perca sua finalidade, que é formar os cidadãos para atuar ativamente no mundo que vemos, buscando melhorar as condições de vida e convivência de todos. As tecnologias, quando surgiram, trouxeram com elas muitas facilidades, mas também desafios e são estes que devem ser levados em conta na hora de planejar as aulas.

Toda mudança exige da humanidade força para enfrentar as dificuldades, e no caso do uso dessas tecnologias em contexto educacional se faz pertinente uma maior reflexão sobre o papel destas na nova forma de ensinar. A interação multimídia e a comunicação entre pessoas foi sendo ampliada nas últimas décadas, muito em função dos avanços na área das tecnologias digitais e de comunicação. Desta forma, não podemos enquanto educadores ignorar estes avanços e não produzir conhecimento de forma digital.

É pertinente que os professores e acadêmicos de pedagogia busquem mais qualificação neste sentido, tendo em vista que essa pandemia nos levou a reconhecer a necessidade da implantação de uma educação remota na atualidade. Assim como todas as mudanças que a educação enfrenta, o ensino remoto também é algo que veio para fazer com que pais, professores e alunos ampliem suas percepções acerca daquilo que reconhecemos enquanto ambientes de aprendizagem.

Esta adaptação ao “novo normal”, como se convencionou chamar as exigências impostas à sociedade durante e após este período de pandemia, depende da força de vontade de cada um e da responsabilidade social de fazer sua parte. Todos precisam colaborar para que o uso das tecnologias da comunicação e

informação seja, de fato, uma realidade acessível a todos, sem restrição de classe socioeconômica.

Por fim, é preciso, além da participação da família e da escola, o olhar atento dos governantes no tocante a criação de políticas públicas voltadas para a formação continuada dos professores e demais profissionais da educação, que leve em consideração a inserção das NTICs no processo de ensino aprendizagem, bem como o investimento de recursos materiais nos estabelecimentos escolares.

Outra importante necessidade é a criação de programas que facilitem o acesso dos alunos a uma internet de qualidade e mais acessibilidade para compra de aparelhos tecnológicos, pois a desigualdade social ainda impede que todos tenham acesso às tecnologias e na educação sabemos que ninguém pode ser excluído, pois como diz a nossa constituição, a educação é um direito de todos e dever do Estado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A.. (re)organizar o trabalho pedagógico em tempo de Covid-19: no limiar do (im)possível. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas. v. 41. n. 02. p. 01-20. 2020.

AMORIM, A. P. S. Uso de ferramentas da internet no processo de ensino e aprendizagem de leitura e escrita: possibilidades e desafios na visão de estudantes de letras-português na modalidade semipresencial. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivre> Ano: 2011 – Volume: 4 – Número: 2.

ARAUJO, S. P. de et al., **Tecnologia na educação**: contexto histórico, papel e diversidade. In: IV Jornada de Didática III Seminário de Pesquisa do CEMAD. UEL, 2017. Disponível em: <https://bityli.com/345JF>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL, CNE. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020. Brasília, DF, 2020.

FACHINETTI, T. .A; CARNEIRO, R. U. C.. A tecnologia assistiva como facilitadora no processo de inclusão: das políticas públicas a literatura. **Revista de Política e Gestão Educacional**. Araraquara, v.21, n.3, p. 1588-1597, dez., 2017.

FURLAN, M. V. G.; MENEGAZZO, M. F. A importância das tecnologias de informação e comunicação no ambiente escolar. **Revista Eletronica Científica Inovação Tecnológica, Medianeira**, v. 8, n. 16, , p. 1-14, 2017.

POCINHO, R. F. S; GASPAR, J.P.M. O uso das TIC e as alterações no espaço educativo. *Exedra*, n. 6, p.143-154, 2012.

RAMOS, D.K. As tecnologias da informação e comunicação na educação: reprodução ou transformação? **Educ.Tem. Dig.**, Campinas, v.13,n.1,p.44-62, jul./dez.2011.

RAMOS. P. E. **Vivendo uma nova era: a tecnologia e o homem, ambos integrantes de uma sociedade que progride rumo ao desenvolvimento.** Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/Vivendo-uma-nova-era-a-tecnologia>. Acesso em: 26/05/2021.

SILVA, S. L. Informação e competitividade: a contextualização da gestão do conhecimento nos processos organizacionais. In. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 142-151, maio/ago. 2002.

SOUSA, RP., MIOTA, FMCSC., and CARVALHO, ABG., orgs. **Tecnologias digitais na educação [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 276 p. ISBN 978-85-7879-124-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: os livros didáticos enquanto instrumento pedagógico para a aquisição dos mecanismos de leitura e escrita nos anos iniciais

Tamires Dias Bandeira – UNIESP
Magnay Erick Cavalcante Soares – UNIESP

1 INTRODUÇÃO

Alfabetização e letramento são dois assuntos que despertam muito o interesse de profissionais da educação, estudantes e pesquisadores, uma vez que se debruça sobre a complexa dinâmica da interação verbal baseada na utilização consciente e efetiva das práticas sociais que se estruturam a partir da leitura e da escrita.

Em termos formais, o processo de alfabetização e letramento deveria se completar ainda nos primeiros anos de escolarização, com o objetivo de habilitar as crianças à manutenção do desenvolvimento do aprendizado ao longo de toda a vida escolar. Alfabetizar e letrar, nesse contexto, significa dar condições ao sujeito de ser capaz de ler e escrever, bem como fazer o uso adequado da língua escrita e da leitura em contexto de interação social, desta forma, orientando a criança para o domínio da tecnologia da leitura e da escrita.

Porém, o aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação não se resume apenas à aquisição das habilidades mecânicas do ato de ler e escrever, mas da capacidade de interpretar, compreender, criticar e produzir conhecimento. É a aprendizagem da leitura e da escrita que nos permite uma decifração da escrita e a capacidade de significar o mundo que nos cerca através da linguagem.

Pode-se afirmar que repousa no pedagogo a base desse processo, e que para atuar de forma a promover um bom ensino, o profissional docente deve estar em constante atualização e capacitação. Diante deste contexto, surge o problema: *identificar o papel do livro didático enquanto feramente metodológica largamente utilizada no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais da Educação Básica.*

Desse modo, este estudo busca analisar os processos de letramento e a alfabetização nas séries iniciais da Educação Básica, fazendo reflexões acerca

desses processos a partir da de incursões teórica extraída de um levantamento bibliográficos acerca do estado da arte do em investigação.

De forma breve, são debatidos conceitos relacionados ao processo de alfabetização e letramento, bem como o uso de materiais didáticos, tais como o Livro Didático entre outros, como ferramenta para a formação do educando, levando-se em consideração as discussões que se têm promovido na academia acerca do potencial desses observados no contexto de aquisição da modalidade escrita de uma língua, bem como no desenvolvimento de habilidades relativas às práticas de leitura.

Está pesquisa tem por *objetivo geral* discutir a importância da alfabetização e letramento nos anos iniciais, e como *objetivos específicos*: distinguir o conceito de alfabetização e letramento; discutir o uso do livro didático nos anos iniciais; compreender o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita em contexto de letramento na educação infantil, a partir do uso desse instrumento pedagógico.

O presente trabalho encontra-se dividido em diferentes tópicos. O primeiro aborda a apresentação da fundamentação teórica. Nela, são destacados três subtópicos sobre: educação infantil; noção e conceitos da alfabetização e letramento; e sobre as metodologias e recursos para o desenvolvimento do letramento através dos livros didáticos. No segundo trazemos uma breve descrição sobre a metodologia de pesquisa por nós adotada. O terceiro apresenta a análise e discussão de dados e as considerações finais integram o quarto, e último, tópico do estudo.

Em termos de ancoragem teórica, foram consultados artigos acadêmicos, periódicos, livros e estudos de pós-graduação. Nesse contexto, merece destaque as incursões teóricas que fizemos em alguns(a) autores(a) considerados basilares para esta pesquisa em função da significativa contribuição dada para os estudos na área da Alfabetização e Letramento, tais como: Maria da Graça Costa Val (2006), Magda Soares (1998; 2003), Angela Kleiman (1995), Amara Lima (2010).

Espera-se que este estudo possa contribuir com os processos de formação, inicial e continuada, de professoras e professores que atuam, especialmente, com os processos de alfabetização na perspectiva do letramento da Educação Infantil às séries iniciais do Ensino Fundamental.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL: DESCOBRINDO O UNIVERSO DAS LETRAS

A educação infantil apresenta duas dimensões basilares na sua construção histórica: uma política e administrativa, e outra, técnico-científica. A primeira foi sendo construída ao longo do tempo, na criação de organizações sociais, de órgãos da administração pública governamental, através da legislação e dos programas de atenção à criança que vieram à luz. A segunda, técnico-científica, por sua vez, fundou-se devido a demandas diversas do campo da psicologia, do desenvolvimento, da antropologia e da cultura, da filosofia, da infância e do processo de formação humana para o convívio social e, mais especificamente, para a atuação no campo de trabalho.

Segundo a Constituição de 1988, a Educação Infantil é reconhecida como direito de toda criança, desde o nascimento até os 6 anos de idade, em instituições especializadas, próprias para o atendimento desse público específico, tais como creche, pré-escolas, centro de educação infantil ou outros equivalentes.

A Educação Infantil vem se tornando um objetivo explícito da política educacional e um dever dos órgãos governamentais, fiscalizados por entidades públicas (Ministério Público) e instituições sociais. Persiste, no entanto, um duplo desafio para os órgãos públicos responsáveis pela educação infantil e o direito da criança e do adolescente à educação: a expansão do atendimento educacional na faixa etária de 0 a 3 anos nas creches e a melhoria da qualidade em todo o segmento de 0 a 6 anos.

Faz-se importante lembrar, ainda, que no século XIX, a educação brasileira volta a esse público era caracterizada pelo modelo europeu de atenção à criança, que trazia as creches com caráter assistencial e os jardins de infância com caráter educacional. As condições econômicas eram fatores que influenciavam fortemente nos objetivos e nas atividades educacionais propostas e, efetivamente, desenvolvidas pelas crianças em idade de ingresso no sistema educacional.

As creches visavam o cuidado físico, atenção à saúde, à alimentação, à formação de bons hábitos de higiene relativos aos comportamentos sociais. No jardim de infância já se apresentava um outro olhar para o desenvolvimento físico, social, afetivo e cognitivo, desenvolvidos através, predominantemente, das atividades lúdicas, do movimento e da auto expressão.

O currículo da educação infantil reuni um conjunto de práticas que buscam articular as experiências vividas até então e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, com o objetivo de fornecer um modelo de esquema cognitivo para a autogestão do conhecimento na fase adulta.

O conhecimento formal, portanto, é colocado em relação de comparação e complementação o conhecimento empírico (popular), através de práticas que se estruturam por meio de brincadeiras e interações com outras crianças ou adultos, trazendo como consequências a construção de suas identidades e o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para a sequência formativa destes.

As práticas pedagógicas têm, portanto, como eixo norteador as interações e a brincadeira, proporcionando experiências que promovam o conhecimento de si e do mundo por meio de experiências sensoriais, expressivas, corporais e a interação com as diferentes linguagens e o progressivo domínio de vários gêneros e formas de expressão, através do contato com um variado leque de linguagens.

As ações desenvolvidas na escola durante a infância são marcadas pela intencionalidade educativa e pela indissociabilidade entre o educar e o cuidar, bem como o acesso ao conhecimento sistematizado através das práticas pedagógicas, planejadas e desenvolvidas para as crianças.

Os conteúdos formais pautados durante essa fase da educação apresentam uma profunda relação com a vida cotidiana, especialmente como a alimentação, a higiene, o repouso, o domínio do corpo, o brincar, o movimento, a exploração de si e do espaço ao redor, dentre tantas outras linguagens.

As linguagens, nesse contexto educacional, desempenham um importante papel formativo por constituir conjuntos de representações que podem ser expressas pela oralidade, sonoridade, escrita, imagens, desenhos, gestos e expressões corporais/faciais e por uma infinidade de outras formas de representação e expressões características da espécie humana frente às relações interpessoais que marcam o convívio social como um todo.

No entanto, a linguagem verbal – aquela marcada fortemente pelo uso da palavra como instrumento central dos processos de comunicação – ocupa um lugar de destaque ao longo de todo o percurso de escolarização pelo qual passamos

desde que somos inseridos no sistema educacional (público ou particular). E, nesse contexto, as práticas de leitura e escrita recebem uma atenção especial, por se tratarem de práticas que predominam nos processos de interação social marcadas pelo uso de uma língua materna em uma sociedade do conhecimento.

No Brasil, diferentes concepções sobre a apropriação da leitura e da escrita têm marcado o trabalho desenvolvido em salas de Educação Infantil. Existem três possibilidades de caminhos que envolvem perspectivas teórico-metodológicas distintas: (i) o primeiro caminho direciona a prática de leitura e escrita na Educação Infantil para a apropriação dos mecanismos de codificação e decodificação da língua baseada na repetição, sendo imposta às crianças, desde muito cedo, uma rotina exaustiva de cópia de letras, sílabas e palavras, com o objetivo de promover a memorização das relações gráficas e fônicas, para que concluam a Educação Infantil lendo e escrevendo.

O segundo caminho (ii), apresenta uma perspectiva de letramento, mais especificamente, tendo como ênfase o aprendizado por outros tipos de linguagem, como os gestos, o grafismo, a voz e os movimentos do corpo, portanto, aproveitando todos os estímulos do meio para desenvolver as habilidades relativas às práticas de leitura, partindo da observação do maior número de elementos significativos que nos cercam o tempo todo, corroborando com o pensamento de Freire (1988), para quem “A leitura de mundo precede a leitura da palavra”.

E o terceiro caminho (iii), que propõe uma relação de complementaridade entre os outros dois já citados, apontando a possibilidade de ensinar a linguagem escrita de forma sistemática, incluindo as atividades características relativas à apropriação do Sistema de Escrita Alfabética [SEA] e as atividades próprias do eixo do letramento, bem, como também, atividades outras relacionadas às vivências da cultura da infância.

O trabalho com a linguagem escrita na Educação Básica brasileira, em algumas instituições, ainda tem se restringindo, infelizmente, ao desenvolvimento de atividades de natureza mecânica e repetitiva, que envolvem exercícios de coordenação motora fina e grossa, discriminação visual e auditiva, memória auditiva e visual, equilíbrio e lateralidade.

Exercícios voltados ao desenvolvimento da coordenação perceptivo-motora são atividades que ainda fazem parte do cotidiano de algumas instituições de

ensino. No tocante ao ensino da escrita alfabética, as atividades se iniciam com base na cópia de vogais e consoantes, identificando, realizando a cópia do trajeto da letra e escrevendo-a sozinha.

Segundo Ferreiro (2001), nesse tipo de atividade as crianças, não necessariamente, desenvolvem diferentes hipóteses lógicas de escrita no processo de apropriação da escrita alfabética, uma vez que não se estimula o pensamento crítico, mas a simples memorização. Se observarmos o lado construtivo do processo de apropriação do sistema de escrita pela criança, este deve seguir uma evolução coerente, passando por três grandes períodos: distinção entre o modo de representação icônico e não-icônico; a construção de formas de diferenciação e a fonetização da escrita.

A criança, em seu processo de aprendizado de ler e escrever, precisa aliar as propriedades técnicas da escrita, através da alfabetização, e precisa identificar seu caráter funcional, vivenciando diferentes práticas de leitura e de escrita, pelo processo de letramento. Quando a educação infantil apenas oferece os mecanismos de decodificação da língua escrita ou se, por outro lado, for só levada em consideração a apropriação da importância dos veículos escritos e compreender as funções desta para a sociedade e não tiver a técnica da leitura, a função da comunicação escrita e todas as suas possibilidades sociais estarão parcialmente atendidas.

Desta forma, os professores das séries iniciais têm como missão inserir as crianças nesse mundo letrado de forma a constituir-se como cidadão ativo, participativo através da apropriação consciente dos mecanismos de leitura e escrita, apoderando-se das possibilidades que o conhecimento, acessado apenas através da leitura, traz consigo.

Os registros referentes aos sérios problemas de qualidade na Educação Infantil ainda é um grande desafio, pois as crianças de 0 a 6 anos constituem o segmento etário mais frágil e indefeso com relação a condições adversas de cuidado e educação. Existe, ainda, uma quantidade indefinida de instituições funcionando de forma irregular aos parâmetros dos sistemas educacionais, fora da supervisão oficial e nem mesmo contabilizadas nas estatísticas.

E mesmo aquelas que apresentam sua documentação correta aos órgãos oficiais de regulamentação e fiscalização, e são cobertas pelos Censos Escolares do

MEC, tem-se uma parcela expressiva que apresenta condições mínimas de infraestrutura definidas no PNE (Plano Nacional de Educação), nem sempre suficientes para garantir a necessária qualidade formativa das crianças atendidas por essas unidades escolares (CAMPOS, 2006).

Outro desafio presente na educação pública brasileira, diagnosticado pela Unesco em 2005 sobre a Educação Infantil no Brasil, diz respeito a problemas sérios no tocante ao acesso e à qualidade da Educação Infantil. A transição planejada e acompanhada do público atendido das creches para a Educação Básica (Ensino Fundamental I) não se completou e representa um difícil desafio para os setores públicos responsáveis.

As situações das creches são quase sempre piores do que aquelas encontradas nas pré-escolas. O financiamento da Educação Infantil é, ainda, preocupantemente, insuficiente no Brasil. Os governos estaduais, na grande maioria das vezes, têm se mostrado omissos em relação a suas responsabilidades quanto à Educação Infantil. É, de fato, muito grave constatar a pequena preocupação que se parece ter com as escolas no que tange à programação de atividades com as crianças, quase sempre ausente ou, quando existente, costuma ser avaliada como pouco diversificada, rígida e presa a rotinas empobrecidas, levando à ociosidade, a insuficiente, mas extremamente necessária, integração entre a pré-escola e a 1ª série do Ensino Fundamental.

3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: ENTRE NOÇÕES E CONCEITOS

Em um país constituído, ainda, por uma grande parcela de analfabetos, em que o hábito da leitura e escrita são práticas reduzidas, a simples consciência fonológica, que permite ao sujeito reconhecer e compreender sons associados a letras para interpretar as frases ou palavras parece ser o suficiente para diferenciar uma pessoa alfabetizada de uma analfabeta.

No final do século XX, no entanto, a exigência do uso efetivo da língua escrita nas diversas práticas sociais que constituem os ambientes sociais nos quais transitamos deixou de ser uma meta de conhecimento desejável, para assumir uma condição de necessidade sobrevivência e de conquista e exercício pleno da cidadania. Segundo Val (2006),

A apropriação da escrita é um processo complexo e multifacetado, que envolve tanto o domínio do sistema alfabético/ortográfico quanto a compreensão e o uso efetivo e autônomo da língua escrita em práticas sociais diversificadas. A partir da compreensão dessa complexidade é que se tem falado em alfabetização e letramento, como fenômenos diferentes e complementares (VAL, 2006, p.1).

À alfabetização cabe a tarefa de permitir e capacitar os indivíduos a interagir com os mecanismos de estruturação da leitura e da escrita, possibilitando desvendar um mundo codificado socialmente e aprender como utilizá-lo. Por sua vez, ultrapassar a fronteira da simples apropriação dos mecanismos de leitura e de escrita, e fazer o uso significativo desse aprendizado é promover a inclusão do sujeito no âmbito do convívio social, cultural, cognitivo, linguístico e entre outros, acarretando a transformação da vida do sujeito através do processo de letramento.

O processo de alfabetização começa antes mesmo do ingresso da criança na escola, a partir da sua interação em práticas que requer o uso efetivo da língua através de textos orais em diferentes contextos de interação social. Através dessas interações, a criança começa a adquirir noções sobre a língua escrita, tanto no que se refere à sua percepção e reconhecimento, quanto ao seu funcionamento, aos seus usos e funções. Entretanto, é na escola que a criança será apresentada e terá acesso, de forma sistematizada, à língua escrita.

No tocante ao processo de alfabetização, especificamente na década de 1980, a leitura e a escrita eram consideradas como processos de decodificação e codificação, e para ensinar as crianças era preciso escolher o melhor método, entre os analíticos ou os sintéticos. Porém, antes de iniciar o processo de aprendizagem, todas as crianças deveriam passar por um período preparatório, com atividades de prontidão, que visavam ao desenvolvimento da coordenação motora e da discriminação visual e auditiva.

Um estudo desenvolvido por Ferreiro e Teberosky (1999), sobre a Psicogênese da Língua Escrita, passou a influenciar as práticas pedagógicas de alfabetização, onde observaram que no processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética [SEA], as crianças elaboram hipóteses vivenciando conflitos, formulações e reformulações. Só no final da década de 90, as escolas passaram a considerar os conhecimentos das crianças sobre a escrita quando chegavam à escola para escolher um melhor e mais eficaz método de ensino para o

desenvolvimento das habilidades envolvida no processo de apropriação dos mecanismos de leitura e escrita.

Soares (2010), por seu turno, compreende o conceito de alfabetização como um processo de representação de fonemas e grafemas, mas é também, no entendimento da autora, um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito. Desta forma, a alfabetização é um processo de aquisição do conjunto de técnicas, procedimentos, habilidades envolvidas no ato de codificação de fonemas em grafemas, bem como da decodificação de grafemas. A direção e organização especial da escrita também são necessárias para a prática da leitura e da escrita.

Ser alfabetizado vai além de ter domínio da escrita. É ter conhecimento necessário para ser um cidadão letrado, ativo e participativo nas práticas sociais que envolvem o uso da escrita e, portanto, demandando as habilidades de leitura, interpretação e compreensão. Não deveria, mas ser letrado tem se torna um privilégio no que se refere a acessar o saber na sociedade moderna e ao seu desenvolvimento e avanço, pois, na atualidade, a alfabetização é um importante mecanismo político de autonomia e cidadania.

Ainda na década de 90, o conceito de alfabetização passou a ser vinculado ao processo de letramento e falar sobre sua aplicação é um assunto inesgotável. Segundo Soares (1998), o letramento deriva da palavra inglesa *literacy*, que significa *estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever, e usa socialmente e pratica a leitura e a escrita*.

No Brasil, o termo letramento não substituiu a palavra alfabetização e sim está associada a ela em um contínuo formativo. Desta forma, deve-se buscar por um equilíbrio entre ambos. É preciso expandir a percepção individual e social acerca da importância da escrita e da leitura e deixar de associar essas práticas só para fins escolares.

Em termos gerais, não basta simplesmente saber ler e escrever, mas também compreender a utilização da leitura e da escrita e argumentar como a leitura e a escrita são empregadas na sociedade. Sendo assim, o letramento é considerado um conjunto de práticas e trocas de educação, competência, habilidade e cultura.

Atualmente,

[...] para o indivíduo inserir-se na sociedade letrada, basta conseguir compreender textos escritos, mesmo que não tenha o domínio do código escrito. Ser alfabetizado e ser letrado são condições diferentes, uma pessoa alfabetizada é aquela que domina a habilidade de ler e escrever. Já o indivíduo letrado é aquele que usa funcionalmente a leitura e a escrita nas práticas sociais do dia a dia, de forma a favorecer sua integração cultural (NUCCI, 2002, p.2).

Kleiman (1995, p.18), por sua vez, compreende o letramento como “[...] uma prática discursiva de um determinado grupo social, que está relacionado ao papel da escrita para tornar significativa a interação oral, mas que não envolve, necessariamente, as atividades específicas de ler e de escrever”.

Desta forma, é possível inferir que aqueles indivíduos que, por força de quaisquer intercorrências em suas vidas estudantis, tenham sido impedidos de ter acesso e permanecer na escola para receber uma educação formal e, por esta razão, venham a não dominar adequadamente o código formal escrito correspondente a sua língua materna podem e devem ser considerados relativamente letrados, desde que consigam fazer uso significativo da língua na sua modalidade oral nos mais diversos contextos sociais.

Segundo Soares (1998) e Ribeiro (1990), em contrapartida ao pensamento de Kleiman (op.cit.), é possível estabelecer uma definição para letramento a partir das implicações das práticas socialmente significativas de uma língua materna na vida de um indivíduo, não necessariamente baseadas no uso efetivo da escrita.

No entanto, compreende-se que a inserção e interação dos sujeitos com a escrita no contexto formal da educação escolar contribui largamente para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e o estabelecimento de novas competências, considerando, obviamente, que a natureza da escrita e o efeito que esta desempenha nas práticas sociais no mundo moderno é que, efetivamente, tem sido considerado como determinante da condição de letrado, plenamente inserido no contexto das práticas sociais em que a escrita ocupa lugar de destaque.

Soares (1998), na sua concepção, relata que um indivíduo quando se torna letrado gera consequências socioculturais, devido ao “um novo modo de viver na sociedade e de se inserir na cultura”. Pode trazer consequências cognitivas e linguísticas, desenvolver formas de pensamentos mais elaborados, influenciar no uso da língua oral e um vocabulário mais rico.

Entendemos que

[...] os níveis de letramento estão relacionados também com as práticas escolares, principalmente da leitura. É através da leitura que o indivíduo interage com o mundo letrado, mesmo sem estar alfabetizado, também devido a ela que o indivíduo constrói uma visão reflexiva e crítica da realidade na qual está inserido. Essa concepção de leitura, propõem uma articulação entre as práticas de leitura escolar e as sociais para que o aluno aprenda de forma contextualizada e desenvolva o senso crítico ao ler o mundo e ao descrever sobre ele, se tornando um grande desafio para escola, que vai além de alfabetizar como também ensinar o domínio do código escrito, cabendo à escola tornar o aluno um indivíduo letrado, habilitado a usar a escrita e a compreender o mundo de forma crítica e contextualizada (NUCCI, 2002, p.2-3).

O letramento tende a remeter a uma dimensão complexa e plural das práticas sociais. Desta forma, é possível confrontar diferentes níveis de realidade como, por exemplo, o letramento social, letramento escolar, letramento das comunidades operárias da periferia, letramento científico, letramento musical, letramento da informática, o letramento informacional.

Em cada um desses níveis de letramento é possível determinar práticas e eventos específicos e particulares, como focos interdependentes de uma mesma realidade, permitindo identificar a realidade e necessidades de um grupo ou campo de conhecimento em particular, bem como também ajustar medidas de intervenção pedagógica. Na sequência desse nosso diálogo, faz-se mister observar o papel de um importante e largamente utilizado instrumento pedagógico no processo de letramento de crianças em fase inicial de escolarização, o livro didático.

4 LIVRO DIDÁTICO: METODOLOGIAS E RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO LETRAMENTO

Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI, as crianças aprendem de forma lúdica e o ensino, por sua vez, deve ter como objetivo ampliar as suas capacidades de se apropriarem dos conceitos, códigos sociais e das diferentes linguagens, por meio da expressão e comunicação, da experimentação, reflexão, elaboração de perguntas e respostas. O RCNEI acrescenta que o uso de recursos e materiais didáticos tem relações estreitas com a organização do ambiente de ensino, devendo ser aconchegante, limpo e com iluminação adequada.

Brandão e Carvalho (2010) relatam que todas as relações de saber estabelecidas e a construção do conhecimento na educação infantil devem ser, acima de tudo, lúdicas. Desta forma, reforça-se a necessidade de os professores

utilizarem recursos e materiais didáticos diversos, com o intuito de oportunizar às crianças a elaboração, transformação e/ou a confirmação de suas hipóteses relativas às finalidades da língua escrita, contribuindo, assim, no seu modo de pensar e de agir mais elaborados e, portanto, mais complexo.

Entende-se por recursos didáticos todos os componentes constitutivos do ambiente de aprendizagem, que visam estimular e aproximar o aluno do conteúdo a ser estudado. Nessa perspectiva, os recursos e materiais didáticos se tornam facilitadores da relação aluno-professor-conhecimento, como ferramenta educativa que auxilia na apresentação, reflexão e transposição de ideias e conteúdo.

Historicamente, os primeiros materiais didáticos utilizados pelos professores de classes de alfabetização foram às cartilhas, muitas vezes elaboradas pelos próprios professores. Através das cartilhas, predominava-se o método alfabético, onde se tinha como objetivo principal decorar e reconhecer os nomes das letras, por meios de atividades de repetição e soletração.

Porém, em 1970, estudos já apontavam que o ensino através das cartilhas não surtia os efeitos positivos esperados no que se refere a um ensino que prioriza a construção de significados. Portanto, surge a necessidade de investir em materiais que, de fato, contribuíssem para uma educação de qualidade e uma alfabetização plena.

Devido a essa perspectiva é que se constitui a trajetória do surgimento dos livros didáticos voltados ao processo de alfabetização. Em 1997, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) se torna responsável em gerir integralmente o Programa Nacional do Livro Didático, estabelecendo uma política de ampliação gradativa para a aquisição e distribuição de materiais didáticos que passaram a atender as classes de alfabetização e todo o Ensino Fundamental.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um programa desenvolvido pelo Ministério da Educação [MEC], que tem como finalidade adquirir e distribuir livros didáticos a todos os estudantes das escolas públicas do Ensino Fundamental do país. Prioriza-se, nas escolhas destes livros, situações de contextualização, subsidiando o aprendizado dos gêneros e tipos textuais, onde o livro didático ofereça representação significativa em relação aos textos em circulação social, apresentando propriedades discursivas, conceitos éticos, morais, estéticos e afetivos, e promovendo a criticidade e criatividade do leitor.

Quando observada a expressão escrita nesse contexto, deve-se considerar uma obra que ofereça orientação ao processo e estratégias de elaboração textual. Via de regra, as escolas públicas brasileiras realizam a escolha de uma coleção de livros didáticos por área a cada três anos, sendo que para o 1º e 2º ano, a escola recebe os livros novos todos os anos, objetivando o preenchimento de eventuais lacunas do processo de entrega dos livros aos alunos.

A metodologia pedagógica é organizada de forma sistemática, apresentando aos alunos noções, conceitos, regras, exemplos e exercícios de aplicação, abordando sempre o caráter e o sentido dessas práticas em nosso cotidiano. As obras passam por uma observação e avaliação detalhadas, que resulta em uma classificação quanto ao tratamento dado à construção de leituras e escrita. O que se observa, porém, é que algumas obras tratam de forma equilibrada esses componentes, enquanto outras preferem priorizar uns ou outros componentes.

Desta forma, através de análises criteriosas baseadas em teorias fundamentadas e pesquisas aplicadas por universidades, busca-se a qualificação deste material, colaborando para a renovação das práticas de ensino e aprendizagem nas escolas, na tentativa de garantir a manutenção do acesso ao conhecimento, sempre atualizado por alunos e professores.

Segundo Martins (2010), as obras aprovadas pelo PNLD apresentam atividades que tem como objetivo a alfabetização dentro da perspectiva da linguagem como um fenômeno social. Tem-se uma valorização das experiências culturais, contemplando as pluralidades dialéticas, atividades de autocorreção e autoavaliação dos alunos, onde podem comparar e perceber seus avanços.

A partir do livro didático temos uma possibilidade de interação com um real sentido extraído de textos que circulam, de fato, em nossa sociedade. Nas escolas, os livros caminham ao lado de variados portadores de texto, e o professor precisa apresentar formas convencionais de comunicação escrita, para que os alunos percebam a função social destas escritas.

O livro didático pode representar o portador, e pode dar sugestões ao professor para explorar o gênero, o texto, pode propor atividades com gênero, texto e palavras que nele apareçam. Naturalmente, é importante que também os portadores, textos e gêneros reais estejam presentes na sala de aula - livros, jornais, revistas, cartazes, anúncios (SOARES, 2004, p. 56-67).

Apesar de todos os avanços tecnológicos, os livros didáticos ainda são as ferramentas mais empregadas nas salas de aula. Embora muitas escolas já possuam infraestrutura com laboratórios de informática e outros recursos tecnológicos, o livro didático continua exercendo presença constante nas práticas pedagógicas.

Dispositivos tecnológicos como notebooks e tablets já podem ser encontrados em muitas salas de aula, especialmente na rede particular de ensino e são apontados como tendências para a educação nos próximos anos. Entretanto, os livros didáticos são a realidade mais evidente na educação nacional pública, pois a desigualdade social ainda garante a manutenção de um abismo entre a realidade das redes pública e a particular de ensino (VILAÇA, 2013).

O livro didático é imprescindível nas escolas, direcionando por vezes o trabalho docente, tornando-se eficiente, quando bem utilizado, no processo de aprendizagem e no desenvolvimento intelectual dos estudantes, se o material proporcionar diferentes leituras e conhecimentos. Na avaliação de Gach (2015), os livros didáticos e apostilas usadas na alfabetização também seguiram finalidades semelhantes daquelas dirigidas para séries escolares mais avançadas. É um recurso importante na formação do aluno, e muitas vezes o único que virá a ter contato.

Portanto, a meta proposta dos livros didáticos, de acordo com o Guia (2009), é

Favorecer o uso da linguagem oral na interação em sala de aula, como mecanismo de ensino-aprendizagem; Propiciar o desenvolvimento das capacidades envolvidas nos usos da linguagem oral próprios das situações formais e/ou públicas; Valorizar e efetivamente trabalhar a variação e a heterogeneidade linguísticas, introduzindo as normas associadas ao uso público formal da linguagem oral sem, no entanto, menosprezar a diversidade dialetal e estilística; Explorar as diferenças e semelhanças que se estabelecem entre as diversas formas da linguagem oral e da escrita, na diversidade dos contextos sociais de uso (BRASIL, 2009, p. 26).

Freitas (2007, p.23), ressalta que os recursos e materiais didáticos “por mais elaborado e diversificado que sejam, não garante por si só a qualidade e a efetividade no ensino e aprendizagem”. Somente fazer uso desses recursos não surtirá efeito algum no processo de ensino e aprendizagem. Assim, é necessário que o educador reflita, planeje, aplique, monitore e avalie os resultados alcançados para, eventualmente, executar adequações específicas que atendam aos interesses e as necessidades formativas dos alunos.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia científica se constitui em atividade através da qual se caminha na direção de uma relativa aproximação e entendimento referente a determinada realidade temática que se pretenda investigar (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). A pesquisa é, pois, o procedimento largamente utilizado para se lançar um olhar analítico na tentativa de se descobrir algo novo, levantar hipóteses pertinentes a determinado contexto temático, interpretar fatos de relevância para a compreensão de uma dada realidade, através de um estudo.

Esta pesquisa se caracteriza pela natureza de revisão e discussão bibliográfica, de cunho qualitativo-interpretativista. Nesse espaço de pesquisa, vale destacar o que nos diz Severino (2014), acerca da diferença entre a abordagem quantitativa da qualitativa, uma vez que esta apresenta elementos de relevância para a compreensão de uma dada realidade temática investigada, através dos quais o homem pode compreender e, muitas das vezes, ressignificar o mundo ao seu redor, ao passo que a abordagem quantitativa deixa escapar importantes aspectos relacionados com a condição de sujeito existentes em um mundo cognitivo extremamente subjetivo e, portanto, complexo.

Ainda segundo Severino (2014), com relação à natureza das fontes constitutivas do aporte teórico de um procedimento investigativo voltado à análise de conceitos e teorias já disponíveis sobre um dado tema, a pesquisa bibliográfica, sendo aquela realizada a partir de registros disponíveis, pesquisas anteriormente realizadas, documentos, livros, artigos, teses, entre outros presta importante papel no exercício da reflexão acadêmica, na medida em que possibilita a revisão de conceitos, procedimentos metodológicos etc. No contexto da pesquisa de revisão bibliográfica, o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores que trazem suas contribuições para o estudo do tema em questão.

Diante do exposto, a metodologia da pesquisa aqui desenvolvida se insere no universo das investigações que se propõem a mergulhar em uma revisão bibliográfica, de cunho essencialmente qualitativo-interpretativista, por se propor a visitar teorias relacionadas ao tema de estudo, levantando discussões pertinentes sobre o papel do livro didático enquanto feramente metodológica largamente utilizada no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais da Educação Básica.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A apropriação da escrita é um processo complexo e multifacetado, que envolve tanto o domínio do sistema alfabético/ortográfico, quanto a compreensão e o uso efetivo e autônomo da língua escrita em práticas sociais diversificadas. Através da compreensão dessa complexidade é que se tem falado em alfabetização e letramento, como fenômenos diferentes e complementares.

Como vimos ao longo desta pesquisa, através dos dizeres de Val (2006) Soares (1998; 2003), Kleiman (1995) e outros, pode-se definir alfabetização

[...] como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia. Já o termo letramento pode ser definido como o processo de inserção e participação na cultura escrita (BRASIL, 2007, p. 13).

No dia-a-dia, tanto a escrita, quanto a leitura estão presentes em todos os espaços e a todo o momento, cumprindo diferentes funções sociais. Ter clareza quanto à diversidade de usos e funções da escrita e às incontáveis possibilidades que ela abre é de extrema importância para que o aluno seja capaz de fazer escolhas adequadas (VAL, 2006).

É importante salientar que, no sistema educacional do Brasil, segundo Brandão e Leal (2010), ainda circulam diferentes concepções sobre a apropriação da leitura e da escrita, concepções estas que têm marcado o trabalho desenvolvido em salas de Educação Infantil. Nossos professores, frequentemente, precisam confrontar essas concepções de alfabetização e letramento se estrutura para escolher um caminho a seguir no seu planejamento pedagógico.

Dentre as três possibilidades de caminhos que envolvem perspectivas teórico-metodológicas específicas, alinhamo-nos às colocações crítico-reflexivas dos (a) autores(a) que deram sustentação a esta pesquisa, para os quais o caminho mais produtivo a se seguir é o de se considerar as possibilidades de ensinar a linguagem escrita de forma sistemática, através de situações de uso real da modalidade escrita de uma língua, considerando o acervo cultural social e historicamente constituído.

Ao longo dos anos, a alfabetização escolar tem sido alvo de inúmeras controvérsias teóricas e metodológicas, exigindo que a escola e os profissionais se posicionem em relação às mesmas. Via de regra, as atuais gerações de professores (a) tem seguido, assertivamente, na direção de um conjunto de práticas que buscam

articular as experiências e os saberes das crianças, com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico.

As práticas pedagógicas precisam ter, portanto, como eixo norteador as interações e a brincadeira, proporcionando experiências que promovam a apropriação do conhecimento socialmente válido, de si e do mundo como um todo, por meio de experiências diversas que partam de estímulos sensoriais, bem como expressivas, corporais e da interação com as diferentes linguagens, de maneira que se promova o progressivo domínio dos mais variados gêneros e tipos textuais enquanto formas de expressão (NUNES, 2011; EDUCAÇÃO, 2018).

Apesar da constatação de em algumas instituições, o aprendizado da escrita e da leitura se restringe, ainda, ao desenvolvimento de atividades de natureza mecânica e repetitiva, que objetivam unicamente o desenvolvimento de habilidades de coordenação motora fina e grossa, identificação e discriminação visual e auditiva, através do exercício da memória auditiva e visual, equilíbrio e lateralidade e exercícios de coordenação perceptivo-motora, nossos centros formação de professores, espaços privilegiados para a promoção de uma profunda mudança de paradigma no que diz respeito às práticas pedagógicas de alfabetização e letramento, mas, também, solidariamente, as Secretarias de Educação precisam investir mais em formação inicial e continuada, que transformem essa realidade de práticas mecânicas em práticas de alfabetização e letramento crítico-reflexivas.

A criança, em seu processo de aprendizado de leitura e escrita, precisa aliar as propriedades técnicas da escrita, através da alfabetização, identificando seu caráter funcional, vivenciando diferentes em que as práticas de leitura e de escrita, adquiridas através do desenvolvimento de habilidades e competências pelo processo de letramento sejam exigidas socialmente.

Quando a educação infantil apenas oferece experiências que se centram nos mecanismos de codificação e decodificação da língua escrita ou se, por outro lado, for só levada em consideração a apropriação da importância dos veículos escritos e compreender as funções desta para a sociedade e não tiver a técnica da leitura, a função da comunicação escrita e todas as suas possibilidades sociais estarão apenas parcialmente atendidas (LIMA, 2010; MARTINS, 2010).

A alfabetização permite e capacita os indivíduos a interagir com a leitura e a escrita de maneira mecânica, possibilitando desvendar um mundo codificado

socialmente, cabendo ao processo de letramento, portanto, ampliar a percepção dos sujeitos quanto a como utilizá-lo no seu dia-a-dia.

Aprender a ler e a escrever, e fazer o uso significativo desse aprendizado é promover a inclusão do sujeito nas mais diversas práticas sociais que demandam o domínio dos mecanismos de leitura e escrita. A escola precisa partir da premissa de que o processo de alfabetização e letramento começa antes mesmo do ingresso da criança na escola, em caso, com os parentes mais próximos, como os vizinhos e tantos outros sujeitos com os quais interagem verbalmente e, na medida em que cresce, com as práticas que requerem a língua escrita em diferentes contextos.

Não é, propriamente, na escola que a criança é, de fato, apresentada à língua na modalidade escrita, pois ela já vem de um mundo onde a palavra está presente por todos os lados. Mas é a escola, sim, o espaço privilegiado para que a criança comece a adquirir noções básicas sobre a linguagem escrita, tanto no que se refere ao seu funcionamento como aos seus usos e funções (LAZZAROTTO, 2010; CRUZ, 2011).

O termo letramento, portanto, não substitui a noção de alfabetização, mas antes está associada a ela, devendo-se, desta forma, buscar um equilíbrio entre ambos. Não basta simplesmente saber ler e escrever, mas tão necessário quanto também compreender a utilização da leitura e da escrita e argumentar como a leitura e a escrita são empregadas na sociedade.

Acreditamos e defendemos fortemente que a construção do conhecimento na educação infantil deve se dá de, predominantemente, forma lúdica e com o objetivo de ampliar as capacidades de se apropriarem dos conceitos, códigos sociais e das diferentes linguagens. Desta forma, os professores devem ser orientados a utilizar os materiais didáticos, que se tornam facilitadores da relação aluno, professor e conhecimento, como importantes recursos para oportunizar às crianças a elaboração, transformação ou confirmação das suas hipóteses, contribuindo, assim, no seu modo de pensar e de agir mais complexo (BRASIL, 1998; BRANDÃO E CARVALHO, 2010; FREITAS, 2007).

O desenrolar da alfabetização inclui vários fatores e quanto mais ciente estiver o professor de como se dar o processo de aquisição de conhecimento, de como a criança se situa em termos de desenvolvimento, de como vem evoluindo no seu processo de interação social mediado pela língua, da natureza da realidade

linguística mais condições terá esse professor de encaminhar de forma agradável e produtiva o processo de aprendizagem, possibilitando, assim, o professor de selecionar os métodos, as técnicas, o rumo e o ritmo que considerar mais adequados para o crescimento da sua turma (CAGLIARI, 2001).

Assim, entende-se que a ação pedagógica mais adequada e produtiva é aquela que contempla, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento, já que, conforme Lima (2010), alfabetização e o letramento são processos indispensáveis para a inserção do sujeito na sociedade atual. Esses dois processos têm

[...] uma relação direta com as cobranças sociais que o indivíduo sofre ao longo do tempo, já que já é sabido que a leitura crítica é imprescindível no âmbito de interseção da sociedade, ou seja, os estudantes que ao saírem da escola tiverem dificuldade no processo de leitura e escrita, provavelmente terão dificuldade de se inserir socialmente, já que sua comunicação será prejudicada (LIMA, 2010, p. 01).

Essa cobrança social relativa às práticas de leitura e escrita implica diretamente na forma como leitura e escrita devem ser trabalhadas em sala de aula. Segundo Souza (2019), o professor não pode ignorar e simplesmente seguir os próximos conteúdos, precisa ter em mente que é muito importante que o aluno conheça o mundo letrado, uma vez que o fracasso na alfabetização levará o aluno a fracassar nos demais anos escolares, como também na sua inclusão social e transformação da vida do sujeito.

Segundo Braga (2017, p.04), “a importância dos processos de alfabetizar e letrar começa com uma compreensão muito significativa na relação da criança com o mundo”, ou seja, suas primeiras descobertas passam a ter sentido e o que antes não podia ser compreendido, agora faz relevância no seu dia a dia. Entretanto, a criança só é capaz de entender e compreender o mundo a sua volta através do ensino que se aprende.

Monte (2004) ressalva que, no processo de alfabetização e letramento, alunos e professores devem ser parceiros, pois

Ambos precisam desenvolver ações coordenadas e compatíveis com o processo, para assim alcançarem resultados produtivos. Essa é uma peculiaridade da atividade educativa: o aluno não deve ser tomado como objeto passivo, inanimado, a ser transformado pela ação de alguém. Ele é sujeito dotado de personalidade, portanto, de consciência de si, de afetividade, de vontade e necessidade que se desenvolve em condições concretas e sociais de vida (MONTE, 2004, p. 53).

Por tanto, dentro da sala de aula o conceito de letramento e alfabetização devem sempre está associado, precisam ocorrer através dos materiais didáticos e dispositivos curriculares, como também, através da consciência do professor de que está lidando com crianças leigas em relação ao assunto, e que tem vivencias diferentes e precisam de uma dedicação especial dentro da sala de aula, deixando o conteúdo mais dinâmico e transparente para elas, introduzindo assim a criança nas práticas de leituras e escrita.

Esse tipo de postura abrirá a possibilidade de que o aluno aprenda a praticar o uso verdadeiro da leitura e da escrita, em seu dia a dia, em variadas circunstâncias da sua vida, pois somente sendo alfabetizado/letrado o discente poderá apropriar-se da leitura e escrita de forma crítica (SOUZA, 2019).

Não obstante, entendemos que se faz urgente repensar, especialmente na esfera legislativa, as políticas públicas voltadas à educação infantil, fase de escolarização responsável pela formação de uma base cognitiva necessária ao sucesso do progresso formativo educacional das crianças. Para tanto, não percebemos outro caminho que não seja o de investimento maciço em educação infantil, que se pautar no compromisso da responsabilidade, do planejamento e da fiscalização, para que se evite que novamente o dinheiro destinado à educação sofra desvios no percurso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa, ampliamos nossa compreensão acerca do tema Alfabetização e Letramento, especialmente quanto a importância de sua implementação e adequada manutenção nos anos iniciais, de maneira que hoje temos a clareza de que a alfabetização é um instrumento extremamente importante, pela sua eficácia, no processo de aprendizagem da leitura e escrita, ou seja, contribuindo para a formação e desenvolvimento do aluno como um todo, ao longo do período de escolarização.

Apesar dos dois termos terem suas especificidades, os dois processos, entretanto, não se distinguem, necessariamente. Na realidade, são considerados processos relacionados intrinsecamente, uma vez que hoje a educação compreende que a alfabetização não pode ocorrer separada do letramento. O indivíduo que, no seu dia a dia, está em contato com os livros, revistas ou qualquer fonte de leitura e

consecutivamente também está rodeado de pessoas que cultivam essa prática já começa a ser letrado, mesmo antes de ir para a escola.

Nos processos de Alfabetização e Letramento, não se trata apenas de os professores e professoras ensinarem a ler e escrever, mas, sobretudo, em ensinar como fazer uso social significativo da leitura e da escrita, a partir do planejamento das alunas na direção da imersão dos alunos em práticas sociais de leitura e de escrita na conjuntura social.

Entretanto, também fica implícita a responsabilidade do profissional da Pedagogia, no contexto da Alfabetização e do Letramento, nos anos iniciais de escolarização, através da busca pela compreensão do estudante e do seu contexto social e cultural, com vistas a garantir o direito à aprendizagem e, portanto, apropriação dos mecanismos de leitura e escrita.

Se considerarmos que a escrita e a leitura estruturam práticas sociais constitutivas das relações interpessoais e institucionais das sociedades modernas, estando presentes em todos os espaços, estes mecanismos sociais de interação comunicativa ganham vida através de processos complexos e multifacetados, que envolvem, na sua construção, o domínio do sistema alfabético, a compreensão, o uso efetivo da língua escrita nas práticas sociais cumprindo diferentes funções sociais.

E devido a essa realidade, quanto mais clareza na diversidade de usos e funções da leitura e da escrita nos processos de comunicação em contexto de uso social de uma língua os professores tiverem, maior será a compreensão que o aluno, eventualmente, terá, tornando-se capaz de realizar escolhas mais adequadas no seu dia-a-dia.

E, para que essa aprendizagem seja de qualidade, o papel do educador e da escola deve nesse processo precisa ser muito bem delimitado para que o objetivo transformador social maior seja alcançado, fugindo das técnicas mecânicas de alfabetização que, via de regra, favorecem a alienação, diferentemente a alfabetização em contexto de letramento, que proporciona um ambiente diferente e criativo para os alunos.

Assim, a proposta de se trabalhar a alfabetização e o letramento nas séries iniciais se torna relevante por debater e analisar métodos e abordagens que são utilizadas pelos docentes na prática de ensino. Considerando a real dificuldade

enfrentada pelos alunos perante uma novidade, observando quando ocorrerá o processo de aprendizado da leitura e escrita, a sua história de vida e suas vivências que fazem parte desse processo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciana S.; MONTEIRO, R. L.; LUQUETTI, E. C. F. **Livro didático de alfabetização e letramento: incompatibilidade com a formação docente.**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos de Goytacazes-RJ, 2018.

BRAGA, Luciana Pereira. **A importância da Alfabetização e do Letramento na Educação Infantil.** Disponível em:

<<https://www.recantodasletras.com.br/artigosdeeducacao/6071631>>. Acesso em: 23 jul 2021.

BRANDÃO, A. C. P.; CARVALHO, M. J. P. de. **As fichas de atividades de linguagem escrita na Educação Infantil** In: BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. S. (Org.). **Ler e escrever na Educação Infantil.** Autêntica editora, Belo Horizonte, 2010.

BRANDÃO, Ana Carolina P.; LEAL, Telma Ferraz (Org.). Alfabetizar e letrar na Educação Infantil: o que significa? In: BRANDÃO, Ana Carolina P.; ROSA, E. C. S. (Orgs.). **Ler e escrever na Educação Infantil: Discutindo práticas pedagógicas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Cap. 1, p. 13-31.

BRASIL. Guia de Livros Didáticos – **Letramento e Alfabetização e Língua Portuguesa -PNLD 2010.** Ministério da Educação, 2009. Disponível em:

<ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro_didatico/guia_pnld_2010/lingua_portuguesa.pdf>. Acesso em: 25 jun 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAGLIARI Luiz Carlos Alfabetização e linguística, 10 ed. São Paulo, 2001.

CAMPOS, Maria Malta. Educação infantil. **Reescrevendo a Educação: propostas para um Brasil melhor [Em red]. Available in: www.reescrevendoaeducacao.com.br**, 2006.

COLELLO, Sílvia M. G. **Alfabetização e Letramento: Repensando o Ensino da Língua Escrita.** FEUSP – São Paulo, 2014.

CRUZ, Magna S.; ALBUQUERQUE, Eliana B. Alfabetização e letramento no 1º ciclo: o que as crianças aprendem sobre a escrita a cada ano? **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 92, n. 230, p. 126-147, jan./abr. 2011

EDUCAÇÃO. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico. **Referencial Curricular Gaúcho: Educação Infantil**. Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico, 2018; v.1, p.1-142.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. ed. 24. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FREITAS, O. **Equipamentos e materiais didáticos** – Brasília: Centro de Educação a Distância. Universidade de Brasília, 2007.

GACH, Jocilene S. P.; KLEIN, Rejane. **Um estudo sobre o material didático utilizado na alfabetização da rede pública municipal de Irati**. Congresso nacional de educação – EDUCERE, 2015.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LAZZAROTTO, Eliane Fátima Serena. **Alfabetização e letramento**. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Três Cachoeiras, 2010.

LIMA, Amara R. **Educação Infantil e Alfabetização: um olhar sobre diferentes práticas de ensino**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife: O Autor, 2010.

MARCHESONI, L. B.; SHIMAZAKI, E. M. Alfabetização e letramento: a explorar conceitos. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, SP/v.31, n.64/2021.eISSN1981-8106e07[2021]

MARTINS, Gisele Bervig. **Alfabetização e letramento: livros didáticos nos anos iniciais do ensino fundamental**. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Leopoldo, 2010.

MONTE, Jaime Bezerra do. **Psicologia II**. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2004

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. Educação infantil no Brasil. **Primeira etapa da educação básica Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa**, 2011.

NUCCI, Eliane P. D. Letramento: algumas práticas de leitura do jovem do ensino médio. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2002; v.6, n.1, p.31-38.

RIBEIRO, V. M. **Alfabetismo e atitudes**. Campinas: Papirus, 1999.

SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia. Alfabetização e letramento. **Universidade Federal de Pernambuco, Ministério da Educação**, 2012, 1 ed., p. 152.

SANTOS, Margareth M. Gêneros digitais e letramento: uma multirrelação. **Cadernos do CNLF**, vol. XVI, Nº 04, t. 1 – Anais do XVI CNLF, pág. 674-681, 2012.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Rev. Brasileira de Educação**, 2004 nº 25. Trabalho apresentado no GT Alfabetização, Leitura e Escrita, durante a 26ª Reunião Anual da ANPED, realizada em Poços de Caldas, MG, 2003.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOUZA, J. S.; OLIVEIRA, I. F.; AMORIM, G. F. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 1745-1755, maio, 2019.

UNESCO/OECD Early Childhood Policy Review Project. **Policy Review Report: Early Childhood Care and Education in Brazil**. Paris: UNESCO, 2005. (Versão preliminar).

VAL, Maria da Graça Costa. O que é ser alfabetizado e letrado. **Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância. Práticas de leitura e escrita. Brasília, MEC**, p. 18-23, 2006.

VILAÇA, Márcio L. C. Livros didáticos de línguas e as novas tecnologias: reflexões e questões para avaliação e análise. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, UNIGRANRIO – Rio de Janeiro, 2013, n.38, p. 1 – 11. ISSN-1678-3182.

PREVENÇÃO E COMBATE AO BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR

Ana Paula Trajano Almeida - UNIESP

Andriely do Nascimento Silva Trajano - UNIESP

Sheyla Domingos da Silva - UNIESP

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a sociedade tem sido bombardeada com noticiários, muitas vezes com resultados trágicos, tendo como pano de fundo um “novo” tipo de violência marcadamente de cunho psicossocial denominada “bullying”. Novo no nome, porém não tão novo na prática, o fenômeno do bullying ocorre em diversos espaços sociais, mas é na escola que sua prática tem tido maior repercussão na mídia.

O bullying escolar tem motivado inúmeras pesquisas entre os profissionais da educação e da saúde, ao mesmo tempo em que tem se tornando um grande desafio para gestores, educadores, pais, médicos e psicólogos. Nesse cenário, a questão da violência na escola é muito discutida atualmente sob o nome de bullying, que é exatamente o uso de práticas violentas, baseadas na força e no poder. Sob esse prisma, o presente artigo aborda a temática do bullying e as iniciativas adotadas na prevenção e no combate desse fenômeno no âmbito escolar.

Embora haja um consenso entre esses profissionais em torno da relevância psíquica e social do combate ao bullying, principalmente no âmbito escolar, quando adentramos os muros da escola, a questão se torna mais crítica visto que a maioria dos profissionais da educação não está devidamente preparada para lidar com os meandros que envolvem as delicadas relações interpessoais que se estabelecem num contexto de violência que, dia a dia, toma conta do ambiente escolar.

Mais comum do que parece, o bullying nas instituições de ensino, segundo Botelho e Souza (2017) abrange todas as práticas, ações e atitudes agressivas, intencionais e recorrentes (de modo insistente, perturbador e abusivo), que ocorrem sem motivação clara e de forma camuflada, sendo adotadas por um ou mais alunos contra outro, configurando uma relação desigual de poder.

A sagacidade do comportamento bullying, capaz de causar profundos traumas de ordem psíquica em suas vítimas, tem se configurado o cerne das investigações nesse campo do comportamento violento entre estudantes. Para evitar a recorrência das graves consequências na prática do bullying, o tema deve ser

amplamente discutido entre educadores e membros da comunidade escolar, tendo em vista a sua prevenção e o seu combate. Foi nessa perspectiva que se deu o interesse pela temática ora discutida.

No espectro de suas implicações, a prática do bullying pode causar a delinquência juvenil, o isolamento social, o baixo rendimento escolar, o absenteísmo, a evasão escolar, a baixa autoestima, doenças psicossomáticas, transtornos mentais, depressão, incapacidade de auto-aceitação e a não resistência às frustrações. Compreendendo a complexidade que envolve as ações e as políticas de prevenção e combate ao comportamento bullying no espaço escolar, ratifica-se a relevância de se abordar tal assunto neste artigo de conclusão de curso.

Esta pesquisa possui um caráter exploratório e descritivo, buscando na literatura a construção de um arcabouço teórico acerca do tema da violência e suas interfaces na sociedade e na escola. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida no intuito de compreender a complexidade das ações que envolvem as políticas de prevenção e combate ao bullying no espaço escolar. Nessa perspectiva, almejou-se refletir sobre as ações que podem ser implementadas nas escolas com a finalidade de combater a prática do bullying.

2 VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

A escola, compreendida como um ambiente propício a possibilitar uma vivência social distinta da que se tem na convivência familiar deve oferecer a oportunidade para que a criança ou adolescente tenha amplo acesso aos conteúdos, informações e experiências educativas que incentivem o raciocínio crítico, bem como que possam fomentar transformações que irão influenciar positivamente o desenvolvimento da personalidade e o comportamento. (WELCHEN; OLIVEIRA, 2013).

A instituição escolar é permeada por situações decorrentes da convivência entre pessoas. Nas escolas, infelizmente, há uma reprodução de formas de violências que são observadas na sociedade, contudo, há também violências peculiares ao ambiente educacional, haja vista que no espaço escolar a criança ou o adolescente ocupa o lugar tanto de vítima quanto de agressor, transformando a escola em um ambiente em que são verificados variados conflitos sociais, o que

acaba por comprometer o seu papel de socialização, aprendizado e formação humanística.

De acordo com Abramovay e Rua (2016) os conflitos e as situações de violência existem desde os primórdios da humanidade, e na escola não é diferente, justamente por se tratar de um espaço de convivência entre pessoas diversas, um ambiente social no qual as crianças e adolescente estão em plena formação, reunindo experiências, dúvidas, anseios e questionamentos, ou seja, estão aprendendo a conviver com as diferenças existentes entre os colegas, professores e a comunidade escolar, para, posteriormente, inserir-se na sociedade, já na vida adulta.

Calimam (2016) assinala que a compreensão de violência como resultado do uso da força, se distingue do conceito de violência seja como uma forma de delinquência, ou mesmo de atitudes indisciplinadas. O autor chama a atenção para a problemática entre violência e indisciplina, tendo em vista que os atos de violência no segmento escolar, bem como a delinquência ou mesmo ações de indisciplina estão diretamente relacionados aos atores envolvidos e as relações sociais estabelecidas.

As atitudes agressivas entre alunos no espaço escolar remetem a um problema em nível global, que durante década foi visto como algo corriqueiro e até mesmo natural, não tendo a atenção que merecia por parte dos adultos. Sendo assim, a violência impetrada no ambiente escolar acaba por se um reflexo do que o aluno vivência na sociedade, relacionada muitas das vezes a indisciplina, dificuldades de se relacionar com os colegas, agressividade, dentre outros (LOPES NETO, 2015).

A violência escolar refere-se a todos os comportamentos agressivos e antissociais, que variam de conflitos interpessoais até atos criminosos de grande relevância. Muitas destas situações dependem de fatores externos, onde as intervenções podem estar além da responsabilidade e da capacidade das instituições de ensino e de seus funcionários (SOUZA e ALMEIDA, 2011, p.2).

Na vanguarda dos estudos sobre a violência no ambiente escolar encontramos o norueguês, pesquisador da Universidade de Bergen, Dan Olweus (2016). Através de seus estudos foram definidos alguns dos primeiros critérios para a caracterização do bullying em ambiente escolar, com o intuito de diferenciar esse

tipo de comportamento nocivo ao bem-estar psicológico de crianças, jovens e adolescentes de outros comportamentos escolares.

Suas pesquisas apontaram que a cada sete alunos entrevistados sobre os comportamentos em grupo escolar, um em média estava envolvido em alguma situação de bullying (SOUZA e ALMEIDA, 2011 *apud* FANTE, 2015). Antunes e Zuin (2018) consideram o problema do bullying com um novo um tipo de violência que vem se estruturando no ambiente escolar nas últimas décadas e que vem merecendo uma atenção especial dos centros de pesquisa universitários no Brasil nos últimos anos. A prática desse tipo de violência remete,

[...] a necessidade que o agressor tem de se auto-afirmar, perante si mesmo e em relação aos outros e para que isso ocorra, normalmente, o agressor se impõe sobre a vítima, considerada a parte mais frágil da relação e por ter a certeza de que ela não irá apresentar meios de defesa para reverter a situação (LEÃO, 2010, p. 119).

Fante (2015) observando os resultados das pesquisas do professor Olweus (2016) e comparando-os aos dados referentes ao mesmo problema enfrentados por outros países da Europa, Ásia, América do Norte, América Central e América do Sul, conclui que esse tipo de comportamento tem se mostrado recorrente com certa similaridade, chegando, às vezes, a se mostrar até mesmo superior às situações observadas na Noruega.

Ainda de acordo com a autora, os centros de pesquisa por todo o mundo alertam para a necessidade de se dedicar uma atenção especial para esse fenômeno social que vem se espalhando rapidamente, já se chegando até mesmo a identificar situações de bullying entre turmas de Educação Infantil, nos primeiros anos da Educação Básica.

No Brasil, a situação tem se mostrado tão preocupando quanto nos outros países onde esse fenômeno tem se estabelecido como um problema de saúde pública. Só para se ter uma ideia, os dados estatísticos da World Health Organization (2019) revelam que o suicídio decorrente da prática do bullying está em segundo lugar entre as causas de mortes de indivíduos entre 15 e 29 anos no mundo e em quarto lugar no Brasil.

Outra grave consequência da prática do bullying diz respeito ao aumento da probabilidade de crianças, jovens e adolescentes, que não recebam

acompanhamento e tratamento adequados para superar os traumas vividos enquanto vítimas, venham a se tornar adultos depressivos (FANTE, 2015).

3 BULLYING: DEFINIÇÕES

Para Constatini (2016) o bullying se configura em um comportamento relacionado à agressão verbal, física ou psicológica que pode ser praticada tanto de forma individual quanto grupal. O bullying é um comportamento típico das relações interpessoais, em que os mais fortes intimidam os mais frágeis, tratando-os como meros objetos para seu entretenimento por meio de “brincadeiras” que mascaram o real objetivo de maltratar e humilhar.

Bullying é um termo utilizado para denominar uma questão antiga que durante muito tempo não foi vista como algo preocupante, até que, por volta dos anos 1970 surgiu na Suécia um grande interesse de toda a sociedade pelos problemas entre agressores e vítimas nas escolas (CONSTATINI, 2016, p. 4).

Trata-se de uma palavra que advém do idioma inglês, sendo adotada em vários países para definir tipos de comportamentos agressivos e antissociais, sendo um vocábulo amplamente utilizado em pesquisas sobre a problemática da violência escolar, a qual, conforme afirma Fante (2015):

Ocorre de modo velado, ou seja, não é praticado às claras, por meio de um conjunto de comportamentos cruéis, intimidadores e repetitivos, de forma prolongada contra uma mesma vítima e com grande poder destrutivo, ferindo a área mais preciosa, íntima e inviolável: a alma. O bullying vem se disseminando, tendo como resultados os nefastos massacres em escolas localizadas nas mais diversas partes do mundo (FANTE, 2015, p. 21).

Monteiro (2018) afirma que embora o bullying não seja um fenômeno recente, somente na atualidade vem sendo reconhecido como gerador de prejuízos psicológicos, merecendo medidas educativas visando sua prevenção e combate efetivo, uma vez que na escola há situações complexas e questões sociais para as quais o conhecimento pedagógico não consegue enfrentar sozinho, precisando do auxílio multidisciplinar de profissionais especializados, da área da saúde e da segurança pública.

A preocupação com a questão do bullying vem se estendendo pelo mundo, especialmente depois que numerosos casos de suicídios e homicídios envolvendo alunos e ex-alunos, tendo a escola como cenário de conflitos armados, começaram

a ser noticiados pela mídia internacional. É bem verdade que as consequências do bullying resultam, necessariamente, em tragédias, como as que nos deparamos na imprensa. Contudo, é importante chamar a atenção para o fato de que as agressões do bullying sempre causarão sofrimento físico (muitas das vezes), mas especialmente, e talvez os mais danosos, psicológicos, interferindo direta ou indiretamente no rendimento escolar e no desenvolvimento de competências relativas à socialização, geralmente deixando marcas profundas nas habilidades emocionais.

Não se pode mais compreender o problema do bullying como uma questão local, isolada de cada país, mas sim de ações que envolva organizações, sociais e políticas de todo o mundo, uma vez que a sua disseminação indiscriminada que implica em sérias consequências sociais para toda a comunidade, podendo afetar estruturalmente o futuro de uma nação, aja vista o potencial de causar sérios danos à formação emocional, social e educacional das gerações, além de aumentar, significativamente, no mercado de trabalho a incidência de sujeitos estressados, que apresentam quadros de depressão, frequentemente associados a baixa autoestima, afetando diretamente a capacidade de auto-aceitação e aumentando a resistência a lidar com a frustração, condições que afetam diretamente o potencial produtivo desses indivíduos no que diz respeito à auto-afirmação e auto-expressão, habilidades tão demandadas no mercado de trabalho do Século XXI (FANTE, 2015).

No Dicionário Oxford (2018 *apud* SOUZA e ALMEIDA, 2011, p.5), o vocábulo bullying tem sua origem na língua inglesa – a partir da “bully” –, a qual possui duas classificações, quais sejam: substantivo e verbo. Quando mencionada como substantivo o termo bully refere-se ao agressor, por sua vez, como verbo seria traduzido para o português como intimidar. Já a palavra bullying é voltada para um comportamento agressivo ou uma atitude abusiva. Ademais, também podem ser verificadas outras representações distintas para bully, citando-se como exemplo: “valentão, brigão, brutal, tirano, insolente e também verbos como: maltratar e ameaçar”.

Fante (2015) afirmam que a palavra bullying vem sendo utilizada em vários lugares do mundo com a finalidade de conceituar a vontade consciente e deliberada de agredir outra pessoa, pressionando-a e a diminuindo. Nesse sentido, o termo em estudo se refere a uma gama de comportamentos intencionalmente agressivos, que

contém menosprezo à vítima, sistematicamente repetidos, os quais são praticados no cerne das relações interpessoais, incluindo as que ocorrem nos ambientes educacionais, como é o caso das escolas.

Nos cenários em que essas atitudes reprováveis se desenvolvem, qualquer aspecto/características relacionado à vítima que desperte algum ‘incômodo’ aquele que pratica o bullying, pode ser usada como justificativa à perseguição daquele que está fora do padrão, sob o ponto de vista do agressor.

O Relatório de Pesquisa “Bullying escolar no Brasil” – Plan Brasil (2010) registra que o conceito de Bullying é frágil, destacando que devido a isso, há dificuldades em se distinguir esse fenômeno na instituição de ensino. A fragilidade resulta em obstáculos para verificar objetivamente este tipo de violência que apresenta peculiaridades em relação a violência geral.

Sendo assim, uma padronização ou um conceito mais homogêneo só seria possível se todos se conscientizarem acerca da existência de tal violência, a qual ainda é negada e velada em nossa sociedade. Em decorrência disso, a palavra, que não possui um vocábulo correlato na língua portuguesa, é, em muitos casos, utilizada equivocadamente para exemplificar situações comuns de conflitos que emergem entre alunos, os quais não se enquadram nos requisitos definidores do bullying. Sobre isso, Fante (2015) ensina que:

[...] bullying é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro (s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do "comportamento bullying" (FANTE, 2015, p. 28 - 29).

Fante (2015) compreende ainda que o bullying se trata de um comportamento maldoso, caracterizado pela crueldade e insensibilidade de quem o pratica, sendo a figura do agressor o mais forte na relação de perseguição, e a vítima o mais vulnerável, frágil. Estes acabam se tornando alvos sistemáticos de "brincadeiras" que mascaram o verdadeiro objetivo daqueles que a praticam, que é o de maltratar e intimidar o outro.

Tendo por fundamento as pesquisas desenvolvidas por Dan Olweus (2016), precursor dos estudos sobre o tema e criador dos requisitos/critérios para constatar

a existência do bullying de forma inequívoca, Fante (2015) relata três critérios de suma relevância fixados pelo estudioso supracitado para identificar corretamente os casos de bullying escolar, a saber: Ações que são repetidas de forma frequente contra a mesma vítima em um lapso de tempo prolongado; relação que demonstra um desequilíbrio de poder que impede a defesa da vítima e inexistência de justificativas que motivem as agressões.

Olweus (2016) a partir de suas observações sobre este tipo de violência, fixou dois critérios sob os quais o bullying se concretiza: de forma direta e indireta. Quando ocorre de modo direto, abarca todo tipo de ataque de um discente para com o outro, desde palavras ofensivas, xingamentos, gestos obscenos, expressões de rancor e ódio, até a agressão física. Por sua vez, é praticado indiretamente por meio do isolamento da vítima dos demais alunos, para que este se sinta excluído, e não possa interagir com os colegas, impactando em um grande sofrimento psíquico e sentimento de solidão. Olweus (op.cit.) nos lembra, ainda, que:

[...] há uma clara associação entre as duas maneiras, pois os alunos que sofrem bullying direto geralmente são isolados e rejeitados entre seus pares. Martins (2015) baseando-se nos vários autores sobre o tema insere os comportamentos de bullying em três categorias: **Direto e físico:** inclui bater ou ameaçar fazê-lo; dar pontapés, roubar ou estragar objetos que pertençam aos colegas, extorquir dinheiro ou ameaçar fazê-lo, forçar comportamentos sexuais ou ameaçar fazê-lo, obrigar ou ameaçar os colegas a realizar tarefas servis contra a sua vontade; **Direto e verbal:** engloba insultar, pôr alcunhas desagradáveis, fazer gozações, fazer comentários racistas, salientar qualquer característica ou deficiência de um colega de forma negativa; **Indireto:** se refere a situações como excluir alguém sistematicamente do grupo de pares, ameaçar com frequência a perda da amizade ou a exclusão do grupo como forma de obter algo do outro ou como retaliação de uma suposta ofensa prévia, espalhar boatos sobre os atributos e/ou condutas de alguém com vista a destruir a sua reputação, em suma manipular a vida social dos pares (SOUZA e ALMEIDA, 2011, p.6).

É de fundamental importância mencionar também a existência do chamado Bullying virtual ou Cyberbullying. Este é praticado com o auxílio das tecnológicas da informação, seja por meio de celulares, tablet's, computadores, em que o agressor publica conteúdos inverídicos sobre a vítima, ou utiliza suas fotos em sites pornográficos, dentre outras situações igualmente revoltantes.

De acordo com Silva (2010) pesquisas constataram que há certo predomínio dos meninos sobre as meninas no tocante aqueles que ocupam a figura de

agressores. Isso por ser explicado devido ao fato de que os garotos utilizam mais a força física, assim, suas atitudes se tornam mais facilmente verificadas.

Já as meninas quando praticam o bullying o fazem através da propagação de boatos, difamações, criando intrigas, com o intuito de isolar o (a) colega. Com vistas a isso, podem passar completamente despercebidas. Enfatiza-se ainda que o uso da linguagem não verbal é frequente, sendo lançados olhares intimidadores, de menosprezo e aterrorizantes, como identificou Fante (2015) em suas pesquisas acerca do bullying.

O bullying, segundo Pereira (2016) representa um comportamento antissocial que, praticado em longo prazo pode causar danos ao desenvolvimento da criança, tanto de forma imediata, quanto posteriormente. Nesse contexto, Constantini (2016) explica que o bullying não representa conflitos triviais ou brigas banais que ocorrem entre aluno, mas se constituem em:

[...] atitudes de intimidação, humilhação e agressão, existindo ainda ameaças constantes, que, de forma sistemática e metódica, pelo uso da violência física e psicológica, são repetidamente impostas a indivíduos mais vulneráveis e incapazes de se defenderem, o que gera na maioria das vezes uma condição de sujeição, sofrimento psicológico, isolamento e marginalização (CONSTANTINI, 2016, p. 79).

Em complemento, vale frisar que o bullying praticado no ambiente escolar, segundo Guareschi (2018) é devastador, afetando e diminuindo a autoestima e a saúde psicológica dos adolescentes, desencadeando problemas como anorexia, bulimia, depressão, ansiedade e por vezes, o suicídio. O autor comenta que crianças vítimas do bullying podem desenvolver medo patológico, pânico, depressão, distúrbios psicossomáticos e evasão escolar.

Lopes Neto (2015) aponta que o bullying compreende todas as atividades agressivas intencionais e repetitivas, praticadas de maneira imotivada, por um ou mais estudantes contra outro, resultando em dor e angústia, inseridas em uma relação desigual de poder. O bullying se manifesta em ofensas, insultos, intimidações, apelidos cruéis, humilhações que geram mágoa profunda.

Os agressores ridicularizam outros alunos, levando-os à exclusão e isolamento, além de causar danos físicos, morais e psicológicos, que segundo Fante (2015) é um comportamento típico das relações interpessoais, em que os mais fortes subjagam os mais fragilizados.

3.1 TIPOS DE PAPÉIS DESEMPENHADOS NOS ENVOLVIDOS NO BULLYING

A pesquisa de Fante (2015) chegou a dados que possibilitaram traçar o perfil de alguns tipos de agressores, vítimas e espectadores, frequentemente, envolvidos nas diversas situações de ocorrência de bullying nas escolas. São eles:

i. **Vítima típica:** é aquela que serve de “bode expiatório” para um indivíduo (ou grupo de indivíduos); geralmente pouco sociável, sofre repetidas agressões sem dispor de recursos, status ou habilidades de reação para fazer cessar tais agressões; ii. **Vítima provocadora:** é aquela que provoca e atrai reações agressivas sem conseguir lidar com as consequências; pode ser hiperativa, inquieta, dispersiva e ofensora; é de modo geral tola, de costumes irritantes e quase sempre responsável por causar tensões no ambiente em que se encontra; iii. **Vítima agressora:** é aquela que reproduz os maus-tratos sofridos; tendo passado situações de sofrimento na escola, tende a agredir indivíduos mais frágeis do que ela, transferindo os maus-tratos sofridos, perpetuando a violência e expandindo o número de vítimas; iv. **Agressor:** é aquele que vitimiza os mais frágeis; costuma manifestar pouca empatia, bem como necessidade de dominar e subjugar os outros; manifesta necessidade de conseguir a custo de ameaças o que se propõe; tende a ser impulsivo e ter baixa resistência a frustração; v. **Espectador:** é o aluno que presencia o bullying, porém não o sofre nem o pratica. Representa a grande maioria dos alunos que convive com o problema e adota a lei do silêncio (SOUZA e ALMEIDA, 2011, p.7).

Calhau (2019) em seus estudos observou que os novatos são aqueles que transferidos de uma instituição de ensino para outra, que também ficam vulnerabilizados perante os agressores na nova escola. Ademais, há a figura dos co-agressores, que embora de ocupem a figura do agressor principal, participa de forma direta, fomentando as brigas, rindo dos abusos praticados, promovendo calúnias objetivando degradar a imagem da vítima.

Os co-agressores são frequentemente responsáveis por disseminar as mentiras e conteúdos vexatórios nas redes sociais. São participantes ativos de grupos ou comunidades voltadas para o ódio, membros de páginas que se ocupam apenas em diminuir os outros e perseguir as vítimas no ambiente virtual.

Corroborando com o assunto, Martins (2015) destaca que a maior parcela das pesquisas que tem como eixo norteador o bullying revela que os chamados *observadores* costumam ser, eventualmente, também vítimas desta prática, bem como agressores, posto que, conforme explica Eiras (2019) os alunos podem ter experiências em diferentes polos, transitando entre os papéis de expectador, vítima e agressor.

Para que seja possível identificar a real vítima, de acordo com Dan Olweus *apud* Fante (2015) é necessário que os docentes observem a existência dos seguintes comportamentos: isolamento durante o período do recreio ou a criança sempre busca estar perto de um adulto; dificuldade em se comunicar para a turma, na apresentação de trabalhos, por exemplo; ansiedade; sempre é o último a ser escolhido para trabalhos em equipe; expressão facial de tristeza e contrariedade, além de parecer estar deprimido ou angustiado; desatenção que cresce paulatinamente com os deveres escolares; lesões, cortes, arranhões, roupas rasgadas; começa a se ausentar das aulas com maior frequência; perda constante de materiais.

Nos atos de bullying, os agressores enxergam suas atitudes com sendo de divertimento, ao humilhar a vítima, se sentem bem, sentem-se superiores e poderosos. Ao não se defender, e aceitar a ofensa, a vítima se torna alvo constante (FANTE; PEDRA, 2018). Atente-se que:

A identificação do agressor também deve seguir o procedimento de observação de seus comportamentos habituais atentando para: i. a criança faz “brincadeiras” ou gozações, rindo de modo desdenhoso e hostil; ii. coloca apelidos ou chama pelo nome ou sobrenome de forma malsoante os colegas; insulta, menospreza, ridiculariza, difama; iii. faz ameaças, dá ordens, domina e subjuga. Incomoda, intimida, empurra, picha, bate, dá socos, pontapés, dá beliscões, puxa os cabelos, envolve-se em discussões e desentendimentos; iv. pega dos colegas materiais escolares, dinheiro, lanches e outros pertences sem o consentimento deles (SOUZA e ALMEIDA, 2011, p.8)

Tanto o comportamento da vítima quanto o do agressor dão sinais importantes para o diagnóstico precoce da prática de bullying na escola, que devem ser levados em consideração por toda a equipe pedagógica, do porteiro ao professor, passando pelos(a) zeladores(a), merendeiros(a), supervisores(a), coordenação pedagógica e gestão educacional.

3.2 CONSEQUÊNCIAS DO BULLYING PRATICADO NO AMBIENTE ESCOLAR

As consequências do bullying sobre o ambiente escolar afetam todos os envolvidos. As crianças que sofrem bullying poderão crescer com sentimentos negativos, especialmente com baixa-estima, tornando-se adultos com sérios problemas de relacionamentos (BALLONE, 2015).

Fante e Pedra (2018) destaca que muitas vítimas passam a ter baixo desempenho escolar, apresentam queda no rendimento, déficit de concentração, prejuízos no processo de aprendizagem, resistência ou recusa a ir para a escola, trocam de colégios com frequência ou abandonam os estudos. Na compreensão de Silva (2019):

[...] as consequências do bullying escolar são as mais variadas possíveis e dependem muito de cada indivíduo, da sua estrutura, de suas vivências, da predisposição genética, da forma e da intensidade das agressões. No entanto, o bullying causa sofrimento a todas as vítimas, em maior ou menor proporção. Muitas delas levarão marcas profundas provenientes das agressões para a vida adulta, e necessitarão de apoio psicológico e/ou psiquiátrico para superá-las (SOUZA e ALMEIDA, 2011, p.8).

Para Fante (2015) os impactos decorrentes da prática do bullying para as vítimas são diversos, isto, a depender de como elas lidam com as agressões e de sua reação no que concerne aos seus agressores. Conforme autora, as consequências desta violência para as vítimas são sérias e profundas, gerando falta de interesse pela escola, déficit de atenção e dificuldades de aprendizagem, diminuição do rendimento escolar, abandono, bem como elevação dos números de evasão escolar.

Silva (2019) analisa que há também problemas psicossomáticos, que trazem repercussões como transtornos alimentares como a anorexia e bulimia, crises de pânico, quadros de depressão, ansiedade geral, isolamento social, existe também o agravamento de condições já existentes, isto, com vistas a frequência da exposição às situações de extremo estresse as quais a vítima é continuamente submetida. Por fim, Silva (2019) chama a atenção para os desfechos mais graves em decorrência da prática do bullying, como desencadeamento de quadros de esquizofrenia, episódios cada vez mais frequentes de homicídio, quando a reação da vítima se inclina para a vingança sobre seus agressores e de suicídio, quando o sofrimento causado pela agressão não é suportado pela vítima, que acaba atentando contra a própria vida.

O mesmo autor enfatiza-se que os impactos do bullying não são relativos somente às vítimas. Agressores e observadores também estão sujeitos aos danos. O agressor passa a ter a ideia de que suas atitudes abusivas se consolidaram, gerando como consequência o distanciamento social e a queda na capacidade de se

integrar a comunidade escolar, além disso, passar a valorizar a violência como modo de obter poder, trazendo com isso, possíveis episódios de delinquência juvenil.

No mesmo sentido, Fante (2015) explica que as atitudes abusivas podem se expandir e alcançar a vida adulta, resultando em dificuldades de convivência em vários âmbitos, seja pessoal, profissional, social (FANTE, 2015).

Sob esse prisma, pesquisas desenvolvidas por Olweus (2002 *apud* FANTE, 2015) revelaram a existência de uma relação direta entre bullying e alguns tipos de crime. Nestes estudos, os docentes observaram ao longo de anos quais trajetórias tomaram a vida de um grupo de alunos envolvidos em episódios de bullying, com idades variando entre 12 e 16 anos, identificados como agressores e praticantes do bullying na escola. Ao final da pesquisa, constatou-se que 60% dos alunos daquele grupo amostral havia se envolvido em crimes, sendo-lhes imputadas sanções penais antes dos 24 anos.

4 O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE AO BULLYNG

Para Fante e Pedra (2018, p. 52) o bullying sempre existiu no ambiente escolar, e tão antigo quanto ao nascimento da escola, porém “infelizmente, muitas escolas não admitem a existência do fenômeno”. Porém, Pereira (2019) destaca que o papel da escola na atualidade sofreu mudanças drásticas, e vão além da função de formação acadêmica, agregando também funções como a socialização, formação de caráter e cidadania.

Em seu turno, Polato (2017) afirma que, no cenário contemporâneo, vive-se num período de crise da educação, no qual o papel da escola não está tão claro. Seus objetivos já não são somente ensinar conteúdos educativos tradicionais. No espaço escolar se vai, além disso, tornando-se também um espaço de interação entre seus participantes. É também um lugar onde as crianças e adolescentes aprendem a se relacionar, adquirem valores e crenças, desenvolvem senso crítico, autoestima e a segurança. Segundo Minayo (2019) uma escola ideal é exatamente a escola que favoreça um ambiente saudável e de formação para a cidadania:

[...] é aquela que respeita e estimula os alunos a pensar. São escolas em que, além de o aluno aprender as matérias, se permite que ele cresça como pessoa e cidadão. Ou seja, ela é a instituição que realiza, ao mesmo tempo, sua função de construir conhecimentos, convivências, experiências e crítica social e, assim, cumpre importante papel socializador (MINAYO, 2019, p.114).

Mello (2015) chama a atenção para a importância de a escola incluir no currículo regular não somente os conteúdos das disciplinas obrigatórias, devendo a instituição escolar fomentar a prática de atitudes cidadãs entre os alunos, voltadas a: cooperação, solidariedade, empatia, positividade, proatividade na resolução de conflitos e problemas, determinação, espírito de equipe, dentre outros.

Para a autora, o professor precisa criar o hábito de monitorar frequentemente as atitudes inclinadas à violência que, eventualmente, podem aflorar entre os seus alunos, haja vista que esses comportamentos violentos pode prejudicar, substancialmente, o desenvolvimento das crianças, jovens e adolescentes, movendo as vítimas na direção do isolamento social diante das agressões.

O psiquiatra Lauro Monteiro (2016) afirma que embora algumas pessoas defendam que haja a intervenção da polícia e do poder judiciário como solução para o bullying, ele argumenta que esse não é o caminho, sendo necessário, primeiramente, intensificar as campanhas de conscientização sobre questão, sendo a prevenção a melhor estratégia pedagógica de combate. De acordo com ele, no bullying tanto agressor quanto vítima apresenta algum tipo de problema, sendo assim, as duas deverão ser tratadas e, a escola cabe implementar um plano de medidas e ações voltadas à prevenção.

Na mesma direção, Lidia Aratangy (2016) preconiza que quando a instituição de ensino não se constitui em um espaço de convivência pacífica, um ambiente de formação para o futuro cidadão, embasada na ética, ela não conseguirá atingir sua finalidade precípua de educar, na mais ampla acepção deste termo.

Os membros que compõe a comunidade escolar precisam estar atentos a formação de grupos de alunos, como estas associações se desenvolvem, que são os membros e quais seus papéis, e quem são os líderes, uma vez que estes grupos aparecem e acabam se mantendo ao longo do tempo de forma predominante no ambiente escolar, podendo subjugar outros.

Sendo assim, a escola não pode ser omissa ao que ocorre entre seus alunos, possuindo uma grande responsabilidade, pois todo o processo pedagógico é impactado pelo que é praticado no ambiente escolar. A autora conclui que a escola nem sempre poderá tomar todas as atitudes necessárias, mas deverá fazer tudo que estiver ao seu alcance. Entendemos, assim como Lidia Aratangy (2016), que:

[...] os valores têm de ser de fato respeitados. Há em nossa cultura uma ambiguidade muito grande com relação aos valores, pois, é consenso que lealdade, dignidade, integridade, respeito pelo próximo são importantes de serem seguidos e transmitidos, porém, tende-se a acreditar nesses valores muito no abstrato e com grandes palavras, sem haver muitas vezes coerência com as ações (ARATANGY, 2016 *apud* SOUZA e ALMEIDA, 2011, p.10).

Aratangy (2016) ainda assinala que é a partir das ações adotadas no cotidiano diário da escola que os valores de cooperação, amizade e respeito se fortalecerão, sendo de uma importância os exemplos positivos. Vale frisar que o papel da escola ao se deparar com o bullying é enfrentar a problemática, adotando estratégias educativas visando coibir tal prática. A escola e a família devem atuar em conjunto a fim de conscientizar os alunos e prevenir agressões e violências no espaço educacional.

À luz desses pressupostos, o presente trabalho discutiu a problemática do bullying escolar e as iniciativas adotadas na sua prevenção. Buscou-se, pois, enfocar, mais precisamente, o combate desse fenômeno no âmbito escolar. Para tanto, foram sugeridas ações que podem ser implementadas nas escolas com a finalidade de combater a violência associada à prática do bullying.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

5.1 PROJETOS DE INTERVENÇÃO E AÇÕES PEDAGÓGICAS DE COMBATE AO BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR: UM OLHAR PARA O HORIZONTE DE POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO

Com base na revisão teórica ora desenvolvida, verificou-se à necessidade de reflexões acerca das possibilidades de intervenção pedagógica sobre o problema do bullying na escola a partir da elaboração e proposição de ações baseadas em metodologias de projetos nas escolas, a fim de relacionar ações que atuem de forma preventiva e mais efetiva em relação a problemática em questão, para que não haja a reincidência dos casos que tanto vitimam estudantes.

Entendemos que um projeto de intervenção deve ser elaborado tomando como referência as situações mais críticas, identificadas na prática do bullying na escola. Na abrangência do projeto, o foco central devem ser sempre os estudantes, vítimas do bullying – a sua proteção e defesa, bem como os agressores, ou seja, os praticantes do bullying. Mas, no geral, deve-se buscar atingir toda a comunidade escolar.

A meta de um projeto de intervenção escolar deve ser, em termos de objetivo geral, desenvolver ações educativas que visem conscientizar e sensibilizar a comunidade escolar, contra a prática da violência entre seus membros, com foco especialmente nos comportamentos inerentes ao fenômeno do bullying escolar. Assim, uma proposta poderá partir das seguintes metas:

- Identificar os estudantes, vítimas e agressores do bullying;
- Realizar planejamento, monitoramento, registro e sistematização das ações;
- Realizar encontros sistemáticos com os estudantes (vítimas e agressoras do bullying) e seus familiares, visando à proteção e defesa, que inclui o acolhimento, a escuta e os acompanhamentos dos mesmos;
- Realizar uma campanha educativa para prevenir atitudes de bullying na escola;
- Realizar palestras sobre bullying com os estudantes, esclarecendo sobre os aspectos éticos e legais de sua prática;
- Divulgar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) para a comunidade escolar;
- Confeccionar e expor ilustrações e álbum seriado acerca do significado da prática do bullying dentro da escola;
- Distribuir folders explicativos para a comunidade escolar esclarecendo acerca do assunto;
- Realizar oficinas de sensibilização com a comunidade escolar para o combate a prática do bullying, visando coibir atitudes de discriminação, humilhação ou qualquer comportamento de intimidação ou constrangimento na escola;
- Divulgar, através da Rádio Escola, mensagens e reflexões acerca dos valores humanos e do respeito à diversidade para a internalização da cultura de paz escola;
- Encaminhar, quando necessário, estudantes vítimas e agressoras aos serviços de assistência médica, social, psicológica e jurídica;
- Trabalhar a autoestima dos estudantes através de atividades teatrais e da dança;
- Realizar visitas domiciliares, quando necessário, para dar apoio às vítimas do bullying.

Tomando por base as metas propostas no plano de intervenção, poderão ser criadas as seguintes ações gerais de intervenção:

1. Orientações nas turmas desses estudantes - que apresentou o intuito de conscientizá-los acerca da importância dos valores humanos, como o respeito mútuo (como por exemplo, chamar o colega pelo seu nome), a solidariedade, a tolerância, o companheirismo, a amizade e a valorização das individualidades de cada um, para que as diferenças pudessem ser canalizadas para a melhoria da autoestima;

2. Orientação aos pais dos alunos vítimas do bullying - onde os pais foram convidados a comparecerem à escola para tomar ciência e discutir a problemática de seus filhos para que, juntos, pudessem encontrar saídas e solucionar o problema. Os mesmos se comprometeram em colaborar e orientar melhor seus filhos; e,

3. Sensibilização com a comunidade escolar para se mobilizar em torno da temática. Durante o evento, especialistas (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e psicopedagogos) (elaboradores da proposta de intervenção) lançarão uma campanha educativa para prevenir atitudes de bullying no interior da escola.

Entre as principais atividades a serem desenvolvidas no ambiente escolar, propõe-se:

- Palestras para os estudantes sobre bullying, esclarecendo sobre os aspectos éticos e legais que envolvem o bullying (Lei nº 11.381 de 2008);
- Exposição com a produção dos estudantes do 6º ao 9º ano, com ilustrações acerca do significado da prática do bullying dentro da escola.
- A participação ativa dos próprios estudantes, explicando para os visitantes (e demais membros da comunidade escolar, como os pais, os professores e estudantes) sobre a problemática;
- Distribuição de folders explicativos para a comunidade escolar esclarecendo acerca do assunto;
- Confecção e exposição de álbum seriado e de outros cartazes explicativos afixados na sala de aula;
- Envolvimento dos (as) professores (as) na campanha, incluindo os de Religião, Educação Física e Artes.

Do ponto de vista institucional, é importante que se desenvolva uma cultura de paz onde o olhar humanizador se estenda entre os dirigentes, gestores, atores institucionais, em especial para os estudantes, bem como os demais atores da sociedade civil. Só desse modo, acreditamos ser capaz de reduzirmos as atitudes de discriminação, de humilhação ou qualquer outro comportamento de intimidação ou constrangimento, evitando o sofrimento, a dor e o sentimento de exclusão social dentro da escola.

Esse tipo de ação não deve ser meramente pontual, atendendo a uma agenda governamental ou uma emergência no âmbito escolar, quando um problema, identificado em função de suas consequências, já está plenamente instalado no ceio da comunidade estudantil. Os projetos pedagógicos das escolas devem abrigar um espaço para a inclusão dessa temática, promovendo a discussão e reflexão de forma contínua e permanente.

Rodas de conversa, palestras, apresentações teatrais e musicais, produção textual, atividades esportivas e recreativas e muita conversa sobre maneiras de prevenir e combater o bullying são algumas das atividades que podem ser desenvolvidas nas escolas visando coibir e prevenir tal prática.

A formação dos educadores, fundamentados teoricamente acerca da temática é fundamental para o sucesso das ações. Só com a devida compreensão do “fenômeno” bullying é que ele pode ser detectado e combatido efetivamente. É necessário que se realize cotidianamente avaliações sobre os casos detectados, através de indicadores qualitativos, como registros no “Livro de Ocorrências” dos especialistas dos atendimentos e orientações às vítimas e seus familiares, bem como os agressores (praticantes do bullying) dentre outros.

Um Plano de Ação mais sistemático e de caráter duradouro envolveria as seguintes ações:

- Capacitação de docentes, diretores e demais funcionários para o combate a prática bullying, que venha a coibir atitudes de discriminação, humilhação ou qualquer comportamento de intimidação ou constrangimento na escola;
- Realização de atendimentos, de proteção e defesa, nas etapas de acolhimento, escuta, encaminhamentos e acompanhamentos dos casos citados;

- Apoio e orientação sistemática às famílias e às vítimas do Bullying; instrumentalizando-os para o exercício de sua autonomia e cidadania;
- Mapeamento dos serviços de apoio à criança e ao adolescente, como: esporte, assistência social, saúde, educação, cultura e lazer para fazer os encaminhamentos necessários;
- Preparação de materiais didático-pedagógicos para trabalhar em sala de aula;
- Visitas domiciliares aos familiares das vítimas do bullying.

O objetivo das ações é sensibilizar as escolas e criar um canal de comunicação entre estudantes, professores, funcionários e a própria comunidade. As atividades contribuirão para construir um clima escolar favorável ao diálogo, empatia e minimização de situações de violências, além de promover a convivência harmônica. É fundamental que os estudantes se sintam seguros e acolhidos pela escola e ao mesmo tempo sejam precursores de informações de prevenção e combate ao bullying.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos ao longo desta pesquisa que somente em meados de 1980, o compromisso e a preocupação contra a violência escolar passou a ser intensificar e, por conseguinte, ser pesquisada. Esses estudos pedagógicos tiveram início devido as crescentes depredações e danos aos prédios escolares praticados por alunos. Conforme Sposito (2001), apenas nos 2000 é que se passou a promover estudos sobre as relações interpessoais agressivas, envolvendo alunos e a comunidade escolar.

Verificamos que a maioria dos alvos de bullying são aqueles alunos considerados “diferentes” dos demais, como exemplo: alunos que se destacam por sua inteligência e participação, crianças pequenas, gordas, que usam óculos, dentre outras. As agressões ocorrem gratuitamente, visto que a pessoa vítima do bullying, normalmente, não cometeu nenhum ato que motivasse tais violências.

Com base na revisão bibliográfica, observamos, ainda, que a prática do bullying não se resume a conflitos normais ou brigas que ocorrem no ambiente escolar, mas se tratam de verdadeiros atos de intimidação, ameaças, abusos psicológicos que, sistematicamente, crescem, chegando a violência física. São

agressões frequentes, em que o agressor se volta principalmente para colegas mais vulneráveis e incapazes de se defender, o que leva a uma condição de sujeição, sofrimento psicológico, isolamento e marginalização (CONSTANTINI, 2016).

Os traumas causados pelo bullying aos alunos vitimados podem ter consequências que irão perdurar por toda sua vida. Fante (2005, p. 62) salienta que a ação maléfica do bullying “[...] traumatiza o psiquismo de suas vítimas, provocando um conjunto de sinais e sintomas muito específicos, caracterizando uma nova síndrome [...]”, denominada de *Síndrome de Maus Tratos Repetitivos*, na qual a criança estará predisposta a reproduzir a agressividade sofrida ou a reprimi-la, comprometendo, assim, o seu processo de socialização.

Para Fante (2005), o bullying ocorre em todas as escolas do mundo – com maior ou menor incidência e, independentemente das características culturais, econômicas e sociais do aluno. Em decorrência disso, há uma crescente preocupação dos estudiosos em buscar soluções para o problema.

Olweus (2016), um dos maiores pesquisadores sobre bullying, orienta que pais e professores devem estar atentos ao comportamento das crianças e dos adolescentes, considerando os possíveis papéis que cada um pode desempenhar em uma situação de agressão, sendo necessário identificar os alunos que são vítimas, agressores ou espectadores.

O mesmo autor afirma que a escola e as famílias dos envolvidos podem elaborar estratégias e traçar ações efetivas contra essa prática. Por conseguinte, para que se tenha uma atuação eficaz e eficiente é necessário saber “identificar, distinguir e diagnosticar o fenômeno, bem como conhecer as respectivas estratégias de intervenção e de prevenção hoje disponíveis” (FANTE, 2005, p. 92).

A violência escolar não é um problema fácil de ser resolvido, é uma situação histórica e de grande complexidade. Outro fator preocupante é que a violência estar, de tal modo, entranhada em nosso dia-a-dia, ao ponto de ser vista pela sociedade como algo natural, aceitável ou que não pode ser mudado, gerando conformismo diante a presença dela.

O problema do bullying escolar é um fenômeno real e cada vez mais presente no cotidiano da maioria das escolas brasileiras. Confundido com meras brincadeiras de malgasto, o bullying passa despercebido pela maioria dos educadores e mesmo dos pais dos estudantes. É necessário que os profissionais da área de educação e

saúde estejam atentos para essa questão no sentido de detectar e combater amplamente a problemática.

Nesse sentido, é extremamente urgente o alerta aos educadores, já que estes estão mais próximos das situações reais. Julgamos fundamental a iniciativa dos programas de formação docentes. Contudo, reforçamos que as ações não se limitam às formações continuadas, mas devem fazer parte de uma política permanente das escolas.

O objetivo é tornar as ações preventivas ao bullying uma prática contínua, permeando o cotidiano e o currículo escolar, orientadas pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), e desenvolver competências socioemocionais nos estudantes, que reflitam na melhoria dos resultados de aprendizagem, uma das funções primordiais da educação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M; RUA, M. G. **Violências nas Escolas**: versão resumida. Brasília/DF: UNESCO, 2016.
- ANTUNES, D. C; ZUIN, A. A. S. Do Bullying ao preconceito: os Desafios da Barbárie Educação. **Psicologia Social**, vol. 20, nº. 01, Porto Alegre, Jan/Abr. 2018.
- ARATANGY, Lídia. **Documentário Educação**: “Não me bully também”. TV Novo Tempo, 2016.
- BOTELHO, Rafael Guimarães, e SOUZA, José Maurício Capinussú de. **Bullying e educação física na escola**: características, casos, consequências e estratégias de intervenção Revista de Educação Física – N. 139 – Dezembro de 2017.
- CALIMAN, G. Estudantes em situações de risco e prevenção. **Ensaio: Aval Políticas Públicas em Educação**, vol. 14, nº 52, Rio de Janeiro, Jul/Set 2016. 383 – 396 p.
- CALIMAN, G. Estudantes em situações de risco e prevenção. **Ensaio: Aval Políticas Públicas em Educação**, vol. 14, nº 52, Rio de Janeiro, Jul/Set 2016. 383 – 396 p.
- CALHAU, Lélío Braga. **Bullying**: o que você precisa saber: identificação, prevenção e repressão. Niterói, RJ: Impetus, 2019.
- COSTANTINI, A. **Bullying, como combatê-lo?** Prevenir e enfrentar a violência entre jovens. Tradução Eugênio Vinci de Moraes. São Paulo: Itália Nova Editora, 2016.

DICIONÁRIO OXFORD ESCOLAR: para estudantes brasileiros de inglês. **Português Inglês / Inglês-Português**. Edição Atualizada de acordo com a nova ortografia da língua portuguesa. Ano 2018.

EIRAS, Cátia Virgínia da Cruz. **Fenômeno Bullying no Contexto Escolar**. Psicologia PT. 2016.

FANTE, Cleodelice Aparecida Zonato. **Fenômeno Bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas, São Paulo: Versus, 2015.

FANTE, C; PEDRA, J. A. **Bullying Escolar**: perguntas e respostas. Porto Alegre: Artmed, 2018.

FERRER, I. **El campo de batalla**. In: El País 24/01/2017. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/sociedad/REINO_UNIDO/campo/batalla/elpepisoc/2000124elpepisoc_21/Tes. Acesso em: março de 2021.

GUARESCHI, A. P. SILVA, M. R. da. (Coord.) **Bullying Mais Sério do que se imagina**. 2. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, EDIPUCRS, 2018.

LEÃO, Leticia Gabriela Ramos. O Fenômeno Bullying no Ambiente Escolar. **Revista FACEVV**, Vila Velha, n. 4, Jan/Jun. 2010, p. 119-135.

LOPES NETO, A. A. Bullying: Comportamento Agressivo entre Estudantes. **Jornal de Pediatria**, (Rio J.) nº. 81, nº.5 suppl. Porto Alegre Nov. 2015. 164 – 172.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: ATLAS, 2016.

MARTINS, M. J. D. O problema da Violência Escolar: uma classificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. **Revista Portuguesa de Educação**, nº 18, 001 Universidade do Minho Braga, Portugal, 2015. 93-105 p.

MELLO, Guiomar Namó de. **Sucesso na aprendizagem fortalece o aluno para a vida**. Revista Nova Escola. São Paulo: Editora Abril. Abr. 2015, ano XX, nº 181.

MONTEIRO, L. O que todos precisam saber sobre o Bullying. **Jornal Jovem**, nº 11, setembro de 2018. Disponível em: <http://www.jornaljovem.com.br/educacao11/convidado03.php>.> Acesso em: março de 2021.

MONTEIRO, Lauro. **Documentário Educação**: “Não me bully também”. TV Novo Tempo, 2016.

POLATO, A. Violência é produzida na escola sim. In: **Revista Nova Escola**, ano. II, n. 12, São Paulo, 2018.

PLAN BRASIL. **Pesquisa**: Bullying no ambiente escolar. Brasil. 2019.

ROLIM, M. **Bullying**: o pesadelo da escola um estudo de caso e notas sobre o que fazer. Dissertação. UFRGS. Porto Alegre, 2018.

SOUZA, C. P. de e ALMEIDA, L. C. P. de. **BULLYING EM AMBIENTE ESCOLAR**. ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.7, N.12; 2011.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Cartilha**: Bullying - justiça nas escolas. 5. ed. Conselho Nacional de Justiça. Brasília, 2019.

SPÓSITO, M. P. Um Breve Balanço da Pesquisa sobre Violência Escolar no Brasil. *In: Revista Educação e Pesquisa*, nº 27, nº 1 São Paulo, 87 – 103 p. 2016.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares, Dialogando sobre a violência. *In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Ética e cidadania na escola*. Joao Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2016.

SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES NA PANDEMIA DO COVID 19

Brunna Maria Ana Freire Ferreira – UNIESP

Lucélia Maria da Silva – UNIESP

Maria da Conceição Costa Mendes Aguiar – UNIESP

1 INTRODUÇÃO

Mudanças relacionadas ao papel do professor, como trabalho em excesso, atividades que não estão diretamente atreladas à prática docente e requisitos complexos dentro dos componentes da grade curricular, coincidem com o processo histórico de rápida transformação da compreensão social acerca do exercício dessa profissão, transformações as quais estão resultando em consequências danosas à saúde mental dos professores, considerando ainda a pouca iniciativa do Estado em adotar medidas que venham diminuir os impactos correlacionados às patologias comuns no exercício da docência.

De acordo com Diehl e Marin (2016), a Organização Internacional de Educação acredita que a profissão de docente é um dos empregos mais estressantes, porque o ensino tornou-se uma atividade exaustiva. Esse estresse afeta diversas dimensões dos sujeitos envolvidos, tanto nas partes físicas, quanto nas mentais, diminuindo o seu desempenho profissional de forma significativa.

É interessante ressaltar que, independentemente, do nível de ensino e instituição, seja ela público ou privado, no qual o profissional esteja inserido, é importante compreender o impacto negativo da atual conjuntura pedagógica na saúde dos professores, onde concorre enquanto principal causa o forte envolvimento emocional com os alunos, problemas sócio comportamentais dos alunos, depreciação do trabalho pela sociedade, falta de motivação para o trabalho, requisitos de qualificação de desempenho, relacionamento interpessoal que evidenciam, muitas das vezes, as fracas habilidades interpessoais, muitas aulas e tempo insuficiente de descanso e lazer em função da extensa jornada de trabalho.

Nesses novos tempos de Pandemia esse processo de desgaste físico, mental e emocional do profissional da educação se tornou algo ainda mais preocupante, já que além dos desafios já existentes, esses profissionais tiveram que lidar com algo novo: o distanciamento social, que levou à suspensão temporária das atividades presenciais.

O capitalismo contemporâneo, o avanço da globalização, atrelado às Novas Tecnologias da Informação e Comunicação - NTICs e a pandemia do novo Coronavírus [COVID 19] veio aumentar a precarização da atividade pedagógica, especialmente considerando o fato de que professores, nem tão pouco alunos, estavam preparados para migrar o processo de ensino aprendizagem do contexto físico-presencial para o remoto. Tornou-se ainda mais frequente, as práticas de exploração do trabalho docente, que parece ter amplificado as causas dos transtornos mentais.

A partir dos adventos sociais que vêm surgindo, é interessante considerar que a mudança e a transformação acontecido no dia a dia das escolas e da sociedade faz com que os professores enfrentem novos desafios em suas funções, podendo ter várias consequências dentro das suas vidas particulares.

Salienta-se, pois,

Pesquisadores como PRADO et al. (2013), CUNHA (2009), DIEHL e MARIN (2016), ALVES; GONÇALVES e JUNIOR (2019) entre outros têm se debruçado a respeito do estudo sobre os fatores socioeconômicos que impactam na saúde mental dos profissionais em educação, principalmente dos professores, considerando especialmente as consequências da pandemia da COVID 19, bem como pelo fato de estarem diretamente ligados aos aspectos emocionais dos alunos, trazendo pra si todos os sentimentos atrelados aos discentes.

Sendo assim, esta pesquisa se justifica pela necessidade de se refletir e chegar a um entendimento da dimensão da responsabilidade que recai sobre o professor, que assumiu, então, o dever de transmitir todo o conhecimento que o homem produziu para as próximas gerações, conhecimento esse que é de importância decisiva para o desenvolvimento de toda a sociedade e da condição humana de todos, especialmente quando se observa o fato de que o professor tem assumido, especialmente na rede pública de ensino, a educação dos alunos, educação essa que é papel dos pais que deveriam assumir a responsabilidade que lhes cabe em fazer parte do desenvolvimento educacional, intelectual e cognitivo dos discentes.

Ora, nessa perspectiva, existem muitas doenças relacionadas a profissão docente no ambiente educacional, que acabará por interferir no processo de ensino aprendizagem, afetando consideravelmente o desenvolvimento de habilidades e

competências dos alunos e, conseqüentemente, todas as atividades escolares, levando em consideração que a má condição física e mental pode causar absenteísmo frequente, momentos desconfortáveis na aula, etc.

Esta pesquisa teve, portanto, por objetivo geral compreender a extensão dos fatores socioeconômicos que impactam à saúde mental dos profissionais em educação. Do objetivo geral decorrem os seguintes objetivos específicos: i. expor a relação entre o grau de exploração do professor e o sofrimento mental; e ii. fornecer contribuições reflexivas que possam gerar ações de melhoria das condições de trabalho.

Esta pesquisa está dividida em 5 (cinco) partes textuais. A primeira trata da introdução que busca abordar a concepção inicial da temática em estudo, a justificativa, o problema de pesquisa e os objetivos. A parte seguinte faz referência a toda a fundamentação, que é o balizador da compreensão do tema pesquisado. Os procedimentos metodológicos, os quais foram os norteadores dos processos que trouxeram os achados da pesquisa. Os resultados e discussões compreendem a quarta parte, que acarretou nos achados da pesquisa. Por fim, as considerações finais originaram o olhar pessoal sobre a saúde mental dos professores na pandemia da covid 19.

2 A NATUREZA DO TRABALHO DOCENTE NO SÉCULO XXI: ENTRE DEMANDAS E DESAFIOS

Em primeiro, lugar é necessário iniciar essa discussão buscando levantar o quanto é fundamental refletir sobre o que leva alguém a escolher ser professor nos tempos atuais, quando as novas gerações têm tantas opções de profissões a seguir, e as implicações socioeconômicas que o exercício da profissão de docente tem encontrado no contexto da sociedade contemporânea.

Vivenciamos um quadro muito intenso e rápido de mudança em todos os processos que se vive no século XXI, em que as forças de mudança influenciam significativas alterações no sentido de “está bem formado” para o mercado de trabalho em vários níveis. Educar, portanto, tornou-se uma tarefa cada vez mais exigente e de uma responsabilidade assombrosa, que requer equilíbrio emocional no âmbito escolar, bem como “[...] a coerência entre orientação formativa, procedimentos pedagógicos adequados adaptados [...]” (PRADO et al., 2013, p.8) a

cada realidade formativa, considerando com bastante atenção as expectativas dos sujeitos implicados no processo.

Prado et al (2013), entende que diversas transformações ocorreram nas últimas décadas dentro da educação brasileira e principalmente no exercício da profissão de professor. São muitas as discussões sobre o fazer pedagógico de professor, que esbarram em diversas concepções acerca dos desafios implicados no exercício dessa profissão que, na maioria das vezes, está relacionada apenas a atividade meramente técnica de transmissão e reprodução de conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade, dependente tão somente do conhecimento produzido pelos cientistas.

Essas compreensões estão relacionadas ao tradicionalismo sustentado por algumas instituições de formação de professores, que insistem na manutenção de um modelo de formação de professores pautado na separação da formação teórica e da prática, onde fica evidente a dicotomia existente entre o trabalho docente efetivamente de ensino e as atividades voltadas à pesquisa e extensão.

Historicamente, o ensino é uma profissão que gera grandes expectativas sociais e demanda alguns requisitos pessoais. Uma atividade que, infelizmente, antes era considerada uma profissão nobre, mas que tem deixado de ter valor social ao longo do tempo, o que implica em uma série de efeitos negativos, tanto para educadores quanto para alunos.

No atual ambiente brasileiro, os professores são muito procurados com cobranças, mas raramente recebem o necessário apoio para atuar de maneira significativa na solução das demandas sociais que lhes são direcionadas. Não se pode esquecer que, ao concluir o curso de licenciatura, tornaram-se profissionais e carecem de um exame cuidadoso de suas necessidades no campo do trabalho e da própria saúde.

Cunha (2009) diz que um dos desafios na contemporaneidade é planejar, preparar e inserir novos objetos de aprendizagem para as novas gerações, que deem conta de motivar e engajar a geração da informação midiática, uma vez que a quantidade de informações processadas pelo alunado tem se tornado cada vez maior. Assim,

A natureza múltipla do conhecimento e dos seus processos exigem do professor que saiba, sobretudo, dominar e compreender as novas linguagens e experiências, bem como saber articulá-las com uma outra competência, baseada no processo de mediação e diálogo com os alunos.

Processo em que o professor deve ter um papel essencial, para que a partir da sua intermediação todos possam informar, comunicar, discutir, participar, criar, estimular o acesso a novas linguagens, como forma de ampliar o grau de compreensão e as vivências dos sujeitos. (CUNHA, 2009, p.1053)

A contemporaneidade tem produzido uma crescente demanda na prática educativa relativa à formação dos sujeitos tanto para a vida social, quando para o mercado de trabalho, gerando com isso um contexto social desproporcional à estabilidade psíquica e profissional do educador no século XXI.

Acrescente-se a esse contexto que o professor tem sido forçado a lidar, cada vez mais, com demandas sociais de naturezas bastante distintas àquelas inerentes ao exercício de sua profissão. Isso porque o docente tem que aprender a conviver com uma intensidade maior no que está relacionado aos pensamentos dos alunos e pais dentro do cotidiano escolar, bem como interagir com todos que estão inseridos no contexto escolar.

Segundo Diehl e Marin (2016), na década de 1990, no Brasil, reformas educacionais iniciadas trouxeram aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos que permitiram a flexibilidade da organização e funcionamento da escola, dando maior autonomia de gestão à unidade escolar.

Este tipo de autonomia acarretou em alguns benefícios para os professores, onde os mesmos começam a ter mais liberdade para organizar o trabalho. Por outro lado, todo esse aspecto levantado culminou na expansão da educação e uma maior responsabilidade por parte daqueles que estão inseridos nela. Toda essa mudança fez com que pais e alunos tivessem maior poder, permitindo assim uma cobrança, muitas das vezes, desproporcional por parte dos mesmos aos professores.

Nos últimos anos, a Educação Básica no Brasil vem passando por mudanças e essas mudanças têm impacto direto na organização do trabalho docente. Isso tem levado a uma maior demanda para os professores, que agora precisam se adaptar ao uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação – NTICs em contexto educacional e às mudanças sociais que entram no ambiente de sala de aula, como as discussões relativas a gênero e sexualidade.

O século XXI apresenta um repertório imenso de progressos tecnológicos, científicos, econômicos e de diversas outras naturezas, ocorridos ao longo dos últimos anos e relacionados aos mais variados aspectos trazidos pela globalização. Com o advento das mudanças sociais, políticas e econômicas possibilitadas pelo

processo de globalização imposta pelo progresso tecnológico, surgiram profundas mudanças ideológicas, culturais, sociais e profissionais, muitas delas reveladas através do fenômeno da exclusão social.

É crescente a necessidade de as escolas desempenharem funções antes deixadas para outras instituições sociais, como a família. Para além das funções tradicionalmente atribuídas à especificidade da sua função, os professores também assumiram uma série de responsabilidades, ainda que, na maioria das vezes, encontrem-se em situação de desqualificados e sobrecarregados de trabalho.

Estimular o potencial de aprendizagem dos alunos, ensiná-los a conviver em sociedade, fazer a ponte entre as instituições escolares, garantir a ligação entre a escola e a comunidade e procurar a sua qualificação profissional por conta própria, são algumas tarefas que explicam a sua situação atual de estresse e ansiedade em que se encontram muitos professores.

O ato de ensinar para o professor vai além de promover o aluno a ter uma aprendizagem baseada em conceitos e teorias. Ensinar é ter a capacidade de aprender com o aluno e fazê-lo pensar de uma forma crítica e diferente (CUNHA, 2009).

O magistério no século XXI exige do profissional um aprimoramento maior e contínuo, já que as informações chegam de uma forma muito volumosa, rápida e objetiva aos discentes através das novas tecnologias. Devido a essa demanda, o professor precisa estar sempre atualizado para poder promover, com maior êxito, o ensino aprendizagem dos alunos.

3 A SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: EXPLORAÇÃO E SOFRIMENTO

Hoje, o que caracteriza o trabalho docente é a sua composição de luta constante, que resulta, por sua vez, na promoção de grandes mudanças no cenário educacional. E nesse contexto de luta de classe trabalhista, a implantação e disseminação de novas ideias tem mostrado uma atuação diferenciada no ensino, uma vez que a consciência de classe e o engajamento na luta em defesa de melhores condições de ensino aprendizagem tendem a desenvolver o senso crítico e a responsabilidade social nos discentes (ALVES; GONÇALVES e JUNIOR, 2019).

No entanto, o acúmulo de atribuições dada aos professores, a desvalorização crescente por parte da sociedade, os baixos salários, a grande carga horária de trabalho são alguns dos fatores que tem causado grandes problemas para a saúde mental dos profissionais da educação. Interligados a isto, aumenta o número de funções atribuídas aos professores que antes eram de responsabilidades da família.

Os professores continuam a viver na dualidade, responsáveis não apenas por promover o acesso ao conhecimento cultural de natureza científica, contraposto ao senso comum, socialmente acumulado ao longo dos tempos, mas também por refletir a esperança de mobilidade social nos diferentes níveis populares.

Em tese, o papel da escola é formar os indivíduos para que se tornem pessoas autônomas e críticas, que possam atuar na sociedade para torná-la mais justa, melhorando assim sua qualidade de vida e a de todos ao seu redor. No entanto, as transformações no ambiente social e econômico mudaram muito o papel dos professores e as exigências pessoais e ambientais relacionadas à eficácia de suas atividades profissionais.

Isso apenas nos mostra que a situação da educação no Brasil ainda apresenta um quadro inadequado em termos de questões relacionadas à saúde e às condições de trabalho dos professores, à formação e às práticas profissionais de ensino na educação básica, em especial aquela ofertada pela rede pública de ensino.

Nessas investigações, observou-se que os trabalhadores da educação desenvolvem suas atividades em condições de trabalho que podem produzir dor, tensão emocional e insatisfação, irritação, insônia, envelhecimento prematuro, aumento de doenças e morte por doenças cardiovasculares, além de outras doenças crônico-degenerativas, como o desgaste musculoesquelético e das cordas vocais (ALVES; GONÇALVES e JUNIOR, 2019).

O mais preocupante é o fato de que vivemos em uma sociedade que não reconhece e valoriza a importância da atividade docente, conseqüentemente, também não apoia adequadamente seus professores nas lutas de classes por melhores condições de trabalho. Dessa forma,

A desvalorização do trabalho do professor se traduz pelo desrespeito por parte dos alunos, baixos salários, carga de trabalho exaustiva, alto número de alunos por classe e pressão por metas de produtividade, fatores

responsáveis pelo intenso sofrimento docente. (TOSTES; ALBUQUERQUE; et al, 2018, p.89)

Tostes, Albuquerque et al (2018) afirmam que existem e persistem diversos outros fatores que desencadeiam problemas psicossomáticos nos professores: o aumento dos contratos temporários e a perda da segurança do trabalho; despreparo durante a formação; dificuldades no relacionamento com os alunos e pais devido às fragilidades da escola; requisitos para o uso de métodos de ensino que são incompatíveis com o modelo de escola estabelecido; atuação em vários turnos; sobrecarga de trabalho devido a tarefas como preencher relatórios, calcular notas e manter registros de frequência.

No entendimento de Brognoli, Pagnan e Longen (2020), a literatura brasileira traz amostras de que os professores apresentam alta prevalência de doenças, incluindo transtornos mentais. Também é observado que os professores tendem a naturalizar desconforto, dor e doença em razão da necessidade financeira.

Por esse motivo, existe uma dificuldade de compreensão do processo da doença, o que resulta na demora em procurar atendimento médico especializado e, assim, tem baixa adesão ao tratamento e aos cuidados precoce, que poderiam evitar o afastamento de muitos professores das suas atividades docentes. Infelizmente, nem sempre os docentes prestam atenção à prevenção e promoção da saúde, o que tende a agravar o quadro de doença.

Os efeitos nocivos do trabalho na saúde mental dos trabalhadores em educação podem ser causados por uma variedade de fatores, incluindo a exposição a situações nocivas na organização e gestão do processo educacional, incluindo as mudanças relativas as exigências de inserção da tecnologia no fazer pedagógico e, em alguns casos, a organização do trabalho de hoje.

Embora o impacto na saúde do metal ainda seja pouco conhecido, é possível destacar as pressões por desempenho e produtividade, bem como tarefas dispersas e jornadas extensas (BROGNOLI; PAGNAN E LONGEN, 2020). No geral, o que se tem observado é que

A profissão de professor inclui alguns fatores de estresse, sendo eles os fatores físicos, incluindo ruído e clima interno, substâncias químicas, por exemplo, substâncias perigosas em materiais de ensino, ergonômico, como estações de trabalho de computador, dentre outros. Os fatores de estresse citados pelos próprios professores são pressão do tempo, horário de trabalho, ruído na escola, turmas excessivamente grandes, problemas com

as autoridades da escola e falta de autonomia, por um lado; e ineficiência, problemas comportamentais e falta de motivação dos alunos, comportamento problemático por parte dos pais e baixo status social por outro. O fator dominante é o estresse psicoemocional. (BROGNOLI; PAGNAN E LONGEN, 2020, p. 11523)

Pereira, Teixeira et al (2014) enfatizam que muitas doenças ocupacionais causadas pelas condições de trabalho foram encobertas devido a doenças comuns como, por exemplo, crises constantes de faringite, rouquidão, bursite, tendinite etc., situações enfermas que, ao serem investigadas pelos especialistas da área de saúde através de um processo de anamnese, constata-se tratar de sobrecarga de trabalho.

Além, obviamente, da necessária intervenção do tratamento médico para reabilitar o docente, faz-se necessário se manter vigilante quanto aos fatores motivadores da(s) enfermidade(s) e, é claro, aprender mais sobre os diferentes aspectos do ensino e das condições de trabalho relacionados à saúde e qualidade de vida dos professores para que se possa agir no sentido de estabelecer e promover uma política de prevenção das enfermidades inerentes a atividade docente.

4 PROFESSORES NA PANDEMIA DO COVID-19: ESTRATÉGIAS PARA MINIMIZAR OS EFEITOS NEGATIVOS DO ESTRESSE DO ENSINO REMOTO/HÍBRIDO

Diante de todo o cenário atual em que se encontra o mundo, devido à pandemia causada pelo COVID-19 vários são os impactos que acometem a população e, em especial, os professores em todo o contexto educacional. O cenário atual chega a ser desesperador para algumas categorias profissionais, muitas delas por conta do fechamento de comércios e a interrupção na prestação de serviços com o objetivo de minimizar a propagação da contaminação e diminuir as taxas de internação e mortalidade pelo vírus.

Seguindo o fluxo das medidas sanitárias de prevenção da Covid 19 estão os professores, que tiveram suas atividades presenciais suspensas e se vira, da noite para o dia, obrigados a se adaptarem a uma nova realidade, a do ensino remoto. É preciso, no entanto, lembrar que a profissão de docente traz consigo uma série de características que estão intrinsicamente ligadas ao psicológico dos profissionais

que atuam na educação formal, e justamente por esse motivo estão sendo acometidos por patologias que veem trazendo prejuízos relacionados a sua saúde.

No início do ano de 2019, a situação se viu agravada, pois os professores estavam habituados com as aulas presenciais e tiveram que se reinventar e se readequar ao ensino remoto. O uso de ferramentas digitais, plataformas virtuais, aulas gravadas, grupos de estudos via WhatsApp entre outras demandas causaram ainda mais impactos psicológicos, aumentando a ansiedade, o estresse e todo o tipo de desgaste emocional frente aos profissionais da educação.

Mediante a toda essa pressão psicológica sofrida durante um período tão prolongado de tempo, é válido então ressaltar a importância de abordar a temática sobre a saúde mental de professores, buscando com isso meios de poder ajudá-los, compreendê-los e respeitar o momento que cada um se encontra.

Albuquerque (2018), antes da experiência pedagógica proporcionada pelo isolamento social e suspensão das aulas presenciais em razão da pandemia, dizia-nos que para formar a força de trabalho necessária para o trabalho flexível demandado pelas sociedades do Século XXI, o processo de educação deveria ser simplificado, pautado especialmente no desenvolvimento de habilidades e competências relativas à comunicação, auto-gestão do conhecimento e aprendizagem.

Mas, será que, de fato, podemos pensar desta forma? Se a educação é concebida como simplificada, a formação de professores pode ser simplificada, considerando que ele não precise mais dominar o conhecimento científico acumulado? Será que os seres humanos, em função do avanço tecnológico não produzem e/ou transmitem mais conhecimentos?

A resposta parece ser um tanto quanto óbvia: não. A formação educacional não pode ser reduzida a um processo simplificado, pois a humanidade permanece em efervescente produção de novos conhecimentos cada vez mais complexos, que demandam habilidades e competências refinadas, e, portanto, a formação de professores também necessita, igualmente, de atenção especial, para que nossos futuros professores desempenhem seu papel social com maestria.

O trabalho flexível não elimina os trabalhadores que dominam a base científica das operações, mas demanda destes profissionais a capacidade de aplicação dos conhecimentos científicos na resolução prática de problemas sociais.

Cada vez mais o conhecimento científico está integrado na forma flexível de produção de tecnologia, maquinário e protocolos de processo de produção, o que requer do trabalhador a capacidade de se adaptar rápida e permanentemente às condições de mudança.

Nesse contexto, o professor deixa de ser aquele que espalha o conhecimento gerado na história da humanidade, na maioria dos casos, e passa a ser o sujeito responsável por orientar os caminhos de construção colaborativa do conhecimento, alicerçado em uma sólida base científica. Também é demandado nas escolas por assumir o papel de auxiliar alunos e futuros trabalhadores na conquista ou manutenção das condições de emprego, aliando-se as ferramentas e diminuindo aquele estresse alimentado principalmente pela situação pandêmica atual.

Mariano e Muniz (2006) falam que os trabalhadores saem em busca de alternativas, transformam a exaustão em uma força motriz para a mudança e desenvolvem estratégias defensivas. Dentre outras estratégias citadas como forma de amenizar a dor ou adoecimento, destacamos: relaxar mais com os alunos - cante, converse, brinque, não caia na pregação, procure não se preocupar muito.

As professoras desenvolvem estratégias de enfrentamento que amenizam o sofrimento e favorecem transformar a angústia em força propulsora de mudança, pois a presença do trabalho coletivo, o desenvolvimento de regras de ensino e o reconhecimento por parte dos alunos, se constituem como possibilidade de construção de saúde e de prazer no trabalho destas professoras. (MARIANO; MUNIZ, 2006, p. 76)

O desenvolvimento de estratégias para o confronto do dia a dia organizado pelos professores, buscam o alívio da dor e é propício para tornar a dor o impulsionador para as mudanças, pois a existência de trabalho coletivo, a formulação de regras de ensino e o reconhecimento dos alunos constituem a possibilidade de construção saudável, fazendo com que as mesmas se motivem dentro do trabalho docente, mesmo que as adversidades cheguem para abalar uma tentativa de construção de uma educação saudável.

Portanto, é necessário que se entenda que o planejamento e as estratégias são uma ferramenta para apoiar a prática da estrutura de ensino do professor que permite que ele organize o conteúdo desenvolvido em sala de aula, entendemos que o plano é a necessidade de desenvolvimento do aluno fornece no qual fornece meios para o desenvolvimento do aluno o sucesso do processo de ensino.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa explorou os métodos e técnicas inerentes a pesquisa de revisão bibliográfica, a fim de objetivarmos discutir o problema da saúde mental dos professores em tempos de pandemia de um ponto de vista teórico, levantando e analisando o que se tem observado acerca do tema através de incursões na literatura especializada disponível em artigos, revistas e livros.

De natureza predominantemente qualitativo-interpretativista, nossa pesquisa busca expor argumentos e levantar reflexões na procura por entender melhor o contexto dos problemas de saúde enfrentando pelos professores, através de respostas e explicações para o tema investigado. Destacamos, portanto, a natureza subjetiva na qual se funda esta pesquisa.

Segundo Minayo (1995):

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO 1995, p. 21-22)

Intentamos obter direções reflexivas que partissem de observações e análises para chegar a uma descrição coerente entre a natureza da atividade pedagógica enquanto profissão, considerando suas particularidades e os reflexos da pandemia na saúde do professor, elementos que, no nosso entendimento estão diretamente relacionados ao desenvolvimento cognitivo, psíquico e social de crianças, jovens e adolescentes.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O trabalho com a Educação Básica tem se configurado como um terreno extremamente desafiador no Brasil, especialmente no sistema público de ensino, seja, muitas das vezes, pela falta de estrutura física adequada, que limita a atuação dos profissionais de educação, seja pela falta de comprometimento de pais e/ou responsáveis no estabelecimento e manutenção de uma rotina de estudos monitorada de discentes, resultante em hábitos e comportamentos que se estendem ao ambiente escolar e que concorrem direta ou indiretamente para o sucesso ou o fracasso escolar.

Lidar com as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação - NTICs aumenta significativamente a ansiedade em função da falta de formação profissional para atuar em uma realidade de imersão tecnológica, ainda mais quando dentro do processo de globalização altamente interconectada, e com a quantidade de informações que continua aumentando, vem trazendo consigo a justificativa para o aumento na ansiedade da população.

A pandemia, juntamente com a necessidade da utilização das tecnologias, aumentou consideravelmente os riscos de doenças relacionadas a saúde mental, tais como transtorno de ansiedade, depressão, síndrome do pânico etc. Assim sendo, a pandemia, associada a tecnologia, aparece como um novo canal para externar problemas psicossociais do ser humano.

A exposição a um volume muito grande de informação, para muitas das pessoas, não necessariamente é único o problema que, de fato, gera os transtornos psicológicos, mas tudo leva a crer que a necessidade de administrar esse excessivo volume de informações, atrelado ao ambiente de trabalho desgastante, exigente e estressante, bem como os gestores que raramente entendem e são, via de regra, autoritários tem provocado um aumento considerável de ocorrência de problemas relacionados à saúde mental, aqui em particular, dos professores.

As más relações profissionais não só afetam o desenvolvimento e produtividade da equipe, mas também geram situações desagradáveis que, por vezes, tornam o convívio e a cooperação praticamente inviáveis em determinados contextos, vindo até a comprometer todo o conjunto produtivo de um determinado segmento profissional.

A saúde mental dos professores na pandemia revelou alguns fatores que aumentaram as dificuldades já tão naturais no exercício das atividades pedagógicas dos professores. A demanda por manifestar habilidades na seleção de novas ferramentas digitais no planejamento e aplicação de suas aulas tem gerado considerável estresse emocional nos professores.

Nesse contexto, a gestão escolar, associada a equipe de apoio pedagógico multidisciplinar (psicólogos e assistentes sociais) precisam assumir a responsabilidade de auxiliar a equipe docente. Além de atividades estimulantes e apoio psicológico, a gestão escolar também pode fornecer recursos e suporte para o trabalho dos professores para melhorar o desempenho dos alunos.

Durante uma pandemia, enfrentar os problemas de frente exige coragem e disposição para acabar com os preconceitos e tabus que adoecem milhares de pessoas todos os anos. Reconhecer suas limitações em termos de habilidades para lidar com as NTICs é só o primeiro passo para alguns professores na direção de buscar o necessário suporte técnico especializado para incorporar essas ferramentas em suas aulas.

Nota-se que, especialmente, o campo da educação neste período pandêmico tem evidenciado um crescimento muito alto quanto ao número de agravos relacionados à saúde mental dos professores, com prejuízos que afetam tanto a saúde física (já que o mental afeta o físico), como a psicológica, comprometendo a capacidade de trabalho dos mesmos, diminuindo sua produção intelectual, em função d sobrecarga de trabalho.

Fatores menos frequentes que afetam diretamente a saúde psicológica do professor incluem os métodos de gestão de agências governamentais, a perda do significado do trabalho, o fracasso das expectativas relacionadas ao trabalho, condições de infraestrutura limitadas, responsabilidades excessivas, conflitos interpessoais e falta de planejamento.

Dessa forma, manter-se informado, quanto aos tipos de ações, métodos e técnicas demandadas em tempos de ensino remoto emergencial estão elevando o seu nível de estresse e os problemas de saúde a que eles estão associados. É de extrema importância, portanto, que os gestores em educação dos diversos níveis institucionais atuem de maneira coordenada e colaborativa no sentido da identificação desses fatores geradores de estresse para o professor, para que dessa forma possam buscar agir diretamente na raiz do problema e, com isso, evitar ou diminuir a incidência de situações que levem ao afastamento do profissional da sala de aula para tratar de sua saúde mental.

Não se questiona o fato de que a informação é uma ferramenta de suma importância, através da qual se traz esclarecimentos relacionados as patologias mentais e suas causas. No entanto, salienta-se que é necessário a criação vários mecanismos de prevenção para as enfermidades relacionados a saúde mental dentro do contexto educacional, tendo em vista que as instituições educacionais lidam com uma pressão demasiada.

A busca por instrumentos e mecanismos que possam viabilizar uma saúde mental de mais qualidade aos envolvidos com a educação é fundamental, especialmente nesse período pandêmico. Desenvolver habilidades e competências imbricadas nas atividades sociais de informar, comunicar, discutir, participar, criar, podem ser alternativas imediatas para diminuir os problemas causados à saúde do professor (CUNHA, 2009).

O aumento dos contratos temporários e a perda da estabilidade do trabalho; despreparo durante a formação; dificuldades no relacionamento com os alunos e pais devido às fragilidades da escola; requisitos para o uso de métodos de ensino que são incompatíveis com o modelo de escola estabelecido; atuação em vários turnos; sobrecarga de trabalho devido a tarefas como preencher relatórios, calcular notas e manter registros de frequência são apenas alguns dos fatores, mais citados pelos profissionais de educação, responsáveis pelo aumento do estresse e dos problemas de saúde mental no exercício da profissão.

Nesse contexto, uma estratégia, que pode apresentar bons resultados no tocante ao exercício das atividades docentes e, com isso, diminuir o estresse por parte do professor, é auxiliar na administração dos conflitos sociais inerentes ao contexto escolar, em especial de sala de aula e, por extensão, o familiar no que tange as relações entre pais e filhos, que reverberam no rendimento escolar através do comportamento dos discentes, evitando situações de trabalho que podem produzir dor, tensão emocional e insatisfação, irritação, insônia, envelhecimento prematuro, aumento de doenças e morte por doenças cardiovasculares, além de outras doenças crônico-degenerativas, como o desgaste musculoesquelético e das cordas vocais (ALVES; GONÇALVES e JUNIOR, 2019).

A falta de qualificação profissional adequada para atender as novas demandas profissionais tem sido apontada como uma das principais causas de ansiedade no professor, o que aumenta o risco de desenvolver transtornos psicossomáticos que o adoecem, muitas das vezes, afastando-o do ambiente de sala de aula.

Em decorrência a estes fatores, os padrões de sofrimento se prolongam ainda mais, trazendo as suas manifestações como: tristeza, medo generalizado e ansiedade, expressando corporalmente sintomas que podem vir a desencadear uma

patologia a médio ou em longo prazo, caso não seja realizada uma intervenção qualificada e especializada.

As pressões por desempenho e produtividade, bem como tarefas dispersas e jornadas extensas de trabalho constituem as reclamações persistentes no discurso da classe, que não se cansa de clamar pelo emergente suporte das autoridades em educação. A intensidade dos estressores pessoais estão associadas a tentativas contínuas de lidar adequadamente com os fatores de estresse e também podem tornar essa pessoa propensa aos problemas de saúde mental, afetando a qualidade de vida dos docentes, revelando prejuízos em seu aspecto mental, impactando diretamente a qualidade do processo de ensino aprendizagem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso investigativo da pesquisa nos possibilitou a ampliação do entendimento contextual acerca das dificuldades que os professores encontram no ambiente escolar em suas atividades, seja sentindo dor ou felicidade. As dificuldades identificadas em sala de aula, a partir desta pesquisa, apontaram o impacto negativo na saúde desse profissional. Isso não necessariamente significa estar doente, mas principalmente sentir-se inadequado ao trabalho diário.

Professores reclamam insistentemente da desvalorização com relação à docência, desde o salário, que não chega a atender as suas necessidades, até as estruturas físicas em ambiente escolar oferecidas. Podemos observar que as pessoas se sentem desesperadas e angustiadas com as mudanças nas políticas educacionais, sociais e as evoluções tecnológicas, ativando um baixo nível de esperança para melhorias em termos de ambiente de trabalho.

A investigação propiciou, ainda, o entendimento pelo qual vários fatores contribuem para o aumento de emoções desagradáveis e que por consequência pode chegar a virar uma patologia de mais gravidade, dentre as quais podemos citar as constantes mudanças da função, bem como as cobranças excessivas na formação dos discentes, levando ao julgamento da comunidade como um todo de que o professor é total responsável por toda a formação social, estrutural e emocional do alunado.

No que diz respeito da saúde mental dos professores, é de conhecimento geral que a ansiedade, o estresse entre outros tipos de emoções desagradáveis,

bem como doenças que estão diretamente ligadas as citadas emoções, advém de fatores externos que, de alguma forma, desgasta o emocional dos mesmos.

É bem verdade que ninguém estava preparado para as mudanças que foram impostas pela pandemia e, para os professores, isso teve uma gravidade ainda maior. Diversos fatores como cobranças administrativas, desconhecimentos de muitos com relação às tecnologias utilizadas para o ensino remoto e a falta de preparação para essas transformações ocasionaram graves problemas à saúde física e mental dos educadores.

Mediante a urgente necessidade de se reinventar, muitos professores tiveram a saúde emocional abalada pelos desafios impostos por esse cenário. Muitas são as demandas que exigem a rápida adaptação deles a essas situações. Além disso, o ritmo do trabalho virtual pode ser muito mais intenso do que nas aulas presenciais convencionais.

Assim sendo, um novo contexto apresentado exige que se desenvolvam novas habilidades em um curto espaço de tempo, o que por si só é cansativo e estressante. Além disso, o trabalho em casa, muitas vezes tendo de conciliar com as rotinas domésticas e necessidades da família, geram uma grande sobrecarga de responsabilidades. Na maioria das vezes, não há um suporte adequado por parte da gestão escolar. Por essa razão, muitos docentes se sentem impotentes diante dos desafios que não conseguem enfrentar sozinhos.

Esta pesquisa não teve a pretensão de esgotar a discussão sobre esta temática tão cara ao interesse social, mas fazer uma abordagem reflexiva inicial sobre a forma como o poder público pode agir na direção de motivar a sociedade a participar ativamente na educação das novas gerações, fiscalizando, cobrando e denunciando os atos dos gestores públicos que prejudiquem o pleno funcionamento das instituições de ensino, para que sejam cumpridos os dispositivos legais de modo que venham a coibir a utilização irregular dos recursos públicos. Desse modo, sugere-se que outras pesquisas sejam realizadas sobre saúde mental dos professores na pandemia da covid 19 para esclarecer questões não contempladas nesta pesquisa.

Conclui-se a partir da incursão feita dentro dos estudos que hoje que tratam do tema investigado que esses problemas levam a surgimento de patologias e são os principais desafios que envolvem tanto a saúde mental do professor, quanto o

seu desempenho dentro das suas ações como profissional, já que a atividade docente é uma das profissões que mais exigem trabalho mental. Estes, se não forem bem assessorados, orientados, acompanhados e cuidados podem desencadear um grande desgaste, repercutindo sobre a sua saúde física e emocional e, assim, incidir diretamente e significativamente em seu desempenho profissional.

REFERÊNCIAS

PRADO, A. F.; COUTINHO, J. B.; REIS, O. P. de O.; VILLALBA, O. A. SER PROFESSOR NA CONTEMPORANEIDADE: desafios da profissão. Revista SABER. Vol.1. N.1, 2013. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-ivdol__1373923960.pdf. Acesso em: 10/08/2021.

CUNHA, Maria José dos Santos; **formação de professores: um desafio para o século XXI**, Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho, 2009, ISBN- 978-972-8746-71-.

DIEHL, Liciane; MARIN, Angela Helena; **Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura**, Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016.

ALVES; GONÇALVES; JUNIOR, **Saúde mental do professor no brasil: uma revisão integrativa**, DOI 10.22533/at.ed.68519160410, Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 2)

TOSTES, Maiza Vaz; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de; SILVA, Marcelo José de Souza e; PETTERLE, Ricardo Rasmussen; **Sofrimento mental de professores do ensino Público**, Saúde debate | Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, jan-mar 2018.

BROGNOLI, Evelyn; PAGNAN, Júlia Maragno; LONGEN, Willians Cassiano; **Saúde Mental dos Trabalhadores da Educação**, DOI:10.34119/bjhrv3n5-013, Braz. J. Hea. Rev., Curitiba, v. 3, n. 5, p. 11521-11530, set./out. 2020. ISSN 2595-6825.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; ANDRADE, Rubian Diego, BLEYER, Fernanda Tolentino de Souza, LOPES Adair da Silva, **Associação entre o perfil de ambiente e condições de trabalho com a percepção de saúde e qualidade de vida em professores de educação básica**, Cad. Saúde Colet., 2014, Rio de Janeiro, 22 (2): 113-9.

ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de; LIRA, Lucas Nathã Almeida; JUNIOR, Isaías dos Santos; CHIOCHETTA, Ricardo Luiz; PERNA, Paulo de Oliveira; SILVA, Marcelo José de Souza e; **Exploração e sofrimento mental de professores: um estudo na rede estadual de ensino do paraná**, Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 16 n. 3, p. 1.287-1.300, set./dez. 2018.

MARIANO, Maria do Socorro Sales; Muniz, Hélder Pordeus; **Trabalho docente e saúde: o caso dos professores da segunda fase do ensino fundamental**, Estudos e pesquisas em psicologia, UFRJ, RJ, ano 6, n.1, 1º semestre de 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844611008>.

TRABALHANDO ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL ATRAVÉS DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cristina Maria da Silva – UNIESP
Melânia de Brito Santana – UNIESP
Raimunda Mateus da Silva – UNIESP

1 INTRODUÇÃO

A alimentação saudável é essencial e fundamental para o bem estar físico e também mental em todas as faixas etárias, principalmente nos primeiros anos de vida, uma vez que é fato, cientificamente comprovado, que a criança que se alimenta bem cresce saudável. O tema abordado nesse artigo se propõe a investigar o papel da escola na educação alimentar mediante uma abordagem educativa que explore as práticas da alimentação saudável através da ludicidade, em particular com a utilização da música na educação infantil, enquanto instrumento de desenvolvimento cognitivo e psicológico.

As razões que nos levaram a escolha do referido tema, e os motivos pelos quais se fez a delimitação deste se deu devido as nossas experiências e vivências pedagógicas em sala de aula, geralmente na educação infantil, onde foi possível identificar, a partir da observação, várias situações de dificuldades relativas aos hábitos de alimentação das crianças e a necessidade de introdução e adaptação a uma alimentação saudável, balanceada e rica em nutrientes que são importante para o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças no ambiente escolar.

Segundo Accioly (2009)

[...] a escola pode ser considerada um espaço privilegiado para a promoção da saúde e desempenha um papel fundamental na formação de valores e estilo de vida entre eles da alimentação saudável, tanto como prática alimentares promotora da saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, econômica e socialmente sustentáveis [...] (ACCIOLY, 2009, p. 1-9)

Ou seja, a escola é um espaço privilegiado de aprendizagem, por sua natureza constitutiva, em todas as áreas do conhecimento, em especialmente na área da alimentação saudável, trabalhando com crianças de diferentes extratos sociais que necessitam, portanto, de uma abordagem orientacional voltada a

ensinada e incentivar desde de cedo a adoção e manutenção de bons hábitos de alimentação.

Mais, nem sempre é fácil lidar com o paladar das crianças e a música surge nesse contexto como um suporte para despertar a curiosidade pelos alimentos saudáveis, enfatizando de maneira lúdica e respeitando a diversidade e o gosto de cada criança, de maneira que as mesmas possam desenvolver hábitos alimentares de forma lúdica e prazerosa.

Vale ressaltar que a missão da escola, em especial, dos(a) docentes, em relação a introdução e manutenção de uma rotina de alimentação saudável, traz consigo uma série de desafios, aja vista despertar no corpo docente uma preocupação com a alimentação que as crianças trazem de casa para a escola. Na maioria das vezes, deparamo-nos com lancheiras recheadas de “alimentos” industrializados não saudáveis, tais como: sanduíches, coxinhas, refrigerantes, salgadinhos, pirulitos, biscoitos recheados, suco industrializados etc.

Muitos pais optam por comprar lanches em cantinas por ser mais prático, rápido e atraente para a criança. E isso representa uma preocupação a mais para a escola, uma vez que nem sempre essas cantinas, administradas por terceiros alheios a administração da escola, no caso da rede particular de ensino, submete-se à orientação e fiscalização da gestão escolar, o que resulta na oferta de alimentos ricos em gorduras e açúcares.

A oferta indiscriminada de alimentos ricos em elementos de baixo valor nutricional em ambiente escolar aumenta significativamente a preocupação com a rotina alimentar das crianças em idade de escolarização. É muito preocupante, por exemplo, o grande número de crianças obesas e desnutridas em nosso país.

A obesidade é caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal e pode ser apontada como um dos maiores problemas de saúde pública no mundo. Também está ligada a diversos fatores de risco à saúde, tais como hipertensão arterial, diabetes mellitus tipo 2, além de aumentar o risco de mortalidade por infarto agudo, acidente vascular cerebral, decorrentes dos maus hábitos alimentares e da falta de atividades físicas, entre outros.

Todo esse contexto de problematização relativo a educação alimentar demonstra a importância de se promover uma maior conscientização a respeito da alimentação saudável e da prática de atividades físicas em todas as faixas etárias

(FARIA, 2010). Segundo Miranda (2015), “Esta pode ter início em qualquer faixa etária”, e pode ser responsável por prevenir o desencadeamento de tantos outros problemas que representam fatores de risco à saúde pública em razão do consumo excessivo de carboidratos, em especial. É de fundamental importância, portanto, o incentivo para uma alimentação saudável no dia a dia.

Objetivamos, portanto, promover um exercício de reflexão sobre o papel da escola no processo de introdução e manutenção de uma alimentação saudável a partir da Educação Infantil, observando, nesse contexto: i. a abordagem do tema a partir da utilização da música enquanto instrumento pedagógico baseado na ludicidade; e ii. os impactos positivos da manipulação e experimentação de alimentos ricos em nutrientes enquanto estratégia educativa.

No que diz respeito a revisão teórica, fizemos incursões Craidy (2001), Candeias (2005), Brito (2003), Brougère (2001), Kishimoto e Santos (1997) e Marietto (2005) entre outros, como forma de construir um panorama do contexto em que o tema se encontra em termos de discussão teórica no âmbito da academia.

Não obstante, esperamos contribuir, ainda que de maneira insipiente, para a promoção da reflexão sobre o tão relevante tema da educação alimentar, levantando questões que, no nosso entendimento, são bastante pertinentes para a definição de estratégias metodológicas que deem conta de melhorar a aceitação, por parte das crianças, da introdução de novos e melhores hábitos alimentares em suas rotinas de vida, dentro e fora da escola.

2 EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

A Educação Infantil é de fundamental importância no desenvolvimento tanto humano quanto social da criança. É por meio dela que a criança evolui de forma cognitiva, através do contato com diversos objetos e com a arte, cultura e a ciência, contribuindo para a sua criatividade na escola e essa instituição deve ser esse espaço preparado, que possa favorecer a valorização do conhecimento prévio do aluno e levar em conta sua criatividade e capacidade de refletir sobre o mundo que o cerca.

Diante de um novo olhar a respeito das concepções de infância e de criança antes vista apenas como um adulto em miniatura, surge a necessidade de uma construção de políticas públicas voltadas para essa fase específica da vida. No ano

de 1988, com a legislação da constituição federal a criança passa ser reconhecida legalmente como um ser de direitos, inclusive a educação como é assegurado no artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p. 157).

Assim, na constituição de 1988 a creche e pré-escola passa a ser definida na legislação da constituição federal como um dever do estado no artigo 208 (inciso IV). Sendo reafirmada em 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que foi aprovado pela lei 9069/90.

O estatuto da criança e do adolescente, lei federal 8.069/1999, também conhecido como ECA, explicou melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento. Determinou ainda a criação dos Conselhos das Crianças e do Adolescente e dos Conselhos titulares. Os primeiros devem traçar as diretrizes políticas e os segundos devem zelar pelo respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes, entre os quais o direito à educação, que para as crianças pequenas incluirá o direito a creches e pré-escolas. (CRAIDY, 2001, p. 24).

Com o fortalecimento da concepção de infância a (LDB), lei nº 9394/96, incorpora a Educação infantil como primeiro nível da educação básica, municipalizando essa nova etapa de ensino. Com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, a finalidade da Educação Infantil definiu-se na Seção II, artigo 29, como “o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

No ano de 1994, o documento política nacional de educação infantil publicada pelo Ministério da Educação (MEC), estabelece metas como políticas que visam a melhoria da qualidade do ensino oferecido as crianças como também a ampliação de vagas, sendo a qualificação dos profissionais de educação uma dessas metas, resultando em uma política de formação dos profissionais dessa etapa de ensino.

No contexto de estudos em saúde pública, entende-se que “O comportamento alimentar da criança nesta fase é imprevisível, variável e transitório, mas, se não for conduzido adequadamente, poderá se transformar em distúrbio alimentar e perdurar em fases posteriores (BRASIL, 2012; BRASIL, 2004a; BRASIL, 2005, p.147).

A educação infantil passa a ter um destaque e uma dimensão mais ampla a partir de quando se tornou a primeira etapa da educação básica, dessa forma a criança começa a ser vista como um ser capaz de criar e estabelecer relações, como um ser histórico, que produz cultura e necessita não só ser cuidado, mas está preparado para a educação. Em 1998, o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI) é criado, documento esse que visa nortear o trabalho realizado com as crianças da Educação Infantil de zero a seis anos, trazendo como proposta o educar e cuidar, representando um grande avanço na estrutura e no papel da Educação Infantil.

Conforme ideias no (RCNEI) o educar significa:

Propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo a educação poderá auxiliar no desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 1998, p. 23)

Portanto, o cuidar e o educar passam a ser visto como papel da Educação infantil, onde a possibilidade de descobertas e aprendizados além dos cuidados as necessidades básicas devem ser oferecidas, assim como uma alimentação saudável e de qualidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96) estabelece em seu art. 29 que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013, p. 11).

Assim, pode-se destacar, mas um programa implementado no Brasil pelo Governo Federal que, visa garantir uma alimentação de qualidade para todas essas crianças, que dela necessita para o seu desenvolvimento pessoal e intelectual, que é o PNAE implantado em 1995:

[...] garante por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Tendo como objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, aprendizagem e o

rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis (CECANE PARANÁ, 2010, p.09)

Nesse sentido, vale salientar que, o Caderno de Atenção Básica (CAB) específico sobre aleitamento materno e alimentação complementar (BRASIL, 2009a) traz informações completas sobre a alimentação saudável nos primeiros anos de vida. No entanto, algumas considerações serão também descritas a seguir:

A abordagem da criança pela equipe de saúde deve destacar a importância dos hábitos alimentares na promoção da saúde. Tal prática possibilita o controle dos desvios alimentares e nutricionais e a prevenção de várias doenças na infância e na vida adulta futura, entre as quais as deficiências nutricionais, as doenças crônicas, o sobrepeso e a obesidade. (BRASIL, 2012, p. 133)

Contudo, vale destacar que, além da grande importância da família, a escola passa a desempenhar papel de destaque na manutenção da saúde da criança, e assim:

A oferta alimentar modificou-se, causando mudança de hábitos. A mudança no padrão alimentar (tais como: aumento do consumo de alimentos processados e ricos em gordura e diminuição da ingestão de alimentos não industrializados), aliada à redução da atividade física, provocou a transição nutricional, caracterizada pela queda das taxas de desnutrição, pelo aumento da prevalência de obesidade e pelo incremento de casos de “fome oculta” – deficiências nutricionais específicas, pouco evidentes clinicamente, mas prejudiciais à saúde. (BRASIL, 2012, p. 149)

Pode-se concluir com isso que a escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações educativas e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mostra-se como uma ótima alternativa para promover hábitos alimentares saudáveis, não apenas por fornecer uma parcela dos nutrientes que os alunos necessitam diariamente, mas também pela possibilidade de se constituir em espaço educativo, ao estimular a integração de temas relativos à nutrição ao currículo escolar. Com isso, o PNAE que regulamenta a alimentação oferecida aos escolares e outras ações têm entre seus objetivos a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional.

Portanto, é necessário ter a consciência de que a mídia, mais precisamente a televisão, está contribuindo para este fato, utilizando estratégias eficazes no convencimento de pais e filhos, no sentido de estimular o consumo de alimentos industrializados. (BRASIL, 2009, p.54). Sendo assim, torna-se cada vez mais crianças com maus hábitos alimentares, caso os pais não fiscalizem, e mostrem o

lado mais saudável dos alimentos. Com isso, para Campos (2017:34), “a importância da alimentação nos primeiros cinco anos de vida de uma criança requer cuidados específicos”. Ou seja, Entre as várias funções da alimentação, Candeias, Nunes, Morais, Cabral & Silva (2005: 5) mencionam que a alimentação:

Assegura a sobrevivência do ser humano; - Fornece energia e nutrientes necessários ao bom funcionamento do organismo; - Contribui para a manutenção do nosso estado de saúde físico e mental; - Desempenha um papel fundamental na prevenção de certas doenças (ex.: obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes, certos tipos de cancro etc.); - Contribui para o adequado crescimento e desenvolvimento das crianças e adolescentes (CANDEIAS et.al., 2005, p. 5).

Nesse sentido, verifica-se que, a alimentação é a base para o desenvolvimento de todo ser humano, queira ele ou não, a mesma é fonte de energia e nutrientes para regulação do organismo, e evitar riscos e problemas à saúde, por isso a importância de se escolher uma alimentação rica em vegetais para uma adequada ingestão desde a infância, para que na vida adulta não venham a desenvolver doenças diversas por falta de vitaminas e nutrientes que não ingeriu ou não foi educada a ingerir quando criança.

3 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ATIVIDADES LÚDICAS SOBRE NUTRIÇÃO

É no brincar que o processo de ressignificação do mundo pela criança é realizado, afinal, ela utiliza elementos do seu meio cultural e social para estruturar sua brincadeira, assim, a brincadeira aparece como a atividade que permite à criança a apropriação dos códigos culturais. (BROUGÈRE, 2001, p. 61). O autor chama a atenção para a preocupação dos professores em cumprir a tarefa de educadores, e que deixar a criança livre provoca no professor o sentimento de não mais cumprir com suas funções. Nesse sentido, vale destacar que de acordo com Brito (2003):

O educador ou educadora deve buscar dentro de si as marcas e lembranças da infância, tentando recuperar jogos, brinquedos e canções presentes no brincar. Também deve pesquisar na comunidade e com as pessoas mais velhas as tradições do brincar infantil, desenvolvendo-as as nossas crianças, pois elas têm importância fundamental para seu crescimento sadio e harmonioso (BRITO, 2003, p. 11)

Sendo assim, de acordo com Montessori (s.d., p.11), ela afirma que, “A educação não é aquilo que o professor dá, mas é um processo natural que se

desenvolve espontaneamente no indivíduo humano; que não se adquire ouvindo palavras, mas em virtude de experiências efetuadas no ambiente”. Ou seja, é através das experiências vivenciadas na creche, ou na escola, e pelos exemplos dos professores, e funcionários que as crianças desenvolvem as atividades e brincadeiras sobre os alimentos, mas para isso, é necessário o incentivo correto dos adultos.

Na idade da pré-escola, o que se observa é um volume significativo de tendências comportamentais, que refletem desejos naturais motivados pela curiosidade desta fase, que, no entanto, não se pode dar vazão irrestritamente em função dos riscos inerentes às situações contextuais específicas.

É exatamente nesse momento da vida dos pequeninos que os brinquedos costumam ser inventados, exatamente para que as crianças vivam novas experiências baseadas nessas tendências irrealizáveis, sem correrem grandes riscos à saúde ao bem-estar. Como bem ressalta Kishimoto e Santos (1997),

Brincando, a criança experimenta, descobre, inventa, aprende e confere habilidades. Além de estimular a curiosidade, a autoconfiança e a autonomia, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração e atenção (KISHIMOTO; SANTOS, 1997, p. 24).

Entretanto, podemos afirmar que a aprendizagem decorrente da brincadeira vem da experimentação que a atividade propicia, o professor pode possibilitar grande experimentação por parte das crianças. As maneiras de mediação que o professor pode utilizar no ambiente da educação infantil são muitas, basta que ele reconheça o valor dos objetos, do ambiente, da sua ajuda e orientação e, principalmente, da sua organização, para assim possibilitar uma qualidade no brincar, adaptando-as aos alimentos mais saudáveis para o consumo diário de seus alunos.

É reconhecida a preferência por salgadinhos, refrigerantes, biscoitos recheados entre outros, por parte das crianças. Esses alimentos não são proibidos, mas é preciso que entendam que o seu excesso poderá trazer prejuízos a saúde e que estes alimentos não substituem as refeições. (MARIETTO, 2005, p. 07).

Todavia, de acordo com o que afirma o autor Marietto sobre algumas guloseimas, viu-se que as crianças muitas vezes podem até confundi-las com alimentação, e outras até as querem muito, pelos brinquedos que acompanham essas guloseimas, acabam vendo tais objetos como incentivo para obter tais

brinquedos que vão agregados as mesmas, e assim, torna-se cada vez mais um hábito vicioso de querer sempre consumir todas essas guloseimas que vão acompanhadas com algum brinquedo, e os pais ou funcionários da creche onde estas crianças convivem, devem estarem sempre alerta nos danos que podem trazer, caso não seja controlado esses impulsos e não valorizar a alimentação saudável.

No entanto, para incentivar uma alimentação saudável para essas crianças e serem nutridas, pode-se listar algumas atividades lúdicas que podem ajudar muito nessa situação, como: contação de histórias, de preferência os contos que falam sobre alimentos saudáveis como “Adivinhem o que comem” e “A história das frutas”; palestras com vídeos educativos sobre os alimentos saudáveis; músicas infantis educativas que incentivem o consumo dos alimentos saudáveis, de preferência os vegetais; visitar o ambiente onde os alimentos são manuseados e as refeições são preparados, observando as pessoas que cozinham (em casa e/ou na escola), fazendo anotações sobre as atividades realizadas; identificar alimentos, relacionando-os ao estudos das cores, incentivando a experimentação etc.

Nesse sentido, pode-se enfatizar o que defende Falcão (2002) em:

As atividades lúdicas fazem com que a criança aprenda com prazer, alegria, sendo relevante ressaltar que a educação lúdica está distante da concepção única de passatempo e diversão. A educação lúdica é uma ação inerente na criança e aparece sempre como uma forma transacional em direção a algum conhecimento, que se define na elaboração constante do pensamento individual em permutações constantes com o pensamento coletivo. É de suma importância à utilização do brincar e dos jogos no processo pedagógico, pois os conteúdos podem ser trabalhados por intermédio de atividades lúdicas contribuindo, dessa forma, para o crescimento global da criança. Jogos e brincadeiras contribuem para o desenvolvimento motor, emocional e cognitivo da criança. O brincar se torna cada vez mais importante na construção do conhecimento, oportunizando o prazer enquanto incorpora as informações e transforma as situações da vida real (FALCÃO, 2002, p 160).

Entende-se com isso que, o ambiente escolar é muito propício para o incentivo da ingestão de alimentos saudáveis, através da ludicidade. Ainda assim, podemos citar algumas atividades que podem ser exploradas pelas crianças na creche ou escola, e até mesmo em casa sob a supervisão dos pais e/ou responsáveis, tais como: identificar alimentos, agrupando-os em *frutas, verduras, legumes, grãos, cereais, derivados do leite* etc. É possível, também, chamara a atenção para a

importância de se evitar o desperdício de alimentos, investigando o que se faz na escola e em casa com as sobras e restos de alimentos.

Uma outra estratégia interessante para se despertar a consciência alimentar em crianças, jovens e adolescentes é conversar com pessoas mais velhas (pais e avós) sobre os hábitos alimentares em suas infâncias, comparando com os hábitos das atuais gerações. Algumas escolas desenvolvem projetos de alimentação saudável, estimulando seus alunos a trazerem gêneros alimentícios para serem, inicialmente, utilizados no desenvolvimento de conteúdos programáticos em diversas áreas (matemática, ciências, história, geografia etc.) e, posteriormente, manipulados para o consumo no horário do lanche coletivo.

O que se observa é que qualquer estratégia metodológica que possibilite a tomada de consciência sobre os processos de produção de alimentos, tais como hortas comunitárias, plantações de frutas, ervas finas e a criação de animais para o fornecimento de proteína apresenta um grande potencial para o processo de educação alimentar em período de escolarização.

Por sua vez, existem algumas outras atividades que os pais ou responsáveis pelas crianças podem propor e supervisionar para o incentivo das mesmas para o desenvolvimento de hábitos saudáveis em relação à alimentação saudável seriam: levar as crianças para a feira livre da cidade, convidando-as a observar a mistura de aromas, indagando-as sobre a identificação dos mesmos.

Em seguida, é possível ainda dar as mesmas a possibilidade de escolher alguma(s) fruta(a), que o(s) sabor(es) seja(m) desconhecido(s) da criança, para a aquisição e, após a devida higienização, a degustação. Na educação infantil, os(a) professores(a) contam ainda com o auxílio de inúmeras músicas que podem ser utilizadas como ferramentas lúdicas no processo de educação alimentar, tais como: Manga Rosa; Cio da Terra; Alecrim; Feijoada Completa; entre muitas outras.

Outro importante recurso metodológico recai sobre a utilização de gêneros textuais específicos, como *contos* e *poesias* que abordem o tema da alimentação, tais como poema “O Bicho” de Manuel Bandeira; “O açúcar” de Ferreira Gullar; “O chão e o pão” de Cecília Meireles etc.

Nesse contexto, chamamos a atenção para o importante destaque dado pelos nutrólogos e nutricionistas à consciência e os benefícios para a saúde da mastigação lenta, pois os estudos na área da saúde demonstram que a quantidade

de vezes em que se mastiga o alimento antes da deglutição faz toda a diferença, tanto na sensação de saciedade, quanto na absorção dos nutrientes dos alimentos.

De igual modo, é importante chamar a atenção das crianças, jovens e adolescentes para a influência da cultura alimentar de outros países nos hábitos alimentares das novas gerações, pois apesar de vivermos em um país continental, observamos, hoje em dia, uma presença muito maior de alimentos baseados na cultura do *fastfood* importados de outros países, do que de alimentos da cultura de outros estados do nosso país.

Segundo Mello et al. (2004):

Vários fatores influenciam o comportamento alimentar, entre eles fatores externos (unidade familiar e suas características, atitudes de pais e amigos, valores sociais e culturais, mídia, alimentos rápidos, conhecimentos de nutrição e manias alimentares) e fatores internos (necessidades e características psicológicas, imagem corporal, valores e experiências pessoais, autoestima, preferências alimentares, saúde e desenvolvimento psicológico) (MELLO et al., 2004, p. 09).

Nisso, alguns critérios que os educadores ainda poderiam adotar e realizar como atividades lúdicas, seriam: Entrevistá-los sobre o que comeram almoço ou no café da manhã, em casa por exemplo, e falar sobre os benefícios ou malefícios daqueles alimentos para o organismo, se possível mostrar através de vídeos educativos para uma maior fixação do assunto, pois os mesmos principalmente na fase da primeira infância, fixam mais as informações através do visual de imagens e do lúdico, com isso, vale também destacar o que podem serem feitas pesquisas sobre a influência indígena e africana nos alimentos que comemos hoje, e sobre os benefícios deles para a nossa saúde e desenvolvimento.

Contudo, alguns autores e pesquisadores como Fisberg (FISBERG, 2000), afirmam que:

À medida que a criança passa a frequentar a escola e a conviver com outras crianças, ela conhecerá outros alimentos, preparações e hábitos. Os adultos são modelos, delineando as preferências alimentares das crianças. Os vínculos afetivos poderão influenciar positiva ou negativamente na fixação dos padrões de consumo alimentar (FISBERG, 2000, p. 02).

Vale destacar também o que afirma os autores sobre alimentação saudável na educação infantil, como afirma Freitas (1997):

[...] tem papel importante na promoção de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, é considerado uma medida de alcance coletivo com o fim primordial de proporcionar conhecimentos necessários e a motivação

coletiva para formar atitudes de hábitos de uma alimentação sadia, completa, adequada e variada. (FREITAS, 1997, p. 21).

Com isso, torna-se cada vez mais evidente que é necessário que os pais e profissionais que lidam diariamente com essas crianças, incentivem as mesmas a adquirirem o hábito de escolher sempre alimentos saudáveis tanto para o lanche como para as outras refeições do dia. Nisso, vimos que alguns autores defendem que, “Crianças que recebem alimentação na escola parecem estar mais protegidas das inadequações em seu consumo total, o estudo relata ainda que essas crianças tendem a melhorar o seu perfil alimentar” (CARVALHO, et. al. 2015).

Portanto, vale destacar ainda, que de acordo com Birch (1999):

A refeição familiar e as refeições sociais, como os recreios nas escolas, são os contextos sociais em que a criança tem a oportunidade de comer com os familiares e amigos que servem de modelo e que “comandam a alimentação” através de elogios ou repreensões (BIRCH, 1999, p. 28).

Ou seja, por isso é importante à socialização das crianças com seus familiares e colegas da creche ou escola, nas refeições, para verificar e absorver os hábitos alimentares que as rodeiam entre os seus pares. Sendo assim, vale salientar o que afirma Gonçalves (1998):

A infância é o período ideal para começar obter informações sobre a alimentação, e isto pode ser de forma gradual. A inclusão de noções sobre nutrição nos programas escolares já tem demonstrado resultados positivos. Através de livros didáticos dramatização e músicas as crianças podem adquirir conhecimentos básicos sobre os alimentos e a sua importância. (GONÇALVES 1998, p. 54)

Portanto, diante do que foi defendido pelo autor, pode-se verificar que, se a criança for ensinada desde cedo por quem convive com ela em todos os sentidos, a ingerir alimentos saudáveis, ela tenderá a tornar-se um adulto mais saudável, evitando vários tipos de problemas decorrentes da má alimentação, e isso precisa ser mais destacado em creches e escolas desde a educação infantil, para colhermos os frutos lá na frente e da melhor maneira possível devolver uma qualidade de vida melhor para todos.

4 A MÚSICA COMO MÉTODO ALTERNATIVO: TRABALHANDO O DISCURSO SOBRE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Viu-se que por muito tempo, as crianças na fase pré-escolar, não desfrutava tanto da ludicidade em geral, porém, vale destacar que, as atividades lúdicas podem

ser desenvolvidas a partir do emprego da música, e outros gêneros artísticos como: a literatura, poesia, dança, teatro, jogos, fotografias, dentre várias outras abordagens. Nessa perspectiva, Bueno (2011), destaca que:

A musicalização é um processo de construção do conhecimento, que tem como objetivo despertar e desenvolver o gosto musical, favorecendo qualidades preciosas tais como: a destreza do raciocínio, o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade, do senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, da memória, da concentração, da atenção, do respeito a si próprio e ao grupo, da disciplina pessoal, do equilíbrio, da socialização e afetividade, e também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação (BUENO, 2011, p. 177).

Com isso, os professores podem utilizar-se dos recursos musicais de várias maneiras para fixar com mais facilidade os conteúdos que tratam da alimentação saudável e de nutrição em geral. Sendo assim, podem ser elaboradas oficinas musicais e com a ajuda de toda a comunidade escolar, dos pais e responsáveis, verificar através de pesquisa ou entrevistas, entre eles, sobre os ritmos mais tocados na atualidade, pois estimula a criatividade e o incentivo para criar outras músicas ou paródias. É indispensável o contato com a musicalização para as crianças da educação infantil, para o seu desenvolvimento geral, nesse sentido, Gordon (2000) ressalta que:

Através da música, as crianças aprendem a conhecer-se a si próprias, aos outros e à vida. E, o que é mais importante, através da música as crianças são mais capazes de desenvolver e sustentar a sua imaginação e criatividade ousada. Dado que não se passa um dia sem que, duma forma ou doutra, as crianças não ouçam ou participem em [sic] música, é-lhes vantajoso que e compreendam. Apenas então poderão aprender a apreciar, ouvir e participar na música que acham ser boa, e é através dessa percepção que a vida ganha mais sentido (GORDON, 2000, p. 6).

Nesse sentido, pode-se utilizar de uma diversidade de músicas educativas como, por exemplo: o vídeo lúdico “Os Nutriamigos” de Suzana Franciscato e Haroldo Neto, e uma adaptação feita pelo projeto da música “Sopa”, de Paulo Tatit e Sandra Peres, para a paródia “O que tem no prato do aluno”, para trabalhar os grupos alimentares e escolhas saudáveis, pois, dessa maneira, as crianças aprendem brincando e se divertindo prazerosamente, com certeza, terão mais curiosidade em querer provar dos alimentos que estão sendo mencionados na música, mas, para isso é necessário muita cautela e persistência, pois nessa fase não é fácil a aceitação pelos vegetais.

Nisso, pode-se conferir o que Boog (2008), afirma ao problematizar acerca da necessidade de se adotar uma perspectiva mais abrangente da Educação Alimentar Nutricional no âmbito escolar:

[...] o ensino de nutrição não pode ficar restrito à área de ciências, porque a alimentação representa muito mais do que um conjunto de nutrientes. A alimentação constitui uma prática social do cotidiano, e as crianças aprenderão muito mais pelo que elas praticam do que pelo que elas ouvem sobre alimentação. A ideia de que educação alimentar e nutricional é um tópico de ciências e vai ser ensinada em um determinado momento e série é comumente encontrada entre professores. Enfatizamos que ela é um tema transversal que perpassa o cotidiano (BOOG, 2008, p. 20).

Contudo, é importante que a criança se relacione com a música no ambiente escolar, desde os primeiros anos escolares, pois é nesse período que ela absorve os saberes que irá utilizar durante toda a sua vida. No entanto, é indispensável que as crianças consigam compreender a essência da alimentação saudável, pois são por meio da compreensão da importância dos alimentos na aprendizagem que as crianças alcançam significativas aprendizagens e valores que são essenciais para o desenvolvimento deles.

Com isso, vale ressaltar o que menciona Amaral, em: “A formação de bons hábitos alimentares é um processo que se inicia desde nascimento, com as práticas alimentares introduzidas nos primeiros anos de vida pelos pais, primeiros responsáveis pela formação dos mesmos” (AMARAL, 2008, p. 01). Nisso, alguns outros autores defendem que a família também é responsável por essa formação de bons hábitos alimentares, pois é na família que a criança assiste e aprende as primeiras coisas da vida.

Sendo assim, pode-se destacar o que afirma o autor Philippi (2003, p. 23):

Conduzir de forma apropriada a alimentação da criança requer cuidados relacionados aos aspectos sensoriais (apresentação visual, cores, formatos atrativo), a forma de preparo dos alimentos (temperos suaves, preparações simples e alimentos básicos), as porções adequadas à capacidade gástrica reescrita e ao ambiente onde serão realizadas as refeições, que são fatores a serem considerados, visando a satisfação de necessidades nutricionais, emocionais e sociais, para a promoção de uma qualidade de vida saudável. (PHILIPPI, et.al, 2003, p. 23).

Com isso, pode-se verificar que, nem sempre os pais ou responsáveis tem o cuidado de selecionar e oferecer os alimentos saudáveis que realmente são necessários para o desenvolvimento sadio da criança, e muitas vezes devido a isso,

acabam se habituando à querer ingerir apenas alimentos industrializados sem nenhum teor de nutrição, e que às vezes se consumidos em excesso podem causar danos à saúde, com isso torna-se necessário também que os funcionários da creche ou da escola, orientem essas famílias sobre uma alimentação sadia para o bom desenvolvimento das crianças, para que a escola tenha êxito nos ensinamentos e incentivos desses hábitos.

Os maus hábitos alimentares estão associados a diversos prejuízo a saúde entre eles a obesidade, cujo índice tem crescido nas últimas décadas como resultado do aumento no consumo de alimentos com alta densidade calórica e redução na atividade física. (ALMEIDA, NASCIMENTO & QUALOTI, 2002, p.17).

Todavia, vale destacar ainda o que afirma Carvalho, em sobre os bons hábitos alimentares das crianças, que podem também serem incentivados pelos pais:

O comportamento alimentar implica uma ideia que pode ser profundamente específica de um modo de se alimentar, mas não tem uma preocupação com a duração da ação como a de hábito. Traduz uma prática sem a pretensão de situá-la no tempo, e dessa forma não expressa um processo contínuo, porque não tem a obrigação de relacionar um momento a outro - que se segue, o que não ocorre com a ideia de hábito alimentar (CARVALHO, 2012, p. 431 e 432).

Ainda sobre os bons hábitos alimentares, de acordo com o autor Moraes, ele afirma que:

Hábitos alimentares adequados na infância, sejam ruins ou bons, permanecem com a pessoa por toda a sua vida. Quanto menor for a idade da criança, mais facilita ensinar hábitos corretos de alimentação, e o nutricionista tem um papel fundamental para que isto ocorra. Os hábitos alimentares corretos são propulsores de uma boa saúde. (MORAES, 2004, p. 66).

Segundo Perroni, ele afirma que, tudo o que ingerimos, interfere em nosso organismo de alguma maneira, tanto positiva como negativa, e isso, é imprescindível repassar como orientação para as crianças e os seus responsáveis, para que assim possam adotar hábitos de alimentação mais saudáveis, em suas refeições, e evitar problemas futuros, sendo assim, ele afirma que:

Tudo aquilo que ingerimos exerce um grande impacto sobre a função cerebral, podendo interferir no humor, pensamento, comportamento, memória, aprendizado e no envelhecimento celular. Através de uma alimentação calórica e variada, podemos fornecer os nutrientes necessários para manter o cérebro ativo e saudável. (PERRONI, 2013. p. única).

Com isso, pode-se destacar ainda que, de acordo com Ancona, a família tem uma responsabilidade enorme nas escolhas alimentares das crianças, e por isso afirma que:

O convívio na sociedade e na família, bem como os padrões e as experiências, relacionadas com a dieta, são fatores que influenciam na escolha alimentar individual. É difícil fazer uma criança gostar de frutas e verduras, se em casa estes alimentos são escassos e até mesmo não são consumidos. (ANCONA 2004, p. 20).

Contudo, verifica-se com isso que, o convívio da criança com a família deve ser o primeiro e maior exemplo que ela deve ter para a vida, e conseqüentemente, ela levará para a escola e a sociedade os bons hábitos de alimentação saudável que aprendera em sua casa com seus familiares, por isso é de suma importância, oferecer desde cedo, ou seja nos primeiros anos de vida da criança todos os tipos de vegetais para que a mesma vá apreciando a todos eles da melhor maneira possível, e destacando sempre para a mesma os riscos que os alimentos industrializados podem trazer a saúde, para que a mesma vá compreendendo e aceitando o que é mais saudável na escola ou na sociedade, quando estiverem fora da presença dos seus pais.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa se inscreve no espaço das investigações que se prestam a incursões bibliográficas acerca de um tema em estudo. Trata-se, portanto, de um estudo de natureza, predominantemente, qualitativo de revisão bibliográfica, em que se estabelece, enquanto objetivo, a busca por reunir e sintetizar um conjunto de achados sobre um determinado tema a partir de um levantamento bibliográfico entorno do que já se encontra publicado nos veículos de divulgação e circulação científica, gerando a oportunidade de ampliar o entendimento acerca do conhecimento sobre o tema pesquisado (GIL, 2008).

A seleção do aporte teórico constitutivo para a ancoragem da fundamentação teórica desta pesquisa partiu da consulta à bases de dados eletrônicas, tais como a Scientific Electronic Library Online (SCIELO), o Google Acadêmico e diversas outras fontes bibliográficas publicadas na forma de livros e/ou artigos publicados em revistas científicas, predominantemente, indexadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, reunindo estudos que abordem estratégias inovadoras para a inserção de uma educação alimentar ao

longo da Educação Infantil, priorizando aqueles que tratam da utilização da música enquanto instrumento didático-pedagógico para a abordagem de temas relacionados à alimentação saudável.

6 ANÁLISE DE DISCUSSÃO DOS DADOS

A constituição Federal de 1988 é a referencial legal fundamental e suprema no Brasil, que vai tratar da educação, mais especificamente, do artigo 205 ao 214. No art. 205 se encontra a caracterização da educação enquanto direito de todos e dever do Estado e da família. Esta deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação profissional para o trabalho.

Esse intervalo de artigos da CF (1988) vai reunir as principais orientações para a oferta e manutenção da educação nacional, regulamentando os sistemas educacionais de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Técnico-Profissionalizante e Ensino Superior) e vai reafirmar o direito inalienável à educação, definindo as responsabilidades em regime de colaboração entre os entes federativos (União, Estado, Município E Distrito Federal).

Na LDB (1996), a educação infantil é tratada mais especificamente do art. 29 até o art. 31, caracterizando a Educação Infantil enquanto primeira etapa da Educação Básica. Nela a criança inicia a vida escolar, tendo como finalidade a formação integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físicos, intelectual, psicológico e social.

Considerando a relação de corresponsabilidade no tocante a ação da família e da comunidade, a educação infantil será oferecida em creches ou entidades equivalentes, para crianças de 0 até 3 anos de idade e em pré-escolas para as crianças de 4 até 5 anos de idade. A educação infantil será organizada de acordo com as especificidades do perfil do público a ser atendido, deve buscar a promoção de uma aprendizagem ancorada em um acompanhamento contínuo, mediante o registro do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Ao longo dos textos legais que tratam da regulamentação da Educação Básica brasileira, a preocupação com a carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por um mínimo de 200 dias letivos de trabalho educacional, onde o

atendimento a criança deve ocorrer em, no mínimo, 4 horas diárias para o turno parcial e de 7 horas para a jornada integral, observado controle de frequência pela instituição da educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de sessenta por cento do total de horas.

A educação também conta com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, política pública de estado, que visa dar um suporte na área da alimentação escolar, ampliando as ações na direção da manutenção da segurança alimentar e nutricional das crianças. O PNAE brasileiro é considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo nesse segmento em relação ao atendimento universal e uma garantia ao direito humano à alimentação adequada e saudável.

O principal objetivo do programa é contribuir para o desenvolvimento e o crescimento biopsicossocial da criança, criando condições adequadas para a aprendizagem, ampliando o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações da educação alimentar e nutricional, através principalmente da oferta de refeições equilibradas, que cubram a necessidade nutricional dos alunos durante o período escolar.

Além disso, também é objetivo do PNAE envolver Estados, Municípios e Distrito Federal na execução do programa, dinamizando a economia local, respeitando os hábitos alimentares. Dessa feita, são atendidos pelo programa os alunos atendidos por toda a Educação Básica, desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio até Educação de Jovens e Adultos matriculados em escolas públicas ou entidades comunitárias conveniadas com o poder público.

Onde o PNAE está presente, efetivamente, percebe-se uma atenção especial com o cardápio que é oferecido pelo programa, que é elaborado por um profissional de nutrição para oferecer a esses alunos alimentos saudáveis, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais.

Infelizmente, com a chegada da pandemia da COVID-19 desde de o dia 19 de março de 2020, as redes estaduais e municipais de Educação Básica suspenderam as aulas presenciais, em todo território nacional para o cumprimento do distanciamento físico e social e a segurança dos estudantes frente ao risco de contaminação pelo novo Coronavírus.

Para muitos daqueles alunos que tinham na extensão alimentar promovida pelo PNAE, as principais refeições do dia eram realizadas exatamente no ambiente

escolar e a suspensão das aulas das escolas públicas significou a interrupção ou precarização do acesso a alimentação. Essa medida impactou significativamente no orçamento familiar de algumas famílias e também prejudicou quantitativa e qualitativamente a alimentação dos alunos.

Por essa razão, o Poder Público Federal, no dia 07 de abril de 2020, através da lei 13.987 (BRASIL, 2020, p.1) autorizou em “[...] caráter excepcional que durante o período de suspensão das aulas em razão da situação de emergência ou calamidade pública a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com o recurso do PNAE [...]” fossem entregues aos pais ou responsáveis dos alunos das escolas públicas da Educação Básica como medida emergencial para tentar minimizar os prejuízos na alimentação do público infantil mais carente da sociedade brasileira.

Contudo, ainda há uma preocupação com a alimentação que está sendo oferecida em casa a esse público, principalmente as crianças. Para campos (2017, p.34) “[...] a importância da alimentação nos primeiros cinco anos de vida requer cuidados específicos [...]”. Entre as várias funções da alimentação, Candeias Nunes, Cabral e Silva (2005) mencionam que a alimentação

Assegura a sobrevivência do ser humano fornece energia e nutrientes necessários ao bom funcionamento do organismo; contribui para a manutenção do nosso estado de saúde físico e mental; Desempenha um papel fundamental na preservação de algumas doenças (EXEMPLO: obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes, certo tipo de cancro etc.); contribuindo para o adequado crescimento e desenvolvimento das crianças e adolescentes (CANDEIAS, NUNES, CABRAL e SILVA, 2005, p. 5).

Porém, nem todas as famílias têm condições de oferecer uma alimentação saudável às suas crianças. As condições adversas das esferas sociais impõem às famílias padrões de alimentação sensivelmente distintos, pois as condições financeiras determinam o nível de acesso a alimentação saudável. Enquanto umas podem desfrutar de um conjunto mais que satisfatório de alimentos saudáveis, outras famílias não têm as mesmas condições, chegando a não ter absolutamente nenhum alimento a oferecer às suas crianças.

As disparidades sociais relativas ao acesso a alimentação são tão grandes em nosso país que chegam a comprometer o desenvolvimento físico de muitas crianças Brasil à fora. No entanto, o acesso abundante à alimentação não significa, necessariamente, qualidade alimentar. As famílias precisam observar com atenção a preferência de suas crianças por salgadinhos, refrigerantes, biscoitos recheado entre

outros. Esses alimentos não devem ser rigorosamente proibidos, mas é preciso que se entenda que o excesso no consumo dos mesmos poderá trazer prejuízos à saúde e que esses alimentos não substituem as refeições. O que se observa é que “Com o excesso desses alimentos, cada vez mais cresce o risco de obesidade, diabetes entre outras doenças” (MARIETTO, 2005).

Por isso, a alimentação das crianças requer cuidados especiais relacionados aos aspectos sensoriais (apresentação visual, cores, formatos atrativos), à forma de preparação simples e a escolha adequada de condimentos (temperos suáveis, preparação simples e alimentos básicos), espeitando a fase de adaptação aos novos sabores.

Por esta razão, faz-se de extrema importância observar a adequada mensuração das porções, respeitando-se os limites gástricos de capacidade de cada faixa etária. De igual modo, deve-se escolher com cuidado o ambiente para a realização das refeições, pois estes fatores influenciam direta ou indiretamente a necessária satisfação inerente à rotina alimentar de uma criança, afetando emoções e interferindo até mesmo nas relações interpessoais de natureza social, no que tange à meta de promoção da qualidade de vida em relação à saúde alimentar.

Quando esses pequenos tem uma alimentação adequada, o seu rendimento pedagógico tende a ser muito bom, de maneira que é necessário reconhece a função, significativa, que os nutrientes desempenham no desenvolvimento das habilidades cognitivas, especialmente em período de escolarização.

Hábitos alimentares incorporados na infância, sejam ruins ou bons, tendem a permanecer com a pessoa por toda a vida. Quanto menor for a idade da criança, mais fácil será ensinar hábitos corretos de alimentação, e percurso constitutivo de novos e saudáveis hábitos de alimentação, o nutricionista tem um papel fundamental para que novo padrão de comportamento alimenta se estabeleçam, lembrando que os hábitos alimentares corretos são promotores de uma boa saúde (MORAES, 2004).

Desse modo, é preciso incentivar nas crianças os hábitos de ingerir alimentos como frutas, legumes e verduras. Esses alimentos são essenciais para que elas cresçam e se tornem adultos com uma saúde de ferro, desenvolvida através desses alimentos saudáveis. Na Educação Infantil devemos buscar incentivar os pais das crianças a, sempre que possível, oferecerem lanches saudáveis aos seus filhos,

alimentos balanceados com nutrientes necessários ao pleno desenvolvimento da criança, em porções certas para cada um.

Faz-se necessário estabelecer uma rotina de alimentação saudável desde cedo, no sentido de se desenvolver a atenção e a responsabilidade por cuidar de sua alimentação, com pequenos gestos, tais como criar uma horta com a(s) criança(s) ou, até mesmo, na escola, ensinando as crianças a cultivar seus próprios alimentos coletivamente, construindo assim nos pequeninos hábitos saudáveis de uma boa alimentação, que vai se estender por toda vida.

O convívio na sociedade e na família, bem como os padrões e as experiências, relacionadas com a dieta, são fatores que influenciam na escolha alimentar individual. É difícil fazer uma criança gostar de frutas e verduras, se em casa estes alimentos são escassos e até mesmo não são consumidos. (ANCONA 2004 *apud*. CUNHA, 2014, p. 21).

Os hábitos alimentares saudáveis devem começar logo cedo, despertando na vida dessas crianças a fórmula de uma boa saúde através, por exemplo, da merenda escolar, que deve atender as necessidades nutricionais das crianças em quantidades e qualidade, tornando-se um importante agente formador de hábitos saudáveis.

A partir de uma boa educação alimentar, a criança também pode se tornar um agente de mudança na família. Adicionalmente, não se pode ignorar que as crianças se sentem pressionadas a comer os mesmos alimentos que os seus colegas. Esse fato assume grande importância para aquelas que levam os seus momentos de interação social à sério, pois é através desses momentos que se constroem em dados eventos sociais o prazer de lanchar, associado à competição e comparação.

De certa forma, é perfeitamente compreensível que uma criança não aceite levar de lanchar para escola, por exemplo, frutas e/ou legumes cozidos, se todos os seus colegas levam lanches gordurosos, ricos em açúcares e sem nutrientes relevantes para um desenvolvimento saudável na infância.

De toda forma, é essencial que sejam avaliadas a disponibilidades de alimentos habitualmente consumidos e o processo de preparação, o local onde foram feitas as refeições, quem as prepara e administra, no contexto das atividades da criança, considerando a ingestão de líquidos nas refeições e nos intervalos, sem

ignorar os tabus e crenças alimentares que influenciam as escolhas de alimentos pelas crianças.

Defendemos fortemente, portanto, que as crianças, desde de cedo, desenvolvam hábitos de uma alimentação saudável, fornecendo os nutrientes necessários para o seu crescimento, combatendo males que têm se tornado recorrente entre os pequeninos, como os casos de doenças causada pela maneira errada que os alimentos são escolhidos e consumidos, tais como obesidade, diabetes, hipertensão etc.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das questões mais caras a uma sociedade que prese pela justiça e igualdade social recai, sem sombra de dúvidas, sobre a missão de garantir a toda a população o direito inalienável à vida, que perpassa a garantia e manutenção do acesso "[...] à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária [...]" (BRASIL, 1988, p.157).

Nesse conjunto de direitos que a Constituição Federal de 1988 relaciona, a alimentação não é apenas direito social que recai, enquanto responsabilidade, sobre o Estado brasileiro, mas, como bem coloca Candeiras (2005), constitui o que se considera condição mínima essencial de sobrevivência para espécie humana.

Sabemos que as experiências de vida marcam profundamente o processo de escolarização e influenciam, por sua vez, o desenvolvimento físico e psicológico dos indivíduos. Desse modo, cabe aos docentes a responsabilidade de conhecer melhor o contexto social das crianças na primeira fase de escolarização, para explorar as "marcas e lembranças da infância" (BRITO, 2003) para trabalhar a introdução de novos alimentos marcados, muitas das vezes, por sabores até então não experimentados.

Entendemos que os jogos e brincadeiras que se estruturam no contexto de canções apresentam um potencial gigantesco para tornar essas novas experiências mais descontraídas e prazerosas. No contexto da Educação Básica, especialmente na Educação Infantil, as atividades lúdicas possibilitam uma aprendizagem baseada na alegria e no prazer

É preciso também considerar a importante parceria entre família e escola conscientizando e incentivando as crianças a consumirem alimentos saudáveis, desde de uma fruta que a criança leva para a escola para lanchar, como um suco natural da fruta, uma sopa de legumes oferecida na escola, uma salada de fruta, entre outros alimentos e essencial o consumo de verduras, frutas, legumes, feijão, arroz, carne entre outros alimentos.

Lavy Costa et al (2005, p.X) indica que se observa um "[...] declínio no consumo de alimentos básicos tradicionais da dieta dos brasileiros, e um considerável aumento no consumo de produtos industrializados, além de excessivo consumo de açúcar, gorduras saturadas e trans, bem como um insuficiente consumo de frutas e hortaliças[...]".

Essas mudanças de hábitos vêm aumentando ao longo dos anos, pelo questionável argumento da facilidade e praticidade enquanto características atrativas, que a indústria se esforça em aderir aos seus produtos através da apelação midiática. Mas, sem sombra de dúvidas, a predominância de alimentos industrializados na dieta do brasileiro tem aumentado a ocorrência de problemas relacionados a pressão arterial, o que tem gerado bastante preocupação entre os especialistas da área da saúde.

Observamos e refletimos que a música na educação infantil é uma ferramenta essencial para enfatizar e despertar a curiosidade da criança pelos alimentos saudáveis. cujo o objetivo é promover e estimular o consumo de alimentos saudáveis para a promoção da saúde e bem está, de forma lúdica, educativa utilizando o recurso musical como um instrumento de aprendizagem, incentivo a aceitação pelos alimentos saudáveis.

REFERENCIAS

AMARAL. C. M. C. **Educação alimentar**, FMPB, 2008. Disponível em: Fundação Passos Barros. Acesso em: 10/09/2018

ALMEIDA, S.S., NASCIMENTO, P. C. B. D., QUAIOTI, T. C. B. **Quantidade e qualidade de produtos alimentícios anunciados na televisão brasileira**. Ver. Saúde pública, São Paulo, v. 36, n. 3 junho 2002. Disponível em:

ANCONA LOPEZ et al. **Nutrição e dietética em clínica pediátrica**. São Paulo: Atheneu, 2004 acesso em: 12/09/2018

BIRCH, L. L. **Desenvolvimento de preferências alimentares**. 1999. Disponível em: < <http://periodicos.capes.gov.br> > acesso em: 19/11/2018

BOOG, M.C.F. **O professor e a alimentação escolar**: ensinando a amar a terra e o que a terra produz. Edição 1º. Campinas, SP: Komedi, 2008.

BRASIL. Lei 13.666 de 16 de Maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), **para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar**. Diário Oficial da União, 21 maio. 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96 – LDB. Brasília: Congresso Nacional, Ministério da Educação e Cultura, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal , 1988, 305p

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília. Lei 8069, 13 de julho de 1990. Constituição e Legislação relacionada. São Paulo. Cortez.

_____. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. – Brasília. MEC/SEF, 1998. Volume 1. Introdução. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Agenda de Compromissos para a Saúde Integral da Criança e Redução da Mortalidade Infantil. Brasília: MS, 2004a.

_____. Secretaria de Atenção à Saúde. Manual operacional do Programa Nacional de Suplementação de Ferro. Brasília: MS, 2005a. Ministério da Saúde. Guia prático de preparo de alimentos para crianças menores de 12 meses que não podem ser amamentadas. Brasília: Editora MS, 2005b.

BUENO, Roberto. **Pedagogia da Música-Volume 1**. Jundiaí, Keyboard, 2011.

BRITO, T. A. de. (2003). **Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Peirópolis.

CAMPOS, M. (2017). **Promoção de hábitos alimentares saudáveis na educação pré-escolar – uma estratégia de intervenção contextualizada e dirigida**. Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada, Mestrado em Educação Pré-Escolar. Portalegre: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/19169/1/Dissertação_Maria%20Campos_Final.pdf

CANDEIAS, V., Nunes, E., Morais, C., Cabral, M. & Silva, P.R. (2005). **Princípios para uma alimentação Saudável** (pp 1-31). Lisboa: Direção Geral da Saúde. Disponível em: <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/principios-para-uma-alimentacao-saudavel-pdf.aspx>

CARVALHO, M. C. V. S. **Práticas e saberes na alimentação: natural, racional ou social?** In: LUZ, M. T.; BARROS, N. F. Racionalidades médicas e práticas

integrativas em saúde, estudos teóricos e empíricos. Rio de Janeiro: Cepesc, 2012. p.425-442.

CECANE PARANÁ. **A agricultura familiar e o programa nacional de alimentação escolar – PNAE**. Curitiba, 2010.

CRAIDY, Carmem Maria. **A educação infantil e as novas definições das legislações**. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E (orgs). **Educação Infantil pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

EUCLYDES, M. P. **Crescimento e Desenvolvimento do Lactante, Nutrição do Lactante**. 2 ed. Viçosa, 2000. cap.1, pag. 1- 80. acesso em: 30/09/2018

EVANS, Ann. In: CAPRA, Fritjof e outros. **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. Cultrix: São Paulo, 2006

FALCÃO, A. P. B.; **A Importância do brinquedo e do Ato de Brincar para o desenvolvimento psicológico de crianças de 5 a 6 anos**. Belém, 2002. p 160.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Programas- Alimentação Escolar. Disponível em: acesso em: 20/11/2018 BIRCH, L. L. Desenvolvimento de preferências alimentares. 1999. Disponível em: < <http://periodicos.capes.gov.br> > acesso em: 19/11/2018

GORDON, Edwin E. **Teoria de Aprendizagem Musical – Competências, Conteúdos e Padrões**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 2003;

MELLO, E. D; LUFT, V. C; MEYER, F. **Obesidade infantil: como podemos ser eficazes?** . Jornal de Pediatria, Porto Alegre, v.80, n. 3, p.173-182, 2004.

MONTESSORI, M. (s. d.). **Mente absorvente**. Rio de Janeiro: Portugália Editora.

MORAES, Flavia Teixeira. **Trabalhando com a educação infantil**. Canoas: Ed. ULBRA, 2004. acesso em: 04/10/2018 MARIETTO, F. P. Alimentação escolar. 2005. Disponível em: < http://www.nutrifancia.com.br/pop/interno/alimentacao_escolar.html > acesso em: 17/11/2018 MARIETTO, F. P. Alimentação escolar. 2005 acesso em: 17/11/2018

Ordem dos Enfermeiros (2013). Parecer N.º 14/2013 - **Programa nacional de saúde escolar (PNSE)** (pp. 1-5). Lisboa: Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica. Disponível em: https://www.ordemenfermeiros.pt/arquivo/documentos/Documents/MCEESIP_Parecer_14_2013_Plano_de_Saude_Escolar.pdf

PERRONI, C. **Boa Alimentação interfere na função cerebral e aumenta a concentração**. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com>, 2013. acesso em: 07/10/2018

PHILIPPI, Sonia Tucunduva, CRUZ, Ana Teresa Rodrigues & COLUCCI, Ana Carolina Almada. 2003. **Pirâmide alimentar para crianças de 2 a 3 anos**. Artigo disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1415-52732003000100002&script=sci_arttext. acesso em: 04/10/2018

SANTOS. Ana Paula Machado dos, Bergold. Leila Brito, . **Oficinas musicais: a utilização do lúdico e da música para Educação Alimentar e Nutricional com escolares**. RASBRAN - Revista da Associação Brasileira de Nutrição. São Paulo, SP, Ano 9, n. 2, p. 87-92, Jul-Dez. 2018 - ISSN 2357-7894 (online).

CUNHA, Luana Francieli da. **A Importância de uma Alimentação Adequada na Educação Infantil**. 2014. número de folhas. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

ACCIOLY, E. **A escola como promotora da alimentação saudável**. Rev. Ciência em tela, Rio de Janeiro :UFRJ, v.2, n.2, p.1- 9, jul./dez.2009.

FARIA, A. P. **Obesidade Infantil- juvenil: um desafio a ser vencido- revisão Sistemática** Revista Brasileira de Obesidade , Nutrição e Emagrecimento, São Paulo v.4, n.20, p.107 -120, Mar. /Abr.2010.

LEVY-COSTA- R.B, - et all **.Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil : distribuição e evolução (1974-2003)** .entrevista de saúde pública. V.39, p. 530-540,2005.

MIRANDA, J.M.Q. ; et all. **Prevalência de sobrepeso e obesidade infantil em instituições de ensino: públicas vs. privadas**. .Rev. bras. Med. Esporte - vol .21, no2 - Mar / Abr, 2015.

A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DE LEITORES NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Maria José de Santana Xavier Silva – UNIESP
Ivanildo Félix da Silva Júnior - UNIESP

1 INTRODUÇÃO

A escola ocupa um espaço de destaque no contexto de formação de leitores capazes de se posicionar criticamente em relação ao conhecimento, aos fatos sociais, políticos e econômicos. É nesse ambiente que a maioria das crianças de famílias carentes tem o primeiro e, muitas das vezes, o único contato com os livros.

Portanto,

Como principal veiculadora de informações e fonte de conhecimento, a leitura deve ocupar um espaço privilegiado dentro do contexto sócio-histórico-cultural no qual o homem está inserido. Por essa razão, ela tem sido alvo de estudos e pesquisas que retratam sua importância e indispensabilidade na vida do ser humano (SANTANTA FILHO, 2015, p.1)

Apesar da reconhecida importância para o desenvolvimento de uma sociedade, o incentivo à leitura tem sido, historicamente, negligenciado no Brasil. Só a partir da década de setenta é que as investigações sobre as práticas de leitura passaram a assumir um caráter científico.

Os momentos destinados à leitura em sala de aula são marcados por uma certa obrigatoriedade pois, a partir dele, também são trabalhados os conteúdos planejados para aquele dia. Desta forma, a leitura realizada em sala nem sempre é prazerosa para o aluno, porém quando a biblioteca é atuante no ambiente escolar, e mediante a elaboração e execução de projetos voltados ao incentivo à leitura, é possível mostrar-lhes as maravilhas da leitura e, a partir ações diversas, despertar-lhes a apreciação por estes momentos.

Dessa forma, a finalidade da biblioteca escolar é de contribuir com a instituição de ensino na qual está inserida, com sua função de preparar o indivíduo em sua formação ética, moral e estética, através do desenvolvimento de ações que propiciem a continuidade do processo de ensino aprendizagem, oportunizando aos educandos uma diversidade de situações e ambientes de aprendizagem, aumentando assim as chances de alcança-los com o conhecimento que lhes é de direito adquirir.

No entanto, no contexto da complexidade do momento de pandemia enfrentado atualmente, a biblioteca tem pouco ou nenhum espaço de atuação, tornando-se mais um fator a ser analisado e trabalhado em busca de meios e soluções para expandir seu alcance mesmo em tempos de isolamento e distanciamento social, explorando as possibilidades que as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação colocam à disposição da educação.

Com o objetivo de compreender a importância da biblioteca escolar atuante na formação de cidadãos leitores reflexivos, analíticos e críticos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o presente artigo busca conceituar o papel da mesma na formação de leitores, identificando suas contribuições no incentivo ao gosto pela leitura e no processo de formação de leitores, destacando ainda a importância do hábito de ler como instrumento de construção de novos conhecimentos, expressão da subjetividade humana e, sobretudo, de socialização entre os alunos.

Sendo assim, este trabalho justifica-se pela necessidade de suscitar em nossa sociedade uma visão objetiva do valor educacional e social das bibliotecas escolares, onde, enquanto forma cidadãos leitores, os torna aptos a atuarem de modo mais efetivo e produtivo na sociedade, pois a leitura, seja em momentos de lazer, pesquisa e/ou aprendizagem, traz em si uma bagagem de conhecimentos que embasam o pensamento crítico, ampliando sua visão e fazendo-o questionar sua realidade, buscando assim melhorá-la, ou contribuir para sua durabilidade.

Observando o contexto investigativo que escolhemos trilhar, buscamos no campo das pesquisas de revisão bibliográfica, de abordagem qualitativo-interpretativista, estabelecendo nossa ancoragem teórica em publicações de artigos, revistas especializadas e livros, considerando as contribuições de GIROTTO & SOUZA (2009), BLATTMANN; CIPRIANO (2005), BORBA (2011), MARTINS (2006) entre outros, para suscitar análises, reflexões e discussões pertinentes ao tema em estudo.

Convidamo-los, caros leitores, a nos acompanhar nas próximas páginas nessa incipiente, porém necessária e válida, aventura analítico-reflexiva acerca do papel da biblioteca escolar no processo de formação e desenvolvimento de novos leitores em contexto educacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os teóricos que enriqueceram este trabalho nos proporcionaram avaliar a importância de uma biblioteca escolar ativa na vida dos educandos, além de caracterizar as situações educativas na sociedade que demandam habilidades de leitura e escrita, a fim de indicar as condições de mudanças que determinam a construção de ideias em diferentes realidades.

Buscamos entender os pensamentos de GIROTTO e SOUZA (2009), MARTINS (2006), BLATTMANN e CIPRIANO (2005) e BORBA (2011) entre outros, com o intuito de descrever e analisar as determinadas transformações da realidade social que se refletem em demandas escolares relativas às práticas de leitura e escrita, proporcionando-nos edificar conhecimentos e compreender diversos aspectos desempenhados desde o surgimento da biblioteca escolar até os dias atuais.

2.1 BREVE HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES NO BRASIL

No período colonial, os padres Jesuítas vieram ao Brasil com o objetivo de catequizar os nativos e instruir os colonos. Surgiram então as primeiras escolas, e com elas as primeiras bibliotecas escolares. A partir de meados século XVII outras ordens religiosas como, Franciscanos, Beneditinos e Carmelitas, abriram suas escolas e bibliotecas se espalhando por todo território brasileiro. No entanto, o acervo de suas bibliotecas era de cunho teológico-científico, composta principalmente por literatura sacra.

Contudo, no século XVIII o Marquês de Pombal, influenciado pelos ideais franceses do iluminismo, introduziu uma circular proibindo o noviciado, iniciando assim a ruína dessas organizações e de suas bibliotecas, resistindo apenas às instituições particulares frequentadas pela elite do país.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, voltaram também as instituições de ensino e as bibliotecas escolares, estas agora com papel de suporte educacional. No entanto, durante o governo Vargas, as bibliotecas voltaram a ter a função de apenas agrupar livros, só voltando a ter sua função educativa após sua deposição, porém, com a Ditadura Militar, muitas obras foram censuradas e algumas bibliotecas fechadas.

Toda esta saga terminou em meados dos anos oitenta com o fim da censura, no entanto só a partir do ano de 1997 surgiram as primeiras políticas públicas em favor das bibliotecas escolares, muito pela influência dos PCNs, que explanou em algumas partes de seus textos sobre a importância do uso das bibliotecas, onde mesmo de maneira superficial, foi de grande valia para a evolução das mesmas.

2.2 LEIS QUE REGEM AS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Após a descoberta da importância educacional das bibliotecas escolares, não só pelo incentivo à leitura, que é de grande valia para a formação social do indivíduo, mas também por sua função educadora, algumas leis foram criadas na busca de melhores condições de implantação e funcionamento das mesmas.

Criada em 30 de outubro de 2003, a lei Nº 10.753, visou assegurar o efetivo exercício do direito ao acesso de uso aos livros para cada cidadão se aperfeiçoar e transmitir seus conhecimentos, incentivando a promover o desenvolvimento intelectual, baseados em estudos científicos.

O parágrafo II do Art 1º da referida lei versa que:

O livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida. (BRASIL, 2003, p.1).

Apesar da importância desta lei para o amplo desenvolvimento das bibliotecas escolares, ainda faltavam leis que regulamentassem a implementação e organização desses espaços dentro das escolas, portanto, fez-se necessário a criação de outra lei para sanar algumas especificidades.

A Lei 12.244 de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, bem como, da obrigatoriedade elas tenham em seu acervo o mínimo de um livro para cada aluno matriculado, cabendo às próprias instituições, a ampliação deste acervo de acordo com suas necessidades. Ficando a cargo destas também a responsabilidade pela guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas presentes nelas.

Porém, no Art. 2º da referida lei, diz erroneamente que biblioteca é:

[...] a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura". Ou seja, desobriga que a biblioteca seja atuante e auxilie no melhoramento

educacional da instituição da qual faz parte, tornando-se apenas um espaço físico inútil apesar de necessário. (BRASIL, 2010, p.1)

No entanto, devemos ir além destas palavras pois, uma vez que a biblioteca escolar tem a função de auxiliar na promoção de uma educação de qualidade, onde toda comunidade escolar pode ser beneficiada, é de suma importância enxergar que a biblioteca funciona como centro educativo e cultural, tornando-se fundamental para a execução de alguns serviços bem como ambiente de leitura, atividades culturais e de lazer, onde a leitura se faz presente em todos os momentos.

2.3 POLÍTIICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Para complementar as leis acerca das bibliotecas escolares e contribuir com o enriquecimento das mesmas, criaram-se políticas públicas voltadas a promoção e incentivo à leitura, seja pela distribuição de livros, propiciando a formação de seus acervos, ou por ações específicas a este propósito.

Dentre estes programas podemos citar o PNBE (Programa Nacional Biblioteca Escolar) e o PNLL (Plano Nacional de Livro e da Leitura), que foram divisores de água para trazer à luz a importância das bibliotecas escolares para a construção de uma educação de qualidade em uma sociedade leitora.

O FNDE (Fundo Nacional Desenvolvimento Educação), juntamente com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, são os responsáveis pela execução do PNBE (Programa Nacional Biblioteca Escolar), programa criado no ano de 1997 com a finalidade de promover o incentivo à leitura nas escolas de todo país por meio da distribuição de acervos para suas bibliotecas.

Esta distribuição é feita de formas alternadas, ou seja, em um ano são contempladas as escolas de Ensino Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). No ano seguinte, as escolas que atendem os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio.

No ano de 2006 criou-se o PNLL (Plano Nacional do Livro e da Leitura) com a finalidade de garantir o cumprimento da Lei Nº 10.753/2003. Trata-se de um conjunto de ações realizadas pelas esferas governamentais (federais, estaduais e municipais), bem como pela sociedade. Estas ações compreendem projetos, programas, atividades e eventos voltados as áreas de leitura, literatura, livro e biblioteca.

3 O QUE É UMA BIBLIOTECA ESCOLAR?

Conhecer a tipologia de cada biblioteca é de suma importância, pois nos ajudam a compreender a função social delas, bem como exige que nos aprofundemos no contexto da comunidade em que a biblioteca está inserida, evidenciando principalmente suas necessidades e seus anseios por informação e hábitos culturais.

Então a biblioteca é um espaço escolar destinado e organizado para a promoção da leitura, pesquisa, lazer, devendo estar integrada com ações, tanto de sala de aula, quanto no desenvolvimento do currículo escolar. Além de servir também como suporte para a comunidade em suas necessidades.

A biblioteca escolar tem como objetivo específico facilitar o processo de ensino aprendizagem, fornecendo material bibliográfico adequado, tanto para o educador quanto para o uso do educando, despertando o gosto pela leitura, incentivando-os a apreciação de livros e despertando-lhes a capacidade de pesquisa, enriquecendo sua experiência pessoal tornando-os aptos a progredir nas profissões para as quais estão sendo preparados.

[...] uma arte extremamente envolvente e que pede participação: a arte de ler oralmente e de contar histórias. As histórias refletem a expressão artística e o imaginário de uma pessoa, uma comunidade ou um povo. Assim, ler e contar oral e expressivamente são artes próximas do teatro. Atraem crianças, sobretudo, mas também nós adultos. Têm o poder de sair do fato local para o universal. Criam intercâmbio entre as pessoas de realidades e nacionalidades diferentes. Penso que a educação seria mais interessante, envolvente, eficiente e divertida, se as escolas abrissem seus programas para deixar entrar neles muitas e muitas histórias, lidas ou contadas. (GIROTTO & SOUZA, 2009, p.57)

Ou seja, além de estimular a capacidade socioeducativa nos educandos, é importante que esteja incluso no planejamento pedagógico da escola as atividades desenvolvidas pela biblioteca no intuito de despertar o gosto pela leitura, tais como sarais, teatro, fantoches, a hora do conto, exposições literárias, biblioteca itinerante, entre outros.

Tudo isso ajuda a manter a biblioteca mais atrativa, fazendo com que o educando interaja com os livros e seus conteúdos através de momentos agradáveis de descontração, mesmo porque, os momentos de leitura em sala de aula têm uma certa obrigatoriedade, pois a partir deles são trabalhados também os conteúdos programados para aquele dia, sendo assim a leitura realizada nem sempre é

prazerosa para o educando. Algumas destas atividades se destacam, dentre elas: os sarais, peças teatrais, teatro de fantoches, a hora do conto, exposições literárias, biblioteca itinerante, entre outros.

3.1 A ESTRUTURAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR

Formar uma biblioteca no ambiente escolar não é tarefa tão fácil como se pode pensar. Vários são os fatores que devem ser levados em consideração, são eles o espaço físico, o mobiliário, iluminação, acervo, horário de funcionamento e funcionários destinados à sua manutenção.

A biblioteca tem que estar integrada à escola, não ser parte isolada. No ambiente educacional, a biblioteca escolar deve ter papel ativo e dinâmico. “O bibliotecário ativo na escola é aquele que participa da elaboração do currículo na escola” (BLATTMANN; CIPRIANO, 2005, p. 5).

Na organização escolar, é comum que o espaço escolhido para se instalar a biblioteca seja uma pequena sala sem outra utilidade ou um local adaptado, por esse motivo, se faz necessário que os profissionais que forem atuar neste local sejam sensíveis a estes problemas e tenham a capacidade de adequar-se a esta realidade, buscando meios para solucionar estas questões e viabilizarem seu funcionamento. Sendo interessante também que seus espaços sejam, na medida do possível, organizados separando área para professores, para pesquisa, para leitura, troca de livros, lazer e outra específica para a educação infantil.

É preferível que o mobiliário utilizado na biblioteca seja proporcional ao tamanho da mesma, sendo capaz de acomodar seu acervo e equipamentos, devendo proporcionar o fácil acesso do aluno ao material que necessite utilizar, precisa ser de materiais resistentes e que não acumulem umidade. Já o espaço destinado ao público infantil, deve ser colorido, alegre e que possibilitem o manuseio independente das crianças aos livros, jogos e brinquedos disponíveis.

Na organização desse importante espaço, é interessante priorizar a iluminação natural e a circulação de ar, daí a importância de haver janelas neste local, preferencialmente com telas, para impedir a entrada de insetos que possam danificar seus acervos. Porém deve-se ter um certo cuidado para que os raios solares não incidam diretamente nos livros, podendo assim danificá-los. Também se faz necessária a complementação com luzes artificiais, para dias de pouca

luminosidade ou períodos noturnos, as luzes fluorescentes são mais indicadas, que além de mais econômicas aquecem menos, causado assim menos mudanças nos livros que as incandescentes.

3.2 DISPONIBILIZAÇÃO DE ACERVOS

O acervo de uma biblioteca escolar não possui apenas livros, mas outros materiais pedagógicos para o uso do aluno, do professor e da comunidade, podendo conter jogos educativos, jornais, revistas, documentos, fotos, imagens, vídeos, materiais digitais, entre outros, que de alguma forma contribuem para o aperfeiçoamento de quem nela busca conhecimento. Devido a essa diversidade, as estantes devem ser devidamente etiquetadas para facilitar seu acesso, nomeando-as de acordo com o gênero, público e funcionalidade nelas dispostas, facilitando sua organização, onde o bibliotecário responsável deve a cada final do dia percorrê-las para arrumar os materiais utilizados.

Seu horário de funcionamento geralmente se restringe ao horário das aulas, no entanto se pararmos para refletir, percebemos o quão importante seria mantê-la em funcionamento em período integral, onde a comunidade pudesse ter acesso a ela em seu horário de almoço, para desfrutar de uma boa leitura ou mesmo fazer pesquisas, ou mesmo se em fins de semana, promovesse momentos de lazer. São questões ainda deixadas no campo das ideias, no entanto deve-se fazer um esforço para que seu funcionamento seja o mais amplo possível, para assim atender as necessidades de seu público.

Os profissionais destinados ao cuidado e administração de bibliotecas escolares devem ser dinâmicos e dispostos a criar vínculos com os professores de salas de aulas, conhecendo suas necessidades e criando meios de ajudá-los a chegar em seus objetivos. Precisa também ter um bom relacionamento com a gestão e supervisão pedagógica, para que criem ações conjuntas para o desenvolvimento de projetos de incentivo à leitura. Mas principalmente, deve ser um bom leitor e entusiasta dessa prática, para que suas ações venham não somente de seu intelecto, mas também de seu coração. Para que a biblioteca desenvolva o papel pedagógico, o bibliotecário deve possuir perfil de educador, pois é a atuação dele na educação que de fato o legitima como educador (BORBA, 2011)

Em geral, as escolas públicas recebem mais de uma remessa anual de livros que variam entre grandes obras famosas, pequenos livros de histórias infantis, novos títulos e materiais de suporte ao professor. Contudo, grande parte desses livros quase não saem das prateleiras, a menos que seja exigida sua utilização em formações (professores), ou para alguma aula específica (aluno).

Por menor que seja a biblioteca escolar analisada, a riqueza de suas coleções é de encher os olhos de adeptos da leitura, podendo encontrar biografias de grandes filósofos e pensadores, poesias, contos de fadas, revistas pedagógicas, entre outros importantes recursos literários, todos eles menosprezados por alunos e professores.

3.3 A UTILIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PELO ALUNO

A biblioteca tem por finalidade criar condições que envolva o aluno em determinados aspectos, que incentive os usuários a utilizar o ambiente que é o centro inovador de aprendizagem destinada a minimizar a falta de interesse do aluno e favoreça a prática de leitura, ampliando seus conhecimentos e redescobrando o interesse de pesquisa escolar que incentive na busca constante pelo desenvolvimento intelectual.

Vê-se que, na atualidade, as transformações são constantes e a falta de leitura é um fato voltado a deficiência seculares do país. Pois na maioria das vezes os professores não incentivam os alunos a conhecerem os acervos, sendo que os mesmos são restritos de ter acesso às informações expostas nos acervos da biblioteca.

Quando existe uma cooperação por parte do profissional da biblioteca ou o corpo docente que viabiliza desenvolver projetos que forme cidadãos leitores e possivelmente a melhoria do ensino aprendizagem faz com que as informações facilite a resposta para cada busca feitas pelo usuário que a partir dessa proposta inovadora passam a redescobrir um espaço atrativo e desenvolver suas habilidades com ações voltadas ao crescimento intelectual do indivíduo, tanto no âmbito escolar quanto na sociedade em que vive. Podendo ser visto como o centro da aprendizagem e assim transferindo seus conhecimentos e levando sua cultura estabelecida adquirida através da sua busca frequente na biblioteca escolar.

3.4 A UTILIZAÇÃO DA BIBLIOTECA PELO PROFESSOR

A relevância da contribuição da biblioteca aos professores que se utilizam da mesma para a elaboração de seu planejamento ou atividades escolares, bem como criando parceria com o profissional bibliotecário se dá pela promoção de mudanças significativas através de ações que possibilitem aos alunos articularem os conhecimentos adquiridos nos momentos de lazer vinculando-os as atividades em sala de aula.

O uso da biblioteca escolar pelo professor é fundamental para influenciar na formação de leitores, oportunizando através da vivência do exemplo dado pelo docente, uma atuação concreta que possibilite uma aproximação do educando ao mundo da leitura, de modo que o mesmo interaja de várias maneiras com esta prática despertando nele o gosto pelo ato de ler.

A atuação do professor transmite não só o conhecimento aos seus alunos, mas também contribui para a construção do perfil dos indivíduos em sociedade, baseando suas práticas para uma educação crítica e utilizando-se da biblioteca como processo de captação de conhecimentos, onde os mesmos encontram meios para minimizarem os desafios encontrados no cotidiano escolar, ressaltando que a produção de saberes é um trabalho coletivo de toda comunidade escolar, que articulam responsabilidades e resultados obtidos em consequência do desempenho escolar.

É de suma importância que os docentes busquem aprimorar seus conhecimentos articulando meios que atraiam formem leitores, introduzindo a leitura em seu planejamento e firmando parceria com a biblioteca, elaborando ações que facilitem o acesso aos livros e despertam interesses do educando em lê-los, multiplicando suas práticas literárias e tornando o indivíduo consumidor de literatura.

4 A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR

Apesar da existência do curso de Biblioteconomia, que habilita profissionais para atuarem em bibliotecas e acervos diversos, dando-lhes noções e técnicas de administração e organização das coleções das quais serão responsáveis, dificilmente encontra-se nas bibliotecas escolares bibliotecários com esta formação.

O perfil encontrado nestes profissionais, na grande maioria dos casos, são professores readaptados ou em fim de carreira, que ao assumirem o cargo querem

cumprir horário com o menor esforço possível onde, grande parte deles, tem sequer o hábito da leitura.

4.1 O PROFESSOR COMO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR

Acredita-se que o professor como bibliotecário escolar tem a função educativa de se preocupar com as transformações culturais que possibilitam os indivíduos a conquista igualitária para todos por ser um trabalho desenvolvido para uma educação formal que é entendida como uma função social vinculada ao que acontece no ambiente em que vive. Pois raramente encontra-se um profissional de biblioteca qualificado profissionalmente pois a demanda de trabalho é grande e na maioria das vezes ela é constituída por professores efetivos readaptados que estão apenas atribuindo a sua carga horária e não se preocupa com a educação de maneira geral.

O professor como bibliotecário escolar tem o papel de desempenhar propostas educativas que modifique a leitura em momentos de reflexões, é necessário que goste de ações recreativas, Leia livros e reflitam sobre os mesmos, que sejam formadores de opiniões críticas e exerça sua função a fim de aprimorar sua formação intelectual formando Consciente e capaz de ter visões críticas. Tudo isso faz parte do que vimos na leitura de um indivíduo.

4.2 A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA NO ÂMBITO ESCOLAR

A importância da existência da biblioteca no ambiente escolar se dá pela necessidade de o indivíduo ter acesso a meios e formas de pesquisa, cultura e lazer que possibilitem a troca de conhecimentos e interação interpessoal, além da importante contribuição na promoção educativa da mesma, embora nem sempre seu papel seja efetivamente concretizado.

A biblioteca escolar é uma instituição do sistema social que organiza materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios e os coloca à disposição de uma comunidade educacional. Constitui parte integral do sistema educacional e participam de seus objetivos, metas e fins. A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e a formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece a informação necessária para a tomada de decisões na aula (OEA, 1985, p. 22).

É perceptível na fala do autor, a concepção de que não basta ter o espaço físico destinado à biblioteca no ambiente escolar, é necessário que os profissionais que atuam nela, juntamente com o corpo docente, se reúnam e busquem meios de interação entre sala de aula e biblioteca, onde, através de ações conjuntas, seja possível despertar no educando não só para a importância da leitura, mas também do prazer deste ato.

Contudo, aliar a biblioteca às atividades pedagógicas não é tarefa fácil e exige um comprometimento de todos os profissionais que fazem parte desse processo, pois é a partir da vontade de ir além de sua obrigação e fazer o necessário para que este quadro de desvalorização da leitura literária seja revertido e nossas crianças e jovens possam desfrutar do mundo maravilhoso das letras.

No entanto, quando a biblioteca é atuante no ambiente escolar, mediante a elaboração e execução de projetos voltados ao incentivo à leitura, é possível trazê-los para a biblioteca, e por ações diversas, despertar-lhes a apreciação dos momentos de leitura.

Porém, a realidade que encontramos nas bibliotecas escolares é de um descaso desmedido, onde esses espaços são considerados como meros depósitos de tudo que não é utilizado na escola, e os livros empilhados nas estantes estão tão empoeirados quanto a prática da maioria dos profissionais que ali atuam, pois grande parte deles está no fim de sua carreira e não querem se dar ao trabalho de promover ações para atrair seu público, seja para pesquisa ou degustação de leitura.

Estes espaços, geralmente funcionam em horários curtos e irregulares, que por vezes são utilizados não para leitura, mas para punição, onde, na melhor das hipóteses, o educador pede que o educando faça uma síntese de algum livro escolhido sem qualquer critério e totalmente fora do contexto de sua aula.

4.3 PARCERIA ENTRE PROFESSORES E BIBLIOTECÁRIOS NA MEDIAÇÃO DA LEITURA

A mediação da leitura é a ação voluntária que faz com que diferentes profissionais se adequem as necessidades do ambiente escolar, buscando inserir a temática da leitura de maneira interdisciplinar em suas ações pedagógicas, tornando assim o indivíduo crítico e principalmente cidadãos com visões de mundo diferente.

Em se tratando de leitura literária, a mediação deveria ocorrer dentro do ambiente familiar antes mesmo da criança ser inserida na escola e nos processos de alfabetização. Para que, quando a mesma se encontre neste recinto, o mediador não tenha que reapresentar a leitura a ela, mas dar continuidade a um trabalho iniciado no âmbito familiar que se prolonga na escola, uma vez que a formação de leitores deve ser uma preocupação constante dos pais e educadores (Cf. MARTINS, 2006).

A parceria entre professores e bibliotecários promovem projetos de intervenções para conduzir o indivíduo a mediação da leitura que na maioria das vezes, essa disponibilidade requer primeiramente da família antes de inserir a criança na instituição ser o mediador da leitura para que a mesma possa ter a capacidade de desenvolver as atividades que foi iniciada pela família.

Por essa razão devem existir parcerias que educacionais que estabeleça cumplicidade docente e bibliotecário como mediadores dos leitores, oportunizando o conhecimento dos processos educacionais e a concepção de mundo através da prática de leitura, os projetos de intervenções pedagógicos e a constante busca de formar leitores na escola e para a sociedade.

A ideia proposta não é propicia apenas para as parcerias, existem prioridades antes de formar leitores que é a função de criar espaços adequados para a construção da expectativa que é caracterizada pelo comportamento humano. Assim como os espaços devem ser diferenciados na medida em que as faixas etárias se alteram, portanto, a biblioteca é entendida como parte pedagógica que facilita as atividades do ensino aprendizagem, possibilitando a formação do ser humano e viabilizando a importância de um ambiente com atuação e comprometimento dos profissionais da área de educação.

Sabendo que o mediador da leitura deve ser caracterizado por indivíduos críticos que possivelmente conheça seus leitores e suas necessidades para que além de educar tenha a capacidade de leem seus leitores e se adequar aos valores culturais, éticos e sociais que estarão de alguma maneira mediando seus leitores.

4.4 FORMAÇÃO DE LEITORES

Ao apropriar-se da leitura, o cidadão não adquire um conhecimento qualquer, com ela vem a conquista de sua autonomia, bem como a ampliação de seu mundo,

com novos horizontes e possibilidades. A leitura permite aos indivíduos um autoconhecimento mais profundo e concreto, permitindo que a percepção do mundo que o cerca, ocorra de forma mais clara e natural.

A leitura tem papel imprescindível na formação de cidadãos capazes de compreender a extensão que a mesma influencia em sua vida, partindo da visão que passa a ter é possível não só criar, mas também reinventar, contar histórias e ser parte atuante em sua própria história.

Bons leitores tendem a ser mais conscientes de seu papel em sociedade, pois a leitura, além de momentos prazerosos, proporciona crescimento pessoal e intelectual, onde o indivíduo percebe a realidade em que está inserido e tem maiores possibilidades e métodos de lutar para melhorá-la para si e para o próximo.

O incentivo à leitura deve partir primeiramente da família, que ao tornar momentos de leitura algo prazeroso em que os vínculos familiares são fortalecidos, incute o gosto pelo hábito de ler que o acompanha por toda sua vida.

Chegando ao período escolar, este hábito é ainda mais valorizado na educação infantil, com momentos lúdicos relacionados ao ato de ler, porém, ao chegar no ensino fundamental estes momentos se tornam mais escassos devido a uma carga maior de conteúdo a serem trabalhados com os alunos. Neste período a biblioteca escolar mostra-se como um instrumento muito importante para preservar o gosto pela leitura aos que já o tem, e despertar naqueles que não tiveram a mesma possibilidade, tornando-se assim uma parceira dos docentes, facilitando suas ações pedagógicas.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente capítulo aborda a metodologia utilizada na elaboração do trabalho, cujo objetivo é também analisar o papel da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Pedron (2001), metodologia é o caminho percorrido para alcançar determinado fim. Ou seja, metodologia é o conjunto de métodos e técnicas aplicados para atingir o objetivo.

A pesquisa tem abordagem o método qualitativo-interpretativista, optando pela análise dos aspectos subjetivos que qualificam o problema aqui em investigação. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram o levantamento bibliográfico, observando-se a pertinência de resultados de pesquisas realizadas no

universo do tema estudado, oportunizando suscitar reflexões e discussões pertinentes à pesquisa.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

No momento atual, no qual fomos submetidos à necessidade de permanecermos distantes do ambiente escolar por mais de um ano, mais do que nunca, é preciso reconhecer a importância das bibliotecas escolares, especialmente em função do seu objetivo social de fornecer acesso a livros e diversos materiais didático-pedagógicos aos professores e, principalmente, aos alunos em um ambiente pensado, planejado e estruturado para o desenvolvimento da prática de leitura consciente, pois

É papel da escola, que tem a função de formar cidadãos conscientes, reverter essa realidade. Para tanto precisa incentivar o aluno a assumir e valorizar a cultura da sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites (SANTANTA FILHO, 2015, p.1)

Sendo a escola um espaço privilegiado para a construção do conhecimento, as práticas de leitura deveriam receber uma atenção especial por parte de toda a equipe pedagógica, em um esforço conjunto para propor projetos de leitura interdisciplinares, onde os alunos vivessem experiências multissensoriais, ressignificando o papel da leitura em suas vidas.

No entanto, o que se observa é um cenário de abandono parcial ou total desses ambientes que, quando muito, são utilizados como sala de vídeo ou de execução de trabalhos em equipe, quase sempre fundamentadas em pesquisas rápidas na internet para levantamento de conteúdos relativos ao tema pesquisado que, nem sempre, resulta em assimilação de novos conteúdos, posto que a postura dos alunos frente aos conteúdos acessados costuma ser passiva, restringindo-se a copiar e colar aquilo que é julgado pertinente ao solicitado por determinado(a) professor(a).

Considerando os postulados de Delors et al. (1996), no que diz respeito aos quatro pilares para uma educação no Século XXI, à escola cabe ultrapassar os limites das práticas pedagógicas restritas à transmissão dos conhecimentos formais historicamente acumulados pela humanidade e assumir, de uma vez por todas, as realidades do novo paradigma da aprendizagem na era da informação, estimulando o desenvolvimento de novas habilidades e competências que criem condições para

que o estudante aprenda a aprender, tomando consciência da necessidade de administrar sua educação ao longo de toda a vida.

O ambiente da biblioteca deveria entrar no planejamento escolar enquanto espaço multiuso estruturado para facilitar a aprendizagem monitorada em função do conjunto de recursos e instrumentos informacionais ali presentes, constituindo-se em um verdadeiro espaço de expressões culturais baseadas no uso consciente, crítico e reflexivo das múltiplas linguagens que ali coexistem (PCN, 1997).

Corroboramos com Soares (2001, p.16) no entendimento de que no Brasil, “[...] quem aprende a ler e a escrever e passa a usar a leitura e a escrita, a envolver-se em práticas de leitura e de escrita, torna-se uma pessoa diferente, adquire um outro estado, uma outra condição [...]”, desenvolve habilidades e assimila valores sociais, baseados em princípios éticos e morais, que possibilitam uma participação ativa no convívio social, apropriando-se dos benefícios da informação nas sociedades modernas.

Nesse contexto, sobre a Biblioteca escolar recai a responsabilidade, em conjunto com o corpo docente em especial, de incentivar as práticas de leitura reflexiva, pois é somente através análise e reflexão que o aluno desenvolve condições de ampliar a sua concepção da materialidade textual, abandonando a visão estreita de texto como algo estático, baseado na palavra enquanto elemento estruturante, onde todos os sentidos estão depositados nas páginas impressas ou projetadas pela tela de um dispositivo eletrônico (smarphone, tablet, notebook etc.), passando a compreender melhor a extensão das possibilidades de manifestação de um texto, através das diversas modalidades de linguagens possibilitadas por uma língua natural, experimentando a vida que existe para além das entrelinhas, acessando um infinito de significados e informações à sua disposição.

Quando a comunidade escolar passa a compreender a biblioteca enquanto instrumento pedagógico de significativa importância para as atividades docentes, em especial àquelas desenvolvidas pelo(a) professor(a) de Língua Portuguesa intentes às práticas de leitura e escrita, este ambiente passar a ser visto pelos alunos não mais como um espaço destinado à punição daqueles que manifestam algum comportamento reprovado pela gestão escolar, que são enviados para a biblioteca e obrigados a realizar atividades a partir de uma leitura aleatória proposta pelo(a) professor(a) como uma espécie de castigo.

A biblioteca passa, então, a assumir status de um lugar prazeroso, onde a interação interpessoal é estimulada nos moldes que nos coloca Perrotti (apud BAJARD, 2002):

A BI (Biblioteca Interativa) é instituída não apenas para difundir informações, mas sobretudo para, a partir delas, constituir-se em local de troca, de expressão e de produção. Ela possibilitará não apenas estimular, respeitar, reconhecer a expressão cultural da infância, como instigar, provocar, alimentar de várias formas as relações de crianças e jovens com o conhecimento, a cultura, a leitura, o mundo (PERROTTI *apud* BAJARD, 2002, p.32).

A escola que defende as práticas de leitura enquanto expressão da cultura de uma sociedade não pode se dar ao luxo de subverter a importância do espaço constitutivo da biblioteca escolar no que lhe é mais caro: a abertura à interação e livre expressão dos sentimentos de crianças, jovens e adolescentes.

À biblioteca escolar cabe participar ativamente do processo de educação do público a que serve durante o período de escolarização contribuindo, portanto, com a formação de sujeitos, reflexivos, críticos, ativos e participativos na sociedade a que pertencem, consumindo e produzindo bens culturais, materiais e imateriais, em termos de conhecimentos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de um bibliotecário transita pela utilização de métodos e técnicas inovadoras e descentralizadas, onde, através da parceria com educadores, gestão e família, busca meios de estimular os educandos à leitura, através de atividades que viabilizam a ampliação do contato do indivíduo com a biblioteca escolar, aprimorando seus conhecimentos em um contexto cultural, levando-o a questionar-se e refletir, a medida que se vê como parte integrante da comunidade e criador de sua própria história.

No viés desse cenário, destaca-se a importância da biblioteca escolar no contexto educacional, e mesmo necessitando remar contra a correnteza da desvalorização, não renovação de acervo, falta de espaço adequado, profissionais sem preparo para a função, dentre tantas outras questões a serem enfrentadas e revertidas, esta valorosa ferramenta tem papel fundamental na construção de cidadãos leitores, críticos e participativos em sociedade.

Diante do esquecimento em que se encontra as bibliotecas escolares neste momento ímpar de nossa sociedade, as barreiras a serem contrapostas são ainda

mais fortes e difíceis de serem superadas, tornando-se ainda mais importante que toda equipe escolar se una e colabore com a missão de aproximar os educandos não só do ambiente físico da biblioteca, posto que neste momento de isolamento e distanciamento social as aglomerações devem ser evitadas, mas colaborar com a compreensão dos mesmos quanto sua importância, ainda que configurada em moldes virtuais, através das ferramentas digitais utilizadas pelo ensino remoto emergencial.

É certo que as ações do estado quanto a renovação dos acervos é fundamental para o sucesso deste ambiente. No entanto, a não realização desta etapa não deve atravancar as demais, pois é natureza pedagógica fazer o máximo com aquilo que se dispõe, o que tem se mostrado não ser só um talento dos brasileiros, mas também uma necessidade em certos casos.

Desta forma, diferentes momentos e projetos podem e devem ser propostos, planejados e desenvolvidos por meios diversos meios, tais como, teatro, contação de histórias utilizando fantoches, releitura, etc., atividades estas que podem ser viabilizadas através de momentos de encontros síncronos através das plataformas de reuniões virtuais (Google Meet, Zoom etc.) ou mesmo assíncronos mediante a gravação de pequenos vídeos a serem enviados para as famílias executarem em casa para suas crianças.

O reconhecimento da importância da biblioteca escolar para a formação de novos leitores perpassa a reunião de esforços para que esta cumpra seus objetivos de não só incentivar às práticas de leitura, mas também de proporcionar, através das diversas atividades culturais, o desenvolvimento das habilidades artísticas também responsáveis pelo surgimento do sentimento de prazer em frequentar este espaço escolar, ambiente em que a criatividade e o apoio ao ensino, pesquisa e extensão possibilitam a apropriação do conhecimento através de diversas fontes de informação.

Por fim, reconhecemos que as dificuldades existem e sempre existirão, mas a garra, a criatividade, a determinação e o comprometimento são primordiais para o sucesso, não só das bibliotecas escolares, mas, a partir destas, dos educandos, comunidade escolar e sociedade em geral. Obviamente, não basta querer, é preciso agir para que o sonho de crianças e jovens leitores volte a ser uma realidade pós-pandemia.

REFERÊNCIAS

BAJARD, Élie. **Caminhos da escrita: espaço de aprendizagem**. 2a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

BORBA, Maria do Socorro Azevedo. **Bibliotecário educador: reflexão-ação reflexão**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. Anais eletrônicos... Maceió: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

BRASIL, (24 de mai de 2010). LEI Nº 12.244 DE 24 DE MAIO DE 2010. **Universalização das Bibliotecas nas Instituições de Ensino do País**. Brasília, DF.

_____. (30 de out de 2003). LEI Nº 10.753 DE 30 DE OUTUBRO DE 2003. **Política Nacional do Livro**. Brasília, DF.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (1. a 4. séries). Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1997. 10 v.

CAMPELLO, Bernadete Santos (Org.). **Elementos que favorecem a colaboração entre bibliotecários e professores**. In: _____. Biblioteca escolar: conhecimentos que sustentam a prática. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 73-89

_____, **Letramento informacional: função educativa na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DELORS, J. et.al. **EDUCAÇÃO UM TESOURO A DESCOBRIR: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. São Paulo: CORTEZ, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIROTTO, C. G. G. S.; SOUZA, R. J. de. **A hora do conto na biblioteca escolar: o diálogo entre leitura literária e outras linguagens**. In: SOUZA, R. J. de (Org.). **Biblioteca Escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009. p. 21.

MARTINS, E. (2006). **O Espaço de Mediação de Leitura na Biblioteca Escolar**. Em SILVA, R. J. e BERTOLIN, S. (orgs.), **Fazeres Cotidianos na Biblioteca Escolar** (p. 56). São Paulo, SP: Polis.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares**. Tradução de Walda de Andrade Antunes. Brasília: FEBAB, 1985.

PEDRON, Ademar João. **Metodologia científica: auxiliar do estudo, da leitura e da pesquisa**. 3. ed. Brasília: [s.n.], 2001.

SANTANA FILHO, S. F. de. **O PAPEL DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO LEITOR**. 15o CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. UNICAMP, 2015. Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais15/. Acesso em: 11/08/2021.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PRÁTICAS EDUCACIONAIS MOTIVADAS PELAS TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Raquel Silva Brito – UNIESP

Aline Ranielly de Melo Silva – UNIESP

Gilmara Aires de Oliveira – UNIESP

1 INTRODUÇÃO

Há exatamente um ano a sociedade mundial se viu diante de um dos maiores desafios da humanidade: sobreviver a mais uma pandemia. O vírus da COVID-19 se espalhou rapidamente pelo mundo e exigiu dos governos, atitudes que pudessem preservar ao máximo a vida da população, de uma eventual internação decorrente de complicações pela contaminação pelo vírus ou a, em casos mais graves, o óbito.

E nesse contexto, o isolamento social foi a primeira alternativa de prevenção largamente adota por recomendação da Organização Mundial da Saúde [OMS], entidade representativa dos governos dos países, além da adoção de medidas de higiene pessoal e uso de máscaras e protetores faciais. Todos os setores da sociedade, desde então, têm sofrido perdas, sejam elas econômicas, sentimentais, sociais e educacionais.

Nasceu das nossas inquietações contextuais a necessidade, como objetivo de pesquisa, de compreender melhor as mudanças tão radicais pelas quais a sociedade brasileira teve que passar, naturalmente não estando preparada para enfrentar uma pandemia, que há quase dois anos vem deixando danos irreversíveis e alterou historicamente a vida em sociedade.

E é claro, que a escola pública não pode ficar indiferente à atual conjuntura social, necessitando de políticas públicas capazes de promover o acesso dos professores e alunos às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, como medida emergencial para a garantia do acesso e manutenção à educação pela sociedade nesses tempos excepcionais.

Com o acesso às tecnologias, professores buscaram alternativas para as aulas presenciais, encontrando nas metodologias ativas uma oportunidade para garantir o acesso dos alunos à educação. Aplicativos se tornaram as melhores ferramentas de ensino e aprendizagem, a sala de aula presencial foi substituída por salas de aulas virtuais, com a implementação do ensino remoto, em que, as atividades são enviadas para os alunos através de aplicativos ou cadernos

impressos, mantendo, quando possível, encontros virtuais com o professor para tirar dúvidas.

Esta pesquisa, portanto, se propõe a buscar uma compreensão dos impactos das medidas de isolamento e distanciamento social no contexto da Educação Básica, em uma sociedade que não estava preparada para enfrentar as consequências de uma pandemia, que alterou historicamente a vida em comunidade, demandando políticas públicas capaz de contornar a ausência do espaço e do contato físico entre alunos e professores que, muito rapidamente, passou a ser intermediada pelas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

Buscamos ancorar essa pesquisa em um aporte teórico fundamentalmente bibliográfico, de cunho qualitativo-interpretativista, através da leitura de artigos, dissertações, teses e capítulos de livros que discutem o papel das NTICs na Educação, com especial destaque às contribuições de Morin (2005), Kenski (1998), Samartinho e Barradas (2020), Souza (2010) entre outros.

2 EDUCAÇÃO BÁSICA NO SÉCULO XXI: [RE]APRENDENDO A APRENDER

As novas tecnologias de ensino, de certo modo, propuseram diversas modificações ao que concerne a estrutura de ensino e dinâmica social relacionadas à aprendizagem. Nesse sentido, umas das modificações mais nítidas na concretude do cotidiano escolar foi, de certo modo, as transições e modificações nos meios de comunicação e acesso à informação.

Tendo em vista o contexto histórico atual, a “modernidade” trouxe diversos itens tecnológicos que estão presentes em diversos âmbitos na nossa sociedade, a estrutura informacional comunicativa está cada vez mais explícita atualmente. Abnegar-se desses fatos, seria, portanto, optar por um meio obsoleto de vivência e prática de ensino, tendo em vista que a constante modernização e seu modelo organizacional impõe uma “*tecnocracia*”. Insurge diante disso a necessidade da adaptação dos colégios e instituições de cunho educacional, mediante a proposição de novos métodos educacionais para que assim seja possível utilizar desses recursos e acessar os espaços e fóruns de conhecimento, para uma maior disseminação do “*Capital Cultural*” socialmente valorizado atualmente.

Bourdieu (apud BRUBAKER, R. 1985. p.760) define o *capital cultural* como sendo um “sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando

experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações”. Diante disso, como afirma o sociólogo (BOURDIEU, 1977), o acesso a tais informações propicia, em termos teóricos e práticos, o aumento das capacidades cognitivas do alunado, isto porque o acesso aos “*bens culturais*” que podem ser vislumbrados através dos meios de comunicação possibilita a ampliação do conhecimento enciclopédico das novas gerações através da apropriação do conhecimento histórico validado pela sociedade, que pode ser acessado de um modo mais rápido, prático e democrático.

As denominadas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação [NTICs] auxiliam tanto discentes como docentes no processo organizativo das aulas, pois simplifica a busca por novas metodologias pedagógicas, ampliando de tal forma as diversas possibilidades para a realização de um ensino mais efetivo.

O Modo de produção capitalista, de certo modo, influencia o sistema educacional, pois em nossa estrutura social criamos indivíduos cada vez mais competitivos em termos subjetivos, portanto, um ensino de excelência deve ser aplicado para um possível desenvolvimento de habilidades e competências tanto para alunos, quanto para professores, pois “O que a comunicação pedagógica consegue produzir é função da competência cultural que o receptor deve à sua educação familiar” (BOURDIEU, P. op.cit. p.493).

Especificamente se tratando da formação docente, as NTICs são basilares no processo formativo dos professores, pois ampliam vertiginosamente a disponibilização de cursos extensivos que auxiliem o aprendizado sobre as modernas tecnologias. Os aplicativos, os *gedgets* (dispositivos portáteis de uso individual), dentre outros recursos, são condicionantes no gradual processo de melhoria da educação na totalidade.

Partindo dessa premissa, visualizar as tecnologias informacionais com uma ótica crítica, abstendo-se de “*conservadorismos*” é deveras importante, sendo que deve ser de interesse do Estado, e dos agentes políticos públicos, para concretizar esse processo, lidando, desse modo, ao que tange às questões do ensino de línguas e as demais matérias, de modo crítico e convivente com a realidade educacional brasileira.

A aplicabilidade prática das NTICs apresenta um potencial imensurável para auxiliar todas as áreas de conhecimento que também possuem seu grau de

complexidade. Mas insurge a necessidade aqui de tratarmos sobretudo a matéria de Língua Portuguesa, dada a sua “*complexidade teórica*”¹¹ e grande número de conceitos, regras e eventuais modificações ortográficas.

As instituições, por conseguinte, necessitam realizar uma aproximação interpessoal entre os professores responsáveis por esta disciplina, gerando assim uma conexão de ideias e uma possível construção de projetos que atrelem as tecnologias ao ensino das linguagens e suas tecnologias.

O que é a complexidade? A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (complexus: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. (MORIN, 2005, p. 13)

A priori, nós sujeitos cognoscentes, ou seja, aptos a aprender e desenvolver nossa cognição, no contexto atual de modernidade, deparamo-nos com várias formas de expressão, seja através da língua falada ou escrita, também através de signos e símbolos. Epistemologicamente falando, somos dotados de razão, emoção e a linguagem nos possibilita uma interpretação e avaliação diversificada da estrutura social vigente.

Historicamente, desde a Pré-História, os sujeitos daquele contexto já se utilizavam de desenhos que possuíam um significado simbólico e prático, essa forma de comunicação possibilita a organização do grupo durante a caça e mostravam ritos tribais realizados na época. Os desenhos realizados no paleolítico também abriram a possibilidade de que outros grupos pudessem observar e absorver o conhecimento compartilhado através dos desenhos rupestres.

No contexto atual em que estamos inseridos, vivenciamos momentos onde a tecnologia está presente na maioria dos lugares, já incrustado na nossa realidade e no nosso modo de vida. Nesse sentido, esse “*habitus*”, ou seja, “conjuntos de ideias e valores” compartilhados por um grupo social em dado momento da história acabam por gerar novas formas de interpretação da realidade social, modificando assim a concretude do cotidiano e o modo através do qual interpretamos o mundo e a realidade que nos circunda.

Nesse sentido, o campo da semiótica, bem como o do discurso é um lugar de “poder”, pois o aspecto comunicativo também é um instrumento de combate e dominação. Nós os utilizamos para nos expressar, exigir direitos através de

discursos baseados na oralidade e/ou nos textos. Disso insurge a real necessidade de agregarmos valor ao campo comunicativo e gramatical presente na língua portuguesa, pois,

Com efeito, a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem. A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder etc. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1929/2010, p. 15).

Portanto, não se pode mais negligenciar o papel das NTICs no processo de comunicação humana, especialmente no desenvolvimento de habilidades e competências relativas à atuação do ser humano em sociedade através dos mecanismos de linguagem que são objetos de aprendizagem escolar.

Desde a primeira revolução industrial ocorrida na Inglaterra no Sec. XVII, as formas de produção material e simbólica entraram em modificação, o progresso tecnológico desde lá se tem tornado constante, portanto, nos momentos atuais insurge a necessidade de aderirmos às tecnologias aos meios educativos, oportunizando uma maior diversidade de conteúdos e a busca incessante pela pluralidade e novas formas de produção textual, oral ou escrita.

Cada grupo social, pertencente às diversas estratificações ou classes, possui no seio de sua cultura sua própria forma de comunicação verbal e simbólica. Mediante esses fatos, uma educação contextualizada através das tecnologias de informação são alicerce para uma melhor formação do alunado. Precisamos entender que

[...] cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio ideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas. Entre as formas de comunicação (por exemplo, relações entre colaboradores num contexto puramente técnico), a forma de enunciação ('respostas curtas' na 'linguagem de negócios') e enfim o tema existe uma unidade orgânica que nada poderia destruir. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1929/2010, p. 42)

A didática, mediante os fatos aqui citados através dos autores, mostra-nos que a educação expressa uma evolução constante, de modo quase linear. Para tanto, a tecnologia é a peça fundamental no procedimento, pois, esta operação lógica categoriza meios fundamentais para melhorias significativas no processo de aprendizagem.

Combatendo estruturalmente estas problemáticas ao que tange o ensino e seus métodos, poderá reduzir significativamente índices de repetência e evasão escolar, pois todas as percepções sobre o ensino devem se modificar e se adequar aos novos tempos, caso contrário se tornará desatualizado, obsoleto, desmotivante, insuficiente para atender às demandas sociais por uma formação de qualidade.

Diante dos fatos apresentados, outro aspecto importante a ser considerado são as mídias sociais, a exemplo o Facebook, Twitter, Instagram, etc., pois são algumas das redes sociais mais utilizadas na atualidade, tendo como base a possibilidade de criação textual como meio comunicativo. A população atual, em especial o público jovem, utiliza cotidianamente as redes sociais supracitadas, portanto, estes devem notar através de uma percepção crítica às influências geradas por essas redes ao que tange à interação baseada na modalidade escrita de uma língua materna.

O alunado também deve ser capaz de interpretar, agregando valor ao seu poder de problematização e questionamento ao ler determinado texto, via PDF ou físico. Assim, as tecnologias de informação transmitem conteúdos instantâneos, a exemplo do dicionário, que auxilia na interpretação das palavras, facilitando desse modo o processo de recepção do conteúdo que é lido.

3 O REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO E DO TEMPO E OS IMPACTOS NO TRABALHO DOCENTE

Tópicos que independentemente vão explicar as mudanças sofridas na rotina de ensino e aprendizagem na vida dos docentes, o redimensionamento está para produzir novas dimensões, em um espaço de tempo e os impactos dessas mudanças vêm alterando o tempo de estudo dos discentes e o trabalho do professor.

Com mais de um ano em que o professor foi forçado a trocar as suas ferramentas de trabalho, o giz pelos teclados dos celulares ou computadores, os espaços escolares demarcados por sala de aulas, bibliotecas, funcionários e os alunos, na verdade, passou a não existir mais, ainda que por um tempo provisório indeterminado, em alguns contextos.

As fronteiras físicas passaram a ser a sala de casa ou o quarto, eventualmente, na medida das condições financeiras e realidades sociais de cada família, todo equipado com eletrônicos e todas as categorias de tecnologias. Além

disso, escolas de todos os tipos, alunos e professores não se veem mais sem essa mudança, mesmo quando se discute as condições de retomada gradativa das atividades do ensino presencial.

Logo, podemos inferir que não foi a pandemia, necessariamente, que trouxe essa estrutura de trabalho à realidade educacional mundo à fora. As transformações dos espaços educacionais motivadas pelo avanço tecnológico já estavam em curso em razão, especialmente, do processo de desenvolvimento digital.

Computadores desenvolvidos com tecnologias de comunicação e informação cada vez mais avançados, e portáteis e os algoritmos desenvolvidos por equipes multidisciplinares de programadores vinha gerando uma mudança de todos os trabalhos realizados pelo mundo. Grandes empresas do mundo, com uso da tecnologia, a exemplo da UBER, da AMAZON, da APPLE, transformando-se em entidades que combinam o uso da tecnologia com o trabalho manual.

E com a aprovação da reforma trabalhista, no que tange o trabalho intermitente novas realidades de trabalho começaram a surgir e se popularizar entre os mais jovens, por refletir a forma como estes se relacionam com o trabalho, manifestando uma necessidade intrínseca de manter a liberdade de escolha do espaço e do tempo dedicados a atividades produtivas.

É nesse contexto que surgiu e se estruturou o modelo de trabalho hoje amplamente conhecido por home office ou, simplesmente, teletrabalho. Entende-se por teletrabalho “[...] a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo” (BRASIL. CLT, 2017, p.5).

Observamos, nesse ínterim, o aumento do uso das plataformas digitais para o ensino remoto e o home office. É bem verdade que esse aumento vertiginoso foi impulsionado pela necessidade de isolamento social do início da pandemia da Covid 19 para conter a disseminação do vírus. No entanto, todas essas mudanças fizeram com que o professor sentisse os impactos e fosse em busca de novas formações. Estamos falando das práticas docentes na atualidade. Com o acesso às novas tecnologias, os professores partiram em busca de conhecimentos sobre as mesmas, desenvolvendo habilidades na direção da introdução dessas novas ferramentas em suas práticas pedagógicas.

Fica evidente que além de tê-las disponíveis é muito importante saber usá-las. Kenski (1998) destaca que a primeira sensação que essa relação provoca é a de desencontro. Para uma grande parte dos professores o termo “novas tecnologias” está associado ao uso da televisão e do computador em sala de aula. Sendo assim, vemos a necessidade de evolução não só do pensamento, do entendimento desses professores sobre o fenômeno tecnológico, mas sobretudo do domínio de suas funcionalidades e aplicação das mesmas nos processos de ensino aprendizagem.

Se o homem conseguiu descobrir tecnologias que melhoraram a sua qualidade de vida, e aqui estamos falando do controle do fogo, ao utilizar galhos e pedras, de uso de objetos feitos de cerâmicas e também da criação de novas tecnologias que desenvolveram e garantiram a sobrevivência do homem paleolítico, então observamos que o comportamento humano vem gerando um desenvolvimento social, e em consequência uma evolução da tecnologia, logo, nós permanecemos perfeitamente capazes de evoluir com a tecnologia, aprendendo a incorporá-las nas nossas práticas sociais cotidianas.

As tecnologias, em todos os tempos, alteraram as formas de retentivas e lembranças, funções usuais com que os homens armazenam e movimentam suas memórias humanas, seus conhecimentos. Na atualidade, as novas tecnologias de comunicação não apenas alteram as formas de armazenamentos e acesso das memórias humanas como também, mudam o próprio sentido do que é memória. (KENSKI, 1998, p. 02)

Assim, temporalmente, a tecnologia evolui em qualidade e praticidade, saímos da máquina fotográfica digital e analógica e hoje estamos usando “smartphones” com uma capacidade de memória onde podemos armazenar fotos e vídeos. Com toda essa mudança, a sociedade, em decorrência de ações humanas ou fenômenos biológicos, está passando por um período de necessidade evolutiva.

Ao enfrentamos uma pandemia, somos obrigados a sair da nossa zona de conforto e começamos a entender a velocidade do conhecimento na atualidade, a rapidez de aprender e também a agilidade de acessar as informações. De acordo com Kenski (1997), a tecnologia digital rompe a narrativa contínua e sequencial das imagens e textos escritos e se apresenta como um fenômeno contínuo.

Certamente, vale observar a mudança temporal em que o homem vem passando, o tempo contado pelo relógio e os dias, meses e anos definidos pelos calendários redefinem a nossa rotina. Consequentemente, quando o assunto é tecnologia, não importam se é velha ou nova, como a escrita ou “tablets” modernos,

com aplicativos em que podemos digitar textos e organizar nossas agendas de trabalho.

Evoluímos do conhecimento oral, que representa a fala, para a escrita e chegamos ao digital. Segundo Samartinho e Barradas (2020) as instituições de ensino e/ou formação sentiram também a necessidade de acelerarem o seu plano de transformação digital ou até mesmo de reinventar os seus processos, tudo que se torna obsoleto tende a entrar em desuso e ser descartado, cada vez mais rápido, pelas sociedades.

A cultura digital já é uma realidade em nossa sociedade, o que demanda uma compreensão um pouco mais ampla acerca do que se trata esse novo modelo de cultura que vem ampliando seu espaço através das novas gerações. Assim,

Derivada de uma série de descobertas e criações científicas e tecnológicas nasce a Cibercultura, que surge como um movimento intrigante, envolvendo sociedade com novas tecnologias criando um mundo chamado ciberespaço e recriando a comunicação, transformando a maneira de fazer comunicação de forma maleável, interativa e ao alcance de quem tiver interesse. (SOUZA, 2010, p. 02)

Toda essa transformação digital se enquadra dentro de um processo em que se usa a tecnologia para melhorar índices ou alcançar objetivos. Essas disposições de ferramentas como: computadores, aplicativos e “internet” nos leva ao termo cibercultura, tendo-se como origem nas tecnologias digitais – aplicativos de bancos, voto eletrônico, plataformas sociais como facebook, twitter, instragram e imposto de renda via rede.

É importante ressaltar que essa migração das atividades culturalmente desenvolvida no meio analógico para o universo digital não dá fim, instantaneamente, aos serviços antigos e sim os eleva a um patamar de melhor uso para os seus usuários. Nesse contexto, com o sistema de educação não poderia diferir, pois, este, a exemplo de todos os outros setores públicos de prestação de serviços essenciais à sociedade, vem passando por um processo de mudança na forma de se fazer ensino e de se promover a aprendizagem.

Essa mudança de uma ruptura de pensamento pedagógico dominante no cenário escolar, de sair de um ensino tradicional, tecnicista para seguir em direção de uma pedagogia transformadora crítica é um movimento que foi acelerado com a pandemia. (COSTA, 2021, p. 15).

Precisamos urgente de mudanças nas abordagens didáticas relativas às formas de se fazer educação em nosso país, especialmente no sistema público de ensino. Nos dias em que estamos, é comum ouvir termos como: Educação a Distância (EAD), Educação Online (EOL), Ensino Remoto, Ensino Híbrido. Todas essas formas de se fazer educação se dão a partir das interfaces possibilitadas pelas novas Tecnologias da Informação e Comunicação utilizando, especialmente, a “web”.

Atingimos um ponto em que é necessária uma mudança das práticas docentes, passamos a recorrer às novas inteligências artificiais em nossas aulas. O professor não é mais o detentor total do saber, portanto, está lecionando para alunos com um potencial de produção de novos conhecimentos baseados nas novas tecnologias, com acesso a “blogs”, “sites”, redes sociais dentre outras tecnologias.

Segundo dados publicados em abril deste ano pelo Site Revista Educação, foram reportados que tínhamos, no Brasil, mais de 130 mil escolas fechadas e cerca de 47 milhões de alunos sem aulas presenciais desde o fechamento das instituições em março de 2020. Com relação à educação, temos consciência de que o sistema educacional brasileiro, principalmente o ensino público é bastante deficiente, mesmo diante de um estágio normal de funcionamento de ensino presencial e sabemos da necessidade da formação continuada, tendo em vista os avanços tecnológicos e a própria dinâmica das mudanças culturais e sociais das quais vivem a sociedade. No entanto,

A situação provocada pela pandemia expôs ainda mais as mazelas educacionais. Claro que nenhum profissional, professor ou não, estava preparado para lidar com as dificuldades surgidas, no entanto, barreiras no desenvolvimento de aulas remotas nos leva, a visualizar baixo investimento educacional, bem como a falta de políticas efetivas de formação e valorização docente. (BEZERRA, VELOSO, RIBEIRO, 2021, p. 03).

Contudo, apesar dessas mudanças impostas no meio social por todo avanço tecnológico do qual já tratamos até aqui, o que vemos é ainda uma necessidade urgente de mais investimento público na direção de mudança não só estruturais, mas em formação continuada para a educação e uma interação da sociedade com os membros que compõem as escolas.

Para se ter essas mudanças é importante rever a formação do professor desde a graduação, oferecer aos mesmos, oportunidade e tempo para se ter acesso

às novas tecnologias e desenvolver suas habilidades e competências para incorporar as NTICs em suas futuras práticas pedagógicas.

Os professores, como os principais agentes no processo de ensino aprendizagem, estão sofrendo muito com essa reformulação emergencial pela qual passa o ensino, que não teve tempo suficiente para um planejamento adequado, nem tão pouco empenho efetivo do poder público para contornar as dificuldades identificadas ao longo do último ano de ensino remoto. Segundo o site citado, a necessidade de apoio ao professor com relação à formação vai muito além da parte técnica, especialmente durante o momento atual.

Trata-se de apoio psicológico em vista da carga de responsabilidade que recai sobre os ombros dos nossos docentes em função de a necessidade de se reinventar, criar estratégias de ensino que contemplem os seus alunos nos mais diversos contextos sociais e familiares.

Se oferecer um trabalho de educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento de um país baseado na justiça social, há ainda a necessidade, por parte dos gestores, assessorados por especialistas em educação na modernidade, de que se aponte um norte, um caminho a ser trilhado pelo professor, pois ele sozinho não consegue ir longe.

A importância de um bom ensino e aprendizagem, não só no uso de determinadas tecnologias, mas sim na compreensão de suas possibilidades sobre o seu fazer pedagógico, que se tenha o entendimento por parte do aluno, esse dever cabe ao docente ser efetuado. Por tudo isso, é necessário o investimento do poder público na formação continuada do professor, visto que a maneira como se ensina e aprende muda conforme a evolução da tecnologia.

De acordo com Leite e Ribeira (2012), o domínio do professor sobre as tecnologias existentes e sua utilização na prática demanda por uma boa formação acadêmica e continuada. Neste sentido,

[...] a dinâmica da sala de aula em que alunos e professores encontram-se fisicamente presentes também se altera. As atividades didáticas orientam-se para privilegiar o trabalho em equipe, em que o professor passa a ser um dos membros participantes. Nesta equipe, o tempo e o espaço são os da experimentação e da ousadia em busca de caminhos e de alternativas possíveis, de diálogos e trocas sobre os conhecimentos em pauta, da reciclagem permanente de tudo e de todos. (KENSKI, 1997, p. 68)

E com isso, os professores estão em uma busca constante por novas formas de ensino. Um desses métodos é a sala de aula invertida, que se caracteriza em fazer com que o aluno faça suas leituras e pesquisas em casa e trabalhe a resolução do problema em sala de aula. A sala de aula invertida muda a forma de como o professor se apresenta, como também as tecnologias necessárias para desenvolver uma aula.

O professor que antes era um contador de história com o uso dos livros, passa a usar veículos outros, como: rádios, televisão, vídeos e até acesso a conteúdos digitais através de QR CODE para trabalhar histórias ou outros temas, impondo novos desafios para o docente, fazendo com que possa evoluir profissionalmente trazendo inúmeros benefícios para os educandos.

De acordo com Gatti (1993, p.24), as novas formas de movimentação e a reorganização da sala de aula criam “ uma nova distribuição de espaço e uma nova relação de tempo entre o trabalho do docente com o discente e do trabalho de cada um deles entre si”, transformações estas que aumentam a pressão sobre o professor para incorporar as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação no processo de ensino aprendizagem, sob pena de desmotivar seus alunos e não gerar engajamento nas atividades pedagógicas.

Sendo assim, com toda essa mudança na rotina da escola, aos professores é necessária uma reorganização da sala de aula para otimizar o tempo de trabalho do docente, visto que esse novo método sobrecarregou o professor ainda mais, desta maneira disponibilizaria mais um intervalo para que o mesmo possa fazer suas pesquisas e desenvolver conteúdos com recursos capazes de realizar um compartilhamento de informações entre professor e aluno.

4 TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: O PROFESSOR ESTÁ PREPARADO?

O meio acadêmico tem buscado refletir sobre o papel das NTICs na vida das pessoas como um todo. E, nesse sentido, Lemos (2004, p.79) nos ressalta que “As novas tecnologias de informação e comunicação são resultados de convergências tecnológicas que transformam as antigas através de revisões, invenções ou junções”, sempre na busca por melhorar a qualidade de vida das pessoas através de novos recursos tecnológicos que encurtam as distâncias geográficas entre as

peessoas e possibilitam uma circulação mais rápida e relativamente democrática da informação.

Não é novidade que o nome tecnologia e o termo não existem desde essa época atual e sim de milênios, desde a criação da espécie humana. Foi na capacidade de pensar, de raciocinar que distinguiu a espécie humana de outras espécies animais, onde o homem descobriu a capacidade de refletir e de ter a tecnologia a favor de si mesmo.

Lá no início de tudo, na Idade das Pedras, após perceberem a vulnerabilidade física da espécie humana perante os outros animais e o meio-ambiente foi descobrindo mecanismos para se defender através de materiais fornecidos por suas supostas “ameaças”, criando engenhosamente objetos, armas, iscas para caçar, prender e domesticar outras espécies animais e, até mesmo, criaturas de sua própria espécie.

Uma dessas criações foi a invenção da roda, onde fazemos o uso dela até os dias atuais. O primeiro modelo foi feito de pedra, depois de madeira, vindo à sequência evolutiva do processo de fabricação a incorporação de outros elementos naturais, tais como as de aros de ferro. Nos livros de história, esta invenção se deu por volta de 3.500 A.C. na região da Mesopotâmia, localizada entre os rios Tigre e Eufrates, hoje território pertencente ao Iraque.

Logo posteriormente foi se desenvolvendo outras invenções, como armas mais letais. Essa inteligência foi evoluindo, utilizada para ganhar e combater guerras, construir navios, tanques de confrontos e assim sucessivamente. Com cada vez mais avanços tecnológicos e conhecimento os homens buscavam e ainda buscam sempre se superar em suas engenharias, ampliando pensamentos, capacidades, domínios e riquezas.

Esse comportamento está tão enraizado em nossas culturas, em nossa sociedade que uma simples colher, por exemplo, é o fruto desta ciência. Logo, objetos e tarefas simples que fazem parte do nosso dia-a-dia como: lavar louça, consultar as horas em um relógio, escovar os dentes, fazer pequenas ou grandes anotações utilizando um simples lápis de madeira com ponta de grafite, etc. também são derivados dos avanços tecnológicos, essas tarefas estão tão postas em nosso cotidiano que não percebemos serem inovações e evoluções do fruto tecnológico.

Nossa população atual é divergente dos nossos povos antepassados somos acostumados com o conforto das inovações tecnológicas – fogão elétrico, gás, luz elétrica, celular, automóveis, água encanada, roupas – que nem se quiséssemos suportaríamos viver sem estes e inúmeros privilégios que por mais que pareçam simples, temos a noção de que nem sempre foi assim em décadas passadas.

Precisamos, no entanto, pensar a tecnologia sob um prisma de possibilidades que, infelizmente, ultrapassam os limites dos benefícios à sobrevivência individual e/ou coletiva das sociedades passadas, atuais e futuras, pois a história demonstra que o homem, através da ciência, inventa para o bem, mas a sociedade, repetidas vezes, direciona as invenções para provocar guerras e destruição.

A educação desempenha um papel importantíssimo, nesse sentido, pois a ela cabe a tarefa de promover reflexões sobre os impactos, positivos e negativos, dos avanços tecnológicos para as atuais e futuras gerações. Precisamos entender que quando o assunto é tecnologia, não se deve levar para o lado negativo onde há a ideia de que máquinas irão substituir vidas humanas e acabar com a espécie no futuro, assim como vemos em filmes de ficção científica, devemos focar no lado otimista, onde graças a esta evolução gradativa, podemos nos comunicar em qualquer lugar do mundo, a qualquer hora, podendo receber notícias em primeira mão e em tempo real.

Toda essa evolução da comunicação, onde facilitou o contato com pessoas estando em lugares, estados e até países diferentes só se obteve após a criação da rede chamada Internet:

A rede, no entanto, nasceu bem antes, nos anos sessenta, como resultado de um esforço do sistema de defesa dos EUA para dotar a comunidade acadêmica e militar de uma rede de comunicações que pudesse sobreviver a um ataque nuclear. A ideia era bastante trivial: ao contrário de outras redes existentes, controladas de modo centralizado, seria criada uma rede em que cada equipamento seria relativamente autônomo e a comunicação se daria de modo distribuído. Com uma organização desse tipo, pedaços da rede que não fossem afetados por uma agressão poderiam manter-se em operação. Esse projeto, que recebeu o nome de ARPANET, foi o embrião de uma rede mundial, uma “rede de redes”, a Internet que hoje conhecemos. (LINS, 2013, p.3)

Com esta demanda imensa hoje a ‘internet’ é o meio com mais acesso e moderno da indústria é por onde as notícias circulam e levam informações, fazem propagandas, vendem, dão avisos, guardam arquivos, movimentam dinheiro, ajuda a comunicação entre os usuários e entregam conteúdos aos seus destinatários.

Pense como seria a vida se não tivéssemos essa inteligência nos auxiliando e facilitando nossas atividades contínuas, muitas revoluções, evoluções e vidas não existiriam.

Por volta do século XVIII ocorreu o período da revolução industrial, rebelião essa que provocou transformações nas relações de trabalho e no sistema de produção, em consequência as indústrias começaram a se organizar para produzir mercadorias em série e viu-se a necessidade de formar futuros profissionais quanto antes, popularizando o ensino em massa, método esse que permanece até os dias atuais.

Assim como a tecnologia está presente em 90% do nosso cotidiano ela está inserida também na educação, com a evolução das mídias digitais as escolas que antes usavam metodologias pedagógicas, para ensinar matérias como: português, história, etc. hoje utilizam dessas mesmas metodologias para ensinar sobre tecnologia. Trazendo a importância da correlação entre Educação e Tecnologia.

O acesso a esta ciência trouxe mudanças consideráveis e bastante significativa para a educação e de uma forma otimista, pois, veio para acrescentar nas ferramentas de trabalho do professor, facilitando a compreensão dos alunos nas aulas através de Vídeos, fotos, computadores entre outras, tornando o aprendizado mais interativo e dinâmico.

A educação diz respeito ao “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social”. Para ocorrer essa integração é necessário que valores, conhecimentos, hábitos e comportamentos sociais sejam ensinados e aprendidos por meio da educação para ensinar sobre as tecnologias na base da identidade e da ação do grupo e que se faça uso destas mesmas tecnologias para ensinar as bases da educação (SOUZA; PEREIRA; MACHADO, 2018, pp. 248-249).

As novas tecnologias de comunicação conhecidas pela sigla TIC's, desenvolvem um papel importante para a educação, pois para que seus conteúdos juntamente da educação tenham valor e serventia elas precisam ser inseridas e assimiladas pedagogicamente, trabalhando em conjunto para que sua utilização realmente faça a mudança.

As novas tecnologias estão influenciando o comportamento da sociedade contemporânea e transformando o mundo em que vivemos. Entretanto, é fato já comprovado que elas, desconectadas de um projeto pedagógico, não podem ser responsáveis pela reconstrução da educação no país, já que por mais contraditório que possa parecer, a mesma tecnologia que viabiliza o

progresso e as novas formas de organização social também tem um grande potencial para alargar as distâncias existentes entre os mundos dos incluídos e dos excluídos (SILVA, 2011, p. 539).

Contudo, grande parte do corpo docente tende a ter adversidades em aderir essas novas tecnologias, pois, estão adeptas ao ensino tradicional que foram lhes ensinados havendo resistências para o novo, e dificuldades em adaptações diferentes de sua zona de conforto.

O professor que esteve sempre em sala de aula, foi recentemente forçado mesmo sem intenção alguma, a se reinventar, as alterações nítidas ocasionadas pela COVID-19, que no Brasil teve os seus primeiros focos de infecção no início de 2020, reestruturaram toda a dinâmica social, sendo que tais modificações são nítidas em nosso cotidiano, transformações estas sendo origem de um problema de saúde global. Tal problemática não atingiu somente as instituições econômicas, atingiram também as instituições escolares e civis, ocasionando de modo impositivo mudanças na estrutura pedagógica e no modelo ensino.

As novas tecnologias educacionais são algumas das ferramentas que, desde as modificações tecnológicas constantes no mundo vem dando suporte aos discentes e docentes, tanto em termos pedagógicos como organizativos. Como afirma (Corrêa, 2020), o teórico alega que a educação é parte constituinte da sociedade humana.

O conceito de “Educação” como coloca (Cortella, 2014, p.17) é compreendido aqui como basicamente tudo que nos molda, nos orienta a nos organizar em nossa trajetória. Nesse sentido, os professores enquanto sujeitos ativos no processo de transmissão do conhecimento são agentes básicos para o que denominaremos de “êxito” educacional.

Tomando as informações supracitadas como suporte para este trabalho, insurge a necessidade de discorrer sobre o uso das novas plataformas digitais, preparo dos professores para realização do uso e adequação aos meios tecnológicos ligados ao ensino e suas novas tecnologias.

Posto isto, como aponta Campos Maia (2007), essa forma pedagógica galgada a partir do espaço físico virtual se estabelece, atualmente, num modelo pedagógico que sem a “Inter pessoalidade” e o contato físico, traz formas de diminuição dos riscos da Covid-19.

Alguns docentes, pelo seu próprio processo formativo, tendem a adotar metodologias de ensino distintas, mas, aqui se deve considerar que a tecnologia iniciou seu processo de enraizamento e fortalecimento da sua presença na sociedade mundial desde tempos passados, ela avançou em todas as direções desde as ciências, dentre outras áreas.

A modernidade é alusiva a tecnologia, ela está espalhada por toda a teia social, atingindo indivíduos de todas as idades, então, mediante essa linha de raciocínio, é importante salientar que cabe ao Estado, bem como as instituições educacionais de todas as instâncias se questionarem, os docentes estão preparados para aderir a tais plataformas?

Para dar conta de todos esses sistemas de ensino e os impactos que vem sofrendo o ensino no país e o trabalho do docente temos que entender as diferenças entre o ensino remoto e o ensino híbrido. Diante do período em que estamos vivenciando, a pandemia, segundo Costa (2021) a etimologia da palavra remoto seu significado nos remete a algo longínquo em outras palavras é algo remoto ou distante que veio como um bote salva-vidas diante de todas as mudanças sofridas no sistema de ensino na atualidade.

Para Patrícia Behar, o termo remoto não pode ser confundido com o termo Educação a distância, tendo em vista, que tudo isso veio para permitir a interação de alunos e professores através de sala de aulas virtuais. Costa (2021) ressalta que nem professores, profissionais da educação, seja ela básica ou superior, e tampouco o currículo, estava preparado para um “ensino remoto”. Vale destacar que educação não se faz sem planejamento, o educador e a escola tem que ter estratégias sólidas e bem definidas para promover, ensino e aprendizagem.

De acordo com Costa (2021):

O ensino remoto foi regulamentado de forma emergencial e temporária a partir da Portaria do MEC nº 343/2020, sendo posteriormente atualizada pelas portarias: nº 345,473 e 544/2020, que dispõem sobre a substituição das aulas presenciais por aulas utilizando recursos digitais. (COSTA, 2021, p.10).

O que podemos observar que fica impossível essa mudança do ensino de uma forma tão repentina, gerar uma simples adaptação de professores, alunos e pais. Um exemplo disso é adaptar as atividades pensadas para serem executadas em sala de aulas para um formato “online”. Sendo assim, chegamos à questão se o

professor estava preparado para planejar um currículo em uma temática tão adversa a sua realidade.

Temas surgem com muita ênfase no campo da formação dos profissionais da educação e docentes, permeiam a realidade dos profissionais que estão atuando e não dominam técnicas e também ainda estão perdidos quando o assunto são as novas tecnologias, educação “online”, ensino remoto e ensino híbrido (COSTA,2021).

Toda essa inserção de novas tecnologias ao sistema de ensino deixa no professor a sensação de ser um profissional que necessita de uma formação, dado que é impossível assumir toda essa responsabilidade e ainda se reconhecer no papel de um professor atuante na sua função social e condutor do currículo escolar.

Os alunos que cresceram na era da tecnologia e em uma sociedade rodeada por recursos tecnológicos fazem o uso dessas ferramentas com maior rapidez e habilidade que seus professores até então. Logo, “Esses alunos serão capazes de perceber que esses dispositivos podem ser utilizados para fins diversos, desde se entreter até estudar e trocar informações com pessoas distintas sobre o conteúdo aprendido” (GONÇALVES et al, 2018; ALMEIDA; MOLL, 2018; FREITAS et al, 2017; CAMILLO; MEDEIROS, 2018; PEREIRA, 2019 *apud* SANTO et.al, 2020, p.9)

Mesmo alunos em posição social menos favorecida tem o contato com a tecnologia, seja na rua em Lan Houses, e em casa também, através de celulares, computadores e diversas variações tecnológicas, com eles a percepção espacial e digital é diferente de uma pessoa que nasceu no século passado, pois, o acesso e o contato com esta ciência era muito privativo.

De acordo com Costa e Silva (2020), segundo relatos de professores e alunos, ainda não vê a tecnologia como uma ferramenta de acesso ao conhecimento, não utilizando essa tecnologia a seu favor. Diante de tudo isso chegamos a algumas questões em que o professor se ver bastante angustiado, por um lado os professores não podem renunciar a dar suas aulas, sem tempo de fazer com que esse método de ensino remoto passasse por um rigor, científicos, o professor fica diante de questões em que a aprendizagem não está sendo eficaz.

Podemos ver relatos de professores e de estudantes que não estão conseguindo assistir aula, porque por questões de cadeia social, ou seja, não é todo

aluno quem tem acesso à “internet” com rede de wi-fi ou 3G, bons eletrônicos que possibilite aos mesmos assistir às aulas através do ensino remoto, isso traz um retardo a educação e ao desenvolvimento e produtividade do alunado em qualquer fase do ano letivo.

Vendo esses desafios impostos ao professor surge um incômodo, onde nos leva a analisar até que ponto o ensino remoto veio para ajudar alunos e professores em período de pandemia, mesmo vindo para auxiliar com a finalidade do sistema de ensino continuar funcionando, mas, não oferecer e disponibilizando toda uma estrutura de formação para o professor, é necessária uma reflexão de até onde podemos ir com esse sistema de ensino e se isso pode se tornar uma forma de ensino permanente.

Deste modo, percebo que apesar de existir inúmeras vantagens e facilidades com a tecnologia inserida na educação, ainda a lacunas bastantes significativas no sistema educacional, onde, infelizmente o acesso à educação, problema esse que já não vem de hoje, se torna ainda mais difícil em tempos de pandemia, seja tanto para os docentes quanto para os discentes, sendo necessário o apoio e a comunhão de todos os envolvidos no meio educacional.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, optamos por explorar os métodos e técnicas de pesquisa de revisão bibliográfica, de natureza qualitativo-interpretativista, através de um levantamento bibliográfico conduzido entre livros e artigos especializados, com o intuito de obter informações necessárias para estrutura e ancoragem teórica relativa à conceitos e teorias que discutem as práticas educacionais baseadas na aplicação de atividades remotas, motivadas pela transformação digital em tempos de pandemia.

Segundo Minayo (1995),

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO 1995, p.21-22)

Dessa maneira, a pesquisa científica acadêmica por nós, realizada se debruçou sobre o papel das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação – NTICs para a manutenção e oferta de Educação Básica em tempos de distanciamento social, observando as responsabilidades e o compromisso com o desenvolvimento e aprendizagem do aluno no ensino fundamental I.

A discussão proposta sobre essa temática parte da exposição de argumentos e reflexões que julgamos pertinentes ao entendimento da complexidade do tema em questão, procurando conjecturar respostas e explicações para aqueles que, como nós, angustiaram-se ao longo de todo o ano de 2020, buscando encontrar, através de estudos de natureza subjetiva, uma direção a seguir.

Comprometemo-nos em apontar direções que conduzissem a observações e análises profícuos na direção de uma descrição coerente da inserção das NTICs em contexto de ensino aprendizagem, especialmente, em período excepcional, tal qual este pelo, qual passamos, de distanciamento social, que nos impõe a necessidade de implementação do ensino remoto emergencial como alternativa para a manutenção da oferta de Educação Básica no Brasil, com a intenção de levantar discussões importantes, oportunas e contribuir para eventuais pesquisas acadêmicas a serem realizadas a partir de então.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os fatores patogênicos relacionados à Covid-19, seu alto índice de transmissão, geraram um cenário conflituoso no contexto da saúde global. Nesse sentido, os governos de praticamente de todo o mundo impusera uma série de restrições ao que tange os aspectos de sociabilidade e de interação interpessoal. O contexto de pandemia supracitado gerou não somente uma crise sanitária, como também abalou toda a estrutura social vigente.

Em termos econômicos, o modo de produção capitalista passou por adaptações ao que concerne às relações trabalhistas e de prestação de serviços, pois o fechamento do comércio foi uma das medidas adotadas largamente na tentativa de conter a disseminação do vírus da COVID-19 impostas pelo Estado brasileiro para efetivação do isolamento social, medidas estas que também alcançaram os sistemas educacionais em todos os países afetados pelo vírus.

Desde as novas revoluções tecnológicas e industriais, os sistemas educacionais vêm adotando as novas tecnologias de ensino para melhorar os índices pedagógicos. Nesse sentido, como forma alternativa para dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem, as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) possibilitam o surgimento de diversos objetos de aprendizagem que emergiram do universo digital enquanto atividades educativas que, até então, eram tradicionalmente feitas pelos estudantes nas escolas e universidades de modo presencial, possibilitando que estas fossem efetivadas de modo remoto (SOUZA e MALHEIROS, 2018).

A utilização criativa de tais ferramentas tecnológicas vislumbra um leque de instrumentos pedagógicos aplicáveis ao processo de ensino aprendizagem, sem a necessidade de interações interpessoais físicas. No contexto atual, estas são algumas das alternativas relacionadas ao processo de ensino aprendizagem, efetivadas por intermédio de tecnologias digitais em rede, através da utilização de softwares e aplicativos, a exemplo do pacote educacional da gigante da internet (Google, Classroom, Forms, Drive, WhatsApp, etc.) e plataformas relacionadas a estas.

Com todos os acessos às tecnologias impulsionadas pela modernidade, a população mundial no século XXI vem se preparando para a afluência dos equipamentos modernos e para efetuar suas tarefas, das mais complicadas às mais simples. De acordo com Alves, Santos e Freitas (2017, p.317), a exploração da internet, em 1995, provocou e vem provocando vertiginosamente mudanças na cultura, na sociedade e na economia. Sendo assim, também observamos que a área da educação foi afetada igualmente, com todas as novidades e modernidades que as tecnologias conseguem oferecer.

Segundo Kenski (2012, p.21), “o homem transita culturalmente mediado pelas tecnologias que lhe são contemporâneas. Elas transformam sua maneira de pensar, sentir, agir”. Por tanto, vale lembrar que todo esse acesso às novas tecnologias é uma maneira de o professor melhorar, culturalmente, e repensar a sua formação, interessando-se este por levar para os discentes o melhor no que refere métodos e técnicas voltadas ao processo de ensino aprendizagem.

Um meio de possibilitar a formação e especialização dos professores, sem ter que desligá-los da sala de aula, repousa na grande variação de cursos à distância

hoje ofertados por instituições públicas e particulares que se dedicam a formação continuada para a carreira docente.

Ao invés de o professor se deslocar até o local onde ele recebe a instrução, o material instrucional vai até o professor (VALENTE, 1998). O autor ressalta, ainda, que os cursos à distância devem ser completados com atividades presenciais, que permitirão conhecer melhor as pessoas e, assim, realizar intervenções à distância mais efetivas.

Todo esse suporte tende a ajudar o professor no gerenciamento de sua sala de aula virtual nesse período emergencial de atividades pedagógicas remotas. Uma boa formação e a administração de tempo pode ajudar em várias frentes, desde a motivação de alunos sem interesse nas aulas, com pouca participação, até no desenvolvimento de habilidades e competências relativas a um perfil de aluno demandado pela sociedade da informação no Século XXI.

Ao nível do Brasil, todas essas questões já se apresentavam desde bem antes da pandemia, como bem ressaltam Batista (2014), Ricoy & Couto (2011), Zavaroni & Zampieri (2015) quando alertam que a formação insuficiente da qual dispõem a carreira docente e, em geral, a não continuidade quanto ao uso das tecnologias em salas de aulas após o término dos cursos de formação, bem como a resistência por parte de algumas escolas e professores tende só a aumentar o abismo tecnológico existente entre as novas gerações, nativas digitais, e o ambiente escolar, que se torna, cada vez mais, um espaço ultrapassado, que não desperta praticamente nenhum interesse nas crianças, jovens e adolescentes da contemporaneidade.

É notório que, o ensino público no ano de 2020 foi o que mais sofreu com todas essas sequências de falta de suporte por parte das escolas, as salas de aulas sem a estrutura necessária ao uso das tecnologias por parte dos professores, fazendo com que os mesmos buscassem por conta própria as soluções digitais, a partir daquilo de que dispunham em suas residências para o uso educativo.

O investimento governamental em Novas Tecnologias da Informação e Comunicação para aplicação no ensino representa uma questão-chave para o avanço da Educação Básica, no que tange ao processo de ensino aprendizagem. Através dessas tecnologias, dependendo de que forma forem usadas, os sistemas

educacionais podem obter um resultado positivo ou negativo, tudo dependendo de quem e como são utilizadas.

No entanto, como em toda novidade, assim como é fundamental considerar o tempo necessário para que o processo de conhecer e se apropriar dos mecanismos de funcionamento e aplicabilidade, também são necessários o conhecimento e a formação para isso, ou seja, o desenvolvimento das necessárias habilidades e competências para a incorporação dessas novidades tecnológicas na rotina pedagógica escolar. No caso das NTICs, esse processo envolve duas facetas, que seria um erro confundir: a tecnológica e a pedagógica (PONTE, 2000).

Para a tecnologia ser inserida na educação de forma positiva é necessária a junção de muitos fatores, tendo como destaques um ponto muito importante, sendo a formação adequada dos professores para o uso dessas tecnologias em práticas pedagógicas. Para isso, é necessário respeitar hierarquia de responsabilidades envolvida neste processo, começando desde o governo, esfera responsável por fornecer a devida e fundamental capacitação, bem como garantindo o suporte financeiro e material necessários às escolas, tornando possível o investimento em equipamentos e a construção de um espaço físico para o desenvolvimento das atividades envolvendo o aporte tecnológico.

Considerando que as tecnologias já fazem parte do cotidiano escolar, políticas públicas que tenham em seu bojo o objetivo de disseminação da cultura contemporânea, por meio de cursos de formação nos âmbitos educativos, focando-se na utilização das tecnologias nos processos de ensino e de aprendizagem, estas precisam ser objetos de atenção e de estudo de pesquisas para o acompanhamento dos seus efeitos e das repercussões iniciados nos espaços de formação continuada e de sua efetiva aplicabilidade nos processos de ensino e aprendizagem, haja vista que os recursos públicos investidos em formação são bem altos (investimento de bilhões). Diante do exposto, importa saber os resultados alcançados por essas iniciativas. (ALVES, SANTOS, FREITAS, 2017, p. 319).

O que parece ficar em questão é saber se esse vultuoso investimento necessário à formação de docentes pelas três esferas governamentais (federal, estadual e municipal) está sendo, de fato, aplicado e, se sim, se bem proveitoso para o professor no exercício de suas tarefas em sala de aula, visto que é obrigação do governo oferecer formação de boa qualidade, com materiais didáticos atualizados e tecnologias modernas.

Alves, Santos e Freitas (2017) já alertavam que o foco principal dessas ações é a apropriação, por parte do corpo docente, das tecnologias e de seu uso, sobretudo de modo pedagógico, com o objetivo de alcançar alterações nas metodologias e atitudes em sala de aula, e de possibilitar transformações significativas no ensino e sua repercussão na aprendizagem dos estudantes da era digital.

A forma como o sistema educacional incorpora as TICs afeta diretamente a diminuição da exclusão digital existente no país (UNESCO, 2009). Em contrapartida, o Brasil quando se trata de inclusão digital ainda há um déficit muito grande, pois, infelizmente o Brasil ainda sofre com graves problemas, direcionado a inclusão e utilização das TICs, ainda existem muitas lacunas a serem resolvidas e superadas para atingir os objetivos desejados. De acordo com alguns autores, ainda temos uma formação acadêmica deficiente na inclusão das novas tecnologias e, na maioria dos cursos superiores, as novas tecnologias não estão atreladas aos currículos acadêmicos (PIMENTEL, 2007; SILVA & GARÍGLIO, 2008; CALIXTO, CALIXTO & SANTOS, 2011).

Isso acontece porque, na maioria das instituições, os alunos presenciam ainda formas tradicionais de aprendizado e esse processo de ensino reflete na metodologia tradicional, atualmente inserida na forma de ensinar de muitos professores. Afinal, como esperar que um professor saiba utilizar as novas tecnologias, se em muitos casos, as faculdades não os preparam para isso, não lhes mostram como e as vantagens de se utilizar essa tecnologia.

Isso nos traz a uma resposta já meio que imediata, pois, precisamos transformar a grade curricular e a maneira de formação profissional para a carreira docente para atender ao novo mundo da informação digital, para que o professor, quando chegue à sala de aula, não se frustre, porque seus alunos e a geração atual exige que ele esteja por dentro das evoluções constantes.

O professor, estando ciente e sabendo utilizar as ferramentas necessárias, tem a oportunidade de possibilitar aos alunos, não apenas que eles aprendam a utilizar as novas tecnologias, mas que possam desfrutar desse conteúdo de uma forma crítica, ativa e reflexiva, assumindo a responsabilidade social de transformar as realidades ao seu redor em benefício coletivo, sempre pensando no bem-estar comum, combatendo a desigualdade social tão marcante em nossa sociedade.

No entanto, o que se nota, principalmente nesse momento, é que essa formação não acompanha o avanço tanto tecnológico quanto do nível de compreensão sobre as questões da Informática na Educação que dispomos hoje. Isso tem acontecido, em parte, porque as mudanças pedagógicas são bastante difíceis de serem assimiladas e implantadas nas escolas. A outra dificuldade é apresentada pela velocidade das mudanças da Informática, criando uma ampla gama de possibilidades de usos do computador, exigindo muito mais dessa formação do professor, o que acaba paralisando-o (VALENTE, 1998a).

Outro motivo bastante significativo que pode explicar uma grande parte da resistência de uma parcela significativa dos docentes é que essas práticas e inovações exigem um esforço adicional no desenvolvimento de novas habilidades e, principalmente, tempo para que esses recursos se traduzam em planos de aula bem elaborados, ou seja, além das atividades já impostas pelo planejamento que se é feito, se faz necessário ainda mais tempo para se planejar essas aulas com as novas práticas pedagógicas, tempo esse que a maioria não tem.

E essa “falta de tempo” geralmente tem um motivo muito claro e esclarecedor, pois o salário de um professor de Educação Básica no Brasil é, na maioria das vezes, muito baixo para tanta cobrança e demanda. Há, quase que via de regra, a necessidade de um docente ter que trabalhar em até três turnos para cobrir suas necessidades e honrar seus compromissos financeiros, tornando o tempo para esses planejamentos muito, curto.

Embora a modalidade EAD já fosse realidade e não tão novidade para muitos adultos que fazem cursos técnicos, graduação, pós-graduação no modelo “online”, para as crianças e jovens as atividades pedagógicas remotas de ensino ainda representa uma grande e angustiante novidade, que está em fase de evolução, mesmo que já se tenha ouvido ou tido algum contato com esse modelo de ensino.

De igual modo, o ensino híbrido já existia em diversas práticas no ambiente escolar. Apesar de ser reforçado e mais praticado hoje na pandemia, esse método já era utilizado quando se há uma excursão ao museu ou a algum marco histórico, por exemplo, onde há a formação pedagógica em parte desenvolvida em sala de aula, como também fora dela e, extensivamente, complementada em casa com a realização de atividades de fixação.

Dessa feita, podemos concluir que o mundo continua sofrendo transformações ao ritmo das intercorrências naturais, econômicas, socioantropológicas e históricas como sempre, visto que permanece em constante evolução. E dentro da educação, o professor deve sempre buscar pela motivação e conhecimento do novo, trazendo benefícios para si e sua carreira, bem como para seus alunos, gerando a oportunidade de uma maneira de ensino mais construtiva e evoluída, possibilitando tanto o ensino na sala de aula, como no externo a esta.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa mudança de contexto em que ocorre o processo de ensino aprendizagem causou uma certa dificuldade para os discentes, em especial, pois por consequência da falta de estrutura socioeconômica, muitas famílias não puderam garantir o suporte tecnológico necessário para que suas crianças permanecessem tendo acesso à educação.

Os docentes, por seu turno, também enfrentaram grandes desafios, pois, por terem suas formações na base do ensino tradicional, o professor manifestou certa relutância em incorporar as novas ferramentas da informação e comunicação nas suas práticas pedagógicas, seja por falta de habilidade ou por falta de recursos tecnológicos também.

Vale ressaltar que sua qualificação não contempla, necessariamente, a utilização de recursos ou atividades que oportunizasse o manuseio das tecnologias, não sendo necessário e obrigatório o uso dessas ciências em sala de aula. Porém, com todas essas mudanças, as escolas se viram forçadas a adotar os novos métodos de ensino, passando a investir na capacitação dos professores e no incentivo para obtenção de melhores resultados.

Quando se fala em tecnologia é notório que esta representa algo nunca visto. A maioria das ferramentas que se tornaram frequentemente utilizadas no contexto do ensino remoto já estavam inseridas há bastante tempo no nosso meio, e cada vez mais se aproximam dos usuários para o auxílio e facilitação nas tarefas do dia a dia.

A tecnologia e o ensino estabelecem uma relação de complementariedade, onde a educação busca tirar proveito dos novos recursos que surgem a toda hora, muitas das vezes através de algo que já existe e é melhorado. E nesse contexto de

constante evolução tecnológica, o professor precisa estar acompanhando essas evoluções, se não acaba parado no tempo. É por isso que muitos docentes têm dificuldade de usar as novas ferramentas digitais, pois não sabem como utilizar e, tão pouco, tiveram a formação e o acesso para poder usar e transmitir para seus alunos.

Além disso, refletir o acesso à informação através do mundo digital abre uma nova perspectiva para se pensar o acesso ao ensino aprendizagem a partir de novas tecnologias. Dessa forma, diante da pandemia, a necessidade da utilização de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação aumentou substancialmente no contexto da educação, considerando as limitações causadas pelas medidas de isolamento e distanciamento social.

No entanto, sob uma ótica que reflita o contexto de muitos alunos que vivem uma carência social e econômica, as tecnologias podem ser uma forma de exclusão e uma barreira para o ensino aprendizagem. Para um campo comunicativo, que possa ser entendido como uma forma de conhecimento, seria necessário o entendimento dos mecanismos de linguagem como instrumentos de transmissão de conhecimento, que considera a limitação e o acesso a uma aprendizagem disponível a diferentes sujeitos em seus contextos sociais, já que nem todos dispõem do acesso a ferramentas tecnológicas.

Neste momento, ainda estamos vivenciando uma pandemia, ao longo de mais de 1 ano e meio. Tivemos que nos adaptar na forma de viver em casa, com o isolamento social, o uso de máscaras e o distanciamento social em espaços públicos, com escolas fechadas, uma sequência de medidas que foi difícil aceitar, pois, estávamos acostumados a viver com liberdade e sem restrições e tantos cuidados.

A pandemia gerou medo, angústias, perdas e ainda muitas incertezas ao que importa no nosso viver, tantas perguntas sem respostas ainda de como vai ser, quem sabe, daqui a um ano. São muitas indagações, mas, fervorosos e otimistas para que tudo volte ao normal.

Ao que tange às formas de trabalhar em meio à pandemia, tivemos ainda assim grandes evoluções, com as redes de comunicação, com acesso a muitos aplicativos que, assim mesmo, com muitas dificuldades, surgiram oportunidades de estudar e trabalhar de forma remota, pois quem não tinha sequer acesso às

plataformas, teve que se adaptar com os demais colegas para, assim, dar continuidade ao processo de ensino aprendizagem.

As formas de interação mediadas pelas tecnologias necessitam, a todo instante, de apoio e monitoramento da família em uma luta pela proteção de seus filhos, bem como pela garantia de acesso e manutenção da educação para que suas crianças continuassem com os estudos, mesmo considerando as carências impostas pelo momento.

Em vistas dos argumentos apresentados, ficou evidente a necessidade de uma mudança no sistema educacional brasileiro. O ensino público ainda tem uma carência de escolas equipadas com tecnologias que deem suporte adequado às regras de funcionamento do sistema de ensino, remoto ou híbrido. Desde de março de 2020 até julho de 2021, as escolas vêm em um processo de adaptação, buscando meios de como promover o ensino a aprendizagem dos alunos de maneira remota.

Em um espaço de tempo curto foi necessário que o ensino no Brasil acompanhasse os avanços tecnológicos de grandes empresas e passasse a utilizar as novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) para que as atividades fossem adaptadas e assim o aluno conseguisse de ter acesso a esse material de forma remota.

Com o uso de ferramentas digitais disponíveis na internet, (Google, Classroom, Forms, WhatsApp, etc.) o professor vem tentando alcançar os alunos de uma forma interativa e capaz de desenvolver a aprendizagem mesmo que para alguns alunos que por motivos de acesso às plataformas essas aulas não estão tendo eficácias.

Com toda a situação vivida em Pandemia, o mundo se readaptou, nos tirando da zona de conforto, nos forçando a termos que mudar o cotidiano, com a invenção da vacina que combate esse vírus, não o eliminando, mais sim, trazendo-nos riscos menores de morte, gradual e vagarosamente as coisas estão retornando a normalidade, permanecendo muitas escolas ainda no ensino remoto e algumas já retornando ao ensino híbrido, havendo assim uma esperança para podermos acreditar que em um futuro próximo, possamos retirar as máscaras e podermos nos reunir em sala de aula novamente, seja como aluno ou professor.

Apesar de todos os esforços voltados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, ainda estamos, ao longo de mais de 1 ano e meio, aprendendo a contornar, entre erros e acertos, os desafios impostos à educação. Tivemos que nos adaptar na forma de viver, seja em casa, com o isolamento social, uso de máscaras, escolas fechadas, uma sequência de fatores que foram difíceis de aceitar, pois, estávamos acostumados a viver com liberdade, sem restrições e tantos cuidados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Araújo de Sousa, SANTOS, Lucicleide Rodrigues dos, Benedito; FREITAS, Lêda Gonçalves de. **Impactos das ações formativas no uso de tecnologias nas práticas docentes Psicologia: teoria e prática**, vol.19,núm.3 septiembrediciembre,2017,pp.316-334 Universidade Presbiteriana Mackenzie São Paulo, Brasil.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 2. ed. Tradução de Aurora Foroni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, [1975] 1990.

BRUBAKER, R **Rethinking classical theory: the sociological vision of Pierre Bourdieu**. Theory and Society, v. 14,n. 6,p. 745-775,1985.

CORDEIRO, K. M. A. **O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino**. 2020.

CORTELA, Mario Sergio. **Pensar bem nos faz bem**. Petrópolis; RJ Vozes; São Paulo, SP. 2014.

COSTA, Kiara Tatianny Santos, **Caminhos para o ensino remoto. Estratégias e interfaces educativas**. Formato e-book kindle, 36 páginas, 2021.

DE CAMPOS MAIA, Marta. **Educação a distância**. GV Executivo, v. 6, n. 5, p. 56-60, 2007.

FERREIRA, Daniel Paulo. BASILÍO, Valéria Cristina. O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS ESTAMOS PREPARADOS? TRANSVERSAL - Revista Anual do IEDA, v.4, n.4, 2006. IN: <http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170411132603.pdf>

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação**. Papirus,2007. - (Coleção Papirus Educação)

_____. **O redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente**. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, setembro de 1997.

LINS, B. F. E. **A evolução da internet: uma perspectiva histórica**. Cadernos ASLEGIS, 2013. Disponível em:

http://www.belins.eng.br/ac01/papers/aslegis48_art01_hist_internet.pdf. Acesso em: 27/07/2021.

_____. (Junho de 2021). "**A evolução da Internet: uma perspectiva histórica**". p. 13. 48 • Janeiro/Abril • 2013. Editora Cadernos ASLEGIS. In: http://www.belins.eng.br/ac01/papers/aslegis48_art01_hist_internet.pdf

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2005
Presidência da República, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm> Acesso em 04/06/2021.

SANTO, Sandra Aparecida Cruz do Espírito. MOURA, Giovana Cristina de. SILVA, Joelma Tavares da. **O uso da tecnologia na educação: Perspectivas e entraves**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 01, Vol. 04, pp. 31-45. Janeiro de 2020. ISSN: 2448-0959, in: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/uso-da-tecnologia>

SANTO, Sandra Aparecida Cruz do Espírito. MOURA, Giovana Cristina de. SILVA, Joelma Tavares da. **O uso da tecnologia na educação: Perspectivas e entraves**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 01, Vol. 04, pp. 31-45. Janeiro de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/uso-da-tecnologia>. Acesso em: 04/08/2021.

SOARES-LEITE, W. S. & Nascimento-Ribeiro, C. A. do (2012). **A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios**. magis, Revista Internacional de Investigación en Educación, 5 (10), 173-187. IN: <http://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/20.500.12799/2600/A%20inclus%c3%a3o%20das%20TICs%20na%20educa%c3%a7%c3%a3o%20brasileira%20problemas%20e%20desafios.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

SOUZA, E., & Malheiros, N. (2018). **Avaliação de Acessibilidade Digital para Pessoas com Deficiência Motora em Repositórios Educacionais Abertos**. Revista Brasileira de Informática na Educação, 26(03), 1. doi: 10.5753/rbie.2018.26.03.1 [GS Search]

SOUZA, Ludmilla. Ensino híbrido é tendência para a vida escolar no mundo pós-pandemia. - Repórter da Agência Brasil - São Paulo, 2020. IN: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/ensino-hibrido-e-tendencia-para-vida-escolar-no-mundo-pos-pandemia>

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO NOVO CENÁRIO DO ENSINO REMOTO

Wanielly de Oliveira Macedo Rodrigues – UNIESP

Rubemita dos Santos Medeiros – UNIESP

Ivanildo Félix da Silva Júnior - UNIESP

1 INTRODUÇÃO

Com a valorização da criança como um ser social, pertencente e colaborador na construção de sua história, e com o reconhecimento dos sentimentos ligados à infância, nasce a preocupação da criação de um espaço reservado e adaptado para a educação de crianças pequenas.

Os primeiros espaços criados como instituições de Educação Infantil tinham o objetivo de suprir as necessidades de cuidados assistencialistas e não, necessariamente, pedagógicas. A maioria destas instituições foram pensadas exclusivamente para atender às crianças de baixa-renda.

Historicamente, o surgimento de creches no Brasil, assim como na Europa, trazia a ideia fundamental de um lugar para guardar as crianças pequenas e pobres dos riscos do abandono social e exposição à violência de toda natureza, com precárias instalações e com os cuidados básicos de higiene, muitas das vezes, questionáveis. A título de informação, no Rio de Janeiro, foi fundado em 1875, o primeiro jardim de infância privado no país.

A criança nos dias atuais tem um destaque grande na sociedade, foi reconhecida como cidadão de direitos e características próprias. Em meio aos tantos avanços no que diz respeito à educação desse público, em 1996, o então presidente, Fernando Henrique Cardoso, promulgou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB], reconhecendo a Educação Infantil como parte da educação dos brasileiros. De lá para cá, muitas coisas têm acontecido, inclusive o pensamento de que as crianças de zero a seis anos de idade não assimilam conhecimentos formais trabalhados na escola.

Ainda de acordo com as diretrizes do MEC, a Educação Infantil deve ser oferecida em creches ou entidades similares (para crianças de até três anos de idade) e em pré-escolas (para crianças de quatro a seis anos de idade). Levando em consideração a grande importância da Educação Infantil para o crescimento saudável dos pequenos, faz-se necessário manter a observação e reflexão

constante sobre as práticas recomendadas para o trato com esse público em específico e o que dizem os estudos recentes sobre o tema.

Neste contexto, as escolas de educação infantil, juntamente com seus professores, precisam ter conhecimentos e o domínio de metodologias adequadas para promover uma educação de qualidade em um contexto que demanda um planejamento específico para lidar com as mesmas no dia-a-dia.

Os professores e as escolas se deparam, portanto, frequentemente com situação desafiadoras, o que lhes impõe a necessidade de estarem, adequadamente, preparados para as demandas no ensino infantil, onde os estímulos e experiências vividas pelas crianças nos primeiros anos de vida são de grande importância no desenvolvimento de novas habilidades, que virão a constituir suas competências ao longo de todo o processo de aprendizagem futuro.

Nesse processo, a sociedade possui um papel ativo importantíssimo, pois por estar sempre em busca de novos conhecimentos para expandir saberes, precisa manter-se atenta as mudanças sociais, políticas e econômicas que impactam direta e/ou indiretamente nas práticas pedagógicas responsáveis pela formação das novas gerações.

Assim, esta pesquisa se constitui enquanto fruto das inquietações que os atuais e futuros professores se depararam a partir dos desafios enfrentados pela Educação Infantil frente a essa nova realidade de ensino remoto emergencial pela qual estamos passando há, aproximadamente, um ano e seis meses.

Essa fase da educação é marcada pelo dinamismo das formas de ensino, onde se observa as vertentes com campos infinitos para difusão dos saberes (MAHONEY, 2002). A escola, com essas prerrogativas, apresenta-se como um espaço privilegiado para criar oportunidades de apreensão de novos conhecimentos, que implicam no desenvolvimento de novas habilidades e competência, que facilitam a formação de sujeitos ativos e participativos para a manutenção de uma sociedade mais justa.

É à escola, na figura de seus profissionais multidisciplinares, que cabe, portanto, identificar dificuldades de aprendizagem de diversas naturezas – física, emocional, social, intelectual, sensorial e etc. – para propor estratégias metodológicas capazes de corrigir o percurso formativo na direção da garantia de uma aprendizagem minimamente de qualidade.

No ambiente da realização desta pesquisa, fixemos algumas perguntas norteadoras das reflexões a que nos propomos a levantar em termos de discussão sobre o tema, tais como: no contexto da pandemia do novo Coronavírus, a escola está dando suporte técnico e psicológico às famílias? Em termos metodológicos, os professores estão priorizando o trabalho baseado em estratégias que explorem o lúdico? Quais os principais desafios dos educadores no que diz respeito a seleção e adoção de recursos tecnológicos para a implementação e manutenção do ensino remoto emergencial na Educação Infantil?

Para efeito de orientá-lo, caro leitor, em sua leitura, organizamos esta pesquisa em seis grandes partes, a saber: 1. **EDUCAÇÃO INFANTIL**: primeiras experiências com o ensino formal, momento em que buscamos levantar questões relativas ao processo de inserção da criança no contexto da educação formal, trazendo sua bagagem de experiências de vida para a construção de novos conhecimentos; em seguida, 2. **A TRANSFORMAÇÃO DO AMBIENTE EDUCACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA**, onde observamos os impactos diretos e/ou indiretos das medidas sanitárias de contenção da disseminação do novo Coronavírus na educação formal; para em 3. **O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM MEIO AOS NOVOS DESAFIOS DO CENÁRIO DE ENSINO REMOTO** discutir os desafios enfrentados por educadores, crianças e familiares frente à necessidade de utilizar as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação para a manutenção do direito ao acesso e permanência na escola; apresentamos, ainda, em 4. **METODOLOGIA DA PESQUISA**, uma breve descrição da caracterização e natureza metodológica desta pesquisa para, em 5. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**, apresentar as primeiras impressões a que chegamos ao longo dessa investigação; fechamos o percurso desta pesquisa com as nossas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, momento em que tentamos reunir, de maneira resumida, aqueles pontos que consideramos mais relevantes em termos de discussão e reflexão.

Buscamos estabelecer nossa ancoragem teórica nas contribuições de Mendonça (2012), Kuhlmann Jr (2011), Pereira Jr. e Machado (2021), Dias (1984) e Kenski (2007) na tentativa de promover reflexões pertinentes ao tema aqui figurando como objeto de um estudo de revisão bibliográfica, de natureza qualitativo-interpretativista.

Importante frisar, no entanto, que não intentamos esgotar a discussão sobre esse tema que consideramos de extrema relevância, mas que, porém, apresenta-se nebuloso no que diz respeito aos resultados que colheremos nos anos que se seguirão após o encerramento desse período de pandemia. Trate-se de um tema novo, pois o universo da pesquisa jamais conjecturou um cenário de educação dessa natureza, onde o contato físico tivesse que ser evitado e o processo de aprendizado passasse a ser mediado pelas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação

Convidamos, no entanto, você, leitor, para nos acompanhar nessa aventura teórico-discursiva que apresentaremos nas próximas páginas, ficando bem à vontade para, a partir das discussões que proporemos, no exercício de um pensamento crítico, tecer suas próprias reflexões e, quando julgar pertinente, corroborar ou apresentar suas críticas construtivas, que contribuam com a ampliação desta pesquisa.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL: PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS COM O ENSINO FORMAL

A caracterização da criança no presente é sensivelmente diferente da concepção de criança que a sociedade tinha no passado. Um rápido estudo sobre a infância e a educação nos possibilita identificar e reconhecer as significativas transformações pelas quais essa fase da vida humana passou ao longo dos tempos. Contudo, algo permanece inalterado: a compreensão de que é nessa fase a criança desenvolve suas habilidades de interação social, mediante a descoberta do mundo que a cerca através das experiências sensoriais (visão, audição, olfato, paladar e tato).

A sociedade contemporânea superou, felizmente, os equívocos de uma visão restrita da constituição psíquico-social da criança. Se antes esta era concebida como um adulto em miniatura, portanto, capaz de significar o mundo através de um prisma de sentidos abstratos, tendo na figura da mãe sua principal tutora, agora ela é respeitada em suas particularidades e limitações cognitivas.

Na compreensão de Mendonça (2012)

Não havia distinção entre crianças e adultos, usavam os mesmos tipos de trajes e de linguagem. Não havia um sentimento em especial aos mais novos. Na educação, pessoas de todas as faixas etárias frequentavam a

mesma sala de aula e recebiam o mesmo ensinamento (MENDONÇA, 2012, p.17).

Essa visão estreita que a sociedade tinha sobre a criança só veio a passar por uma revisão e, subsequente, reformulação a partir da Revolução Industrial, já no contexto da Idade Moderna, sob a influência do Iluminismo e suas lutas por mudanças profundas nos cenários político, econômico e social, que culminou por impulsionar a separação entre Estado e Religião, surgindo, assim, os Estados laicos. Vale ressaltar, no entanto, que a princípio, apenas as crianças das famílias nobres passaram a ser separadas dos adultos e poupadas de atividades degradantes para a fase da infância.

Esse contexto de profundas transformações político-sociais que surge os moldes do que viria a ser o pedagogo dos nossos tempos – um escravo responsável acompanhar a criança das famílias ricas à escola. Sem sombra de dúvidas, a mudança mais importante, no que diz respeito à educação, recai sobre o fato de que a criança passa a receber uma atenção especial no tocante a sua formação.

Se antes esta era insignificante para a sociedade, pois não conseguia, naturalmente, executar as mesmas tarefas de um adulto em função de suas limitações cognitivas e físicas, agora passa a ser vista na sociedade com contornos de relevância, revestida de direitos, contexto em que sua educação é planejada para atender suas necessidades: físicas, psicológicas, sociais, emocionais e cognitivas.

Pensando mais especificamente na realidade da educação no Brasil desde a colonização, é possível compreender algumas das dificuldades que os educadores enfrentam até os dias atuais. Durante muitos séculos, a Educação Infantil foi negligenciada no nosso país, a começar para falta de oferta de cursos de formação superior e, conseqüente, ausência da exigência de formação especializada para atuar nesse segmento da educação que, muitas das vezes, era conduzido por voluntários.

Em termos de mecanismos legais, apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que a criança foi reconhecida como sujeito de direitos, passando a Educação Infantil a integrar o sistema educacional, resultado, podemos dizer, da mudança da concepção de infância, que sofreu, como já vimos, profunda influência das transformações sociais, dando origem a um novo olhar sobre a criança.

A escola de Educação Infantil precisa ser uma instituição voltada para a criança, considerando suas necessidades, sejam físicas, emocionais e cognitivas, onde a criança é o centro do planejamento curricular. Nessa instituição, a criança se desenvolve através das interações, relações e práticas cotidianas que estabelece com adultos, com seus pares, com os objetos e com seu meio.

Não se pode esquecer jamais o papel importantíssimo desempenhado pela brincadeira nessa fase do desenvolvimento humano, pois

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde, representar determinado papel na brincadeira, faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação, da utilização e da experimentação de regras e papéis sociais (LOPES, 2006, p.110)

O ato de brincar, historicamente, sempre representou o ponto de partida para a aprendizagem baseada na incorporação de hábitos e comportamentos reguladores do convívio em sociedade. É preciso, portanto, observar que “As crianças devem vivenciar experiências nas quais possam construir e se apropriar de conhecimentos por meio de suas ações e interações com adultos e outras crianças, o que possibilita a aprendizagem e o desenvolvimento” (BRASIL, 2017 *apud.* GONÇALVES e BRITTO, 2020, p.2).

As primeiras instituições de atendimento à infância surgiram na França, no final do século XVIII, em 1769, com a criação da escola de principiantes ou escola de tricotar, criada por Friedrich Oberlin. A instituição tinha por objetivo atender crianças pobres e/ou órfãs, e também filhos de operários, que ficavam nas ruas, enquanto seus pais trabalhavam.

Na escola de tricotar, as crianças menores brincavam e as maiores aprendiam tricô e costura, aulas de canto, matemática e ciências, dentre outras atividades. Apesar do caráter assistencialista da instituição, a creche apresentava uma perspectiva pedagógica, propondo atividades educativas e formadoras de hábitos e atitudes.

No decorrer da primeira metade do século XIX surgem outras instituições de atendimento à infância em outros países europeus, porém as mais difundidas foram as creches, os jardins de Froebel e as salas de asilo, chamadas posteriormente de

escolas maternas. As instituições pré-escolares surgem no Brasil mediante a necessidade de atendimento assistencialista para a criança e sua família. Segundo Kuhlmann Jr (2011), até 1874 só havia institucionalmente a Casa dos Expostos ou Roda para atendimento à criança abandonada:

Até então, apenas crianças pequenas sem família eram atendidas em instituições. As Casas de Expostos recebiam os bebês abandonados nas “rodas” – cilindros de madeira que permitiam o anonimato de quem ali deixasse a criança – para depois encaminhá-los a amas que os criariam até a idade de ingressarem em internatos. (KUHLMANN JR, 2011, p. 473)

Percebe-se a influência de diversos países na implantação das instituições de atendimento à criança no Brasil, principalmente o jardim de infância no que diz respeito a metodologia inovadora pautada no desenvolvimento integral da criança. Tais instituições destinadas aos filhos dos ricos, tinham a preocupação de educar, formar o ser social, cultivar os bons hábitos, espaços propícios ao desenvolvimento da criança.

Percebemos o dualismo presente na origem do atendimento à criança no Brasil: para os filhos da elite os jardins de infância, pautadas no processo educativo com base na proposta pedagógica froebeliana. Para as camadas populares, os filhos dos operários e as crianças abandonadas, as creches pautadas na educação moralizante e no cuidado com a higiene e saúde.

A história da educação infantil revela que as creches tiveram uma trajetória distinta dos jardins de infância, marcada por divergências de concepções no que se refere às funções exercidas das instituições de atendimento à infância. A criança para aprender deve ter experiências e fazer descobertas a partir de um ambiente seguro e acolhedor e desenvolver as suas capacidades cognitivas, psicomotoras e socioemocionais a partir das brincadeiras e das interações sociais.

As crianças, ao iniciarem a educação infantil, são recebidas na perspectiva da “adaptação”, termo oriundo do campo das Ciências Naturais para se referir à capacidade de ajustamento do ser vivo ao meio ambiente. As crianças nessa perspectiva, são trabalhadas para que, durante um período determinado, internalizem as rotinas e a dinâmica da divisão dos tempos e espaços existentes na escola.

Foram poucas as evidências para uma escuta sensível às várias formas de linguagem das crianças que chegam ao contexto da educação infantil. Não obstante

os conflitos existentes nesse “período de adaptação”, as crianças criam formas de resistência às rotinas estabelecidas e modos de permanecer nesse contexto, que também representa para elas possibilidade de descobertas de novas experiências.

É necessário instituir, no cotidiano da educação infantil, processos de acolhimento capazes de promover experiências entre crianças e adultos que possibilitem vivências e criem uma cultura organizacional que subverta as tentativas de ajustar e acomodar as crianças ao ambiente escolar.

3 A TRANSFORMAÇÃO DO AMBIENTE EDUCACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Em meio ao cenário extraordinário de distanciamento social pelo qual passamos em razão da pandemia do novo Coronavírus, os recursos tecnológicos vislumbraram a possibilidade de implementação de atividades pedagógicas remotas, configurando o que se convencionou chamar no Brasil de ensino remoto.

Não se trata de modalidade de ensino, posto que não existe legislação no Brasil que regulamente esta estratégia enquanto modelo de ensino, mas apenas de uma saída para que os alunos não paralisassem completamente os estudos, em razão da necessidade de suspensão, por tempo indeterminado, diga-se de passagem, as atividades de ensino presenciais.

Naturalmente, muitas questões foram levantadas acerca não só da legalidade, mas também sobre a viabilidade da aplicação de métodos e técnicas da Educação a Distância [EAD] em contexto de Educação Básica, especialmente no que se refere a atender as especificidades do Ensino Infantil, considerada a

[...] primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDBEN nº 9.394/96, p.11).

Compreendida, portanto, como uma das etapas mais importantes da escolarização básica, a Educação Infantil apresenta especificidades teórico-metodológicas que, no entendimento de estudiosos da área da educação estariam comprometidas em um contexto de educação remota, tais como a vivência de experiências concretas em situações diversas, extremamente importantes para o processo de construção da identidade individual e coletiva dos sujeitos.

Compreende-se que

O ensino infantil em instituições formais assegura que a criança aprenda em situações diversas, possibilitando a ela desempenhar um papel ativo na construção de significados sobre si, os outros e o mundo em que vive. Desse modo, a vivência escolar é indispensável para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças que têm de zero a cinco anos, e a escola é uma instituição importante para garantir que elas aprendam e se desenvolvam com as interações e a brincadeira. (GONÇALVES e BRITTO, 2020, p.8)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, p.2) preconiza que a rotina escola na Educação Infantil deve “[...] ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à Educação familiar [...]”.

O texto da BNCC (2017) complementa a reflexão acerca da natureza presencial da Educação Infantil dizendo que cabe ao professor estimular o exercício da seleção, reflexão, organização, planejamento, mediação e monitoramento de todo o complexo orgânico constitutivo das práticas e interações pedagógicas, zelando pela garantia da pluralidade máxima de situações que favoreçam a promoção do desenvolvimento das habilidades relativas ao desenvolvimento pleno das crianças.

Considerando que este momento de escolarização representa uma oportunidade única para as crianças ampliarem a percepção de si e do outro, a partir de toda a materialidade existencial que a deferência de seus pares no mundo que a cerca, é na Educação Infantil “[...] que as crianças começam a interagir e descobrir o mundo a sua volta, fora do seu ambiente familiar, fazendo amigos e aprendendo a conviver e respeitar as diferenças culturais” (PEREIRA JR. e MACHADO, 2021, p.1).

Não obstante, as experiências da Educação Infantil, nos primeiros anos de escolarização, representam um marco de transição substancialmente importante para o sucesso do percurso educacional de um indivíduo, especialmente se considerarmos este enquanto o primeiro espaço de socialização formalmente pensado para a educação, no qual as crianças realizam o primeiro contato fora de suas zonas de conforto, passando a socializar com outras crianças e adultos, de forma, significativamente, mais intensa e frequente.

Assim como as experiências familiares dos primeiros anos de vida das crianças constituem o que os especialistas em educação costumam chamar de anos áureos para o desenvolvimento das habilidades de linguagem demandadas para inserção do sujeito nas práticas sociais e comunicação e expressão, o ambiente escolar assume a responsabilidade pela introdução da criança no universo do

conhecimento formal sistematizado, ampliando as possibilidades para a construção de novos conhecimentos e do desbravamento um mundo totalmente diferente para elas.

É por esse entendimento que se compreende a Educação Infantil enquanto espaço privilegiado para se trabalhar e se desenvolver habilidades e competências responsáveis por explorar “as potencialidades da criança como ser social, valorizando seus conteúdos e apresentando as cores, formas, letras, palavras, números, quantidades, sons, rostos e gostos” (PEREIRA JR. e MACHADO, 2021, p.1).

A escola, portanto, abre as portas para a experimentação de sentimentos e sensações, por parte das crianças, que, em um turbilhão de ocasiões geram possibilidades diversas de aprendizagem a partir das descobertas experienciadas por elas. Essas experiências estimularão o surgimento de novas necessidades de natureza básica que, por sua vez, virão a se tornar gradativamente fundamentais para a vida destes indivíduos durante todo o período de escolarização.

Portanto, compreende-se hoje, com muito mais clareza que há algumas décadas atrás, que cabe à escola a nobre e importantíssima missão de despertar nas crianças um olhar de curiosidade para perceber a dinâmica do mundo que as cerca. Por isso, faz-se mister partir da premissa de que qualquer momento vivido pela criança em espaço escolar constitui um momento privilegiado para a educação e o desenvolvimento de suas habilidades básicas.

Na medida em que permanecem constantemente aprendendo, característica marcante nesta fase da infância, ler e significar o mundo ao seu redor, através dos processos de interação diárias que constitui suas vidas, torna-se uma tarefa extremamente fácil para os pequeninos, de maneira que a utilização de jogos, brinquedos e brincadeiras representam ferramentas de grande valor para o processo pedagógico

Se bem planejados pelos professores, em termos de atividades, estas ferramentas pedagógicas, carregadas de ludicidade, costumam conseguir implementar modificações significativas em esquemas mentais relativos a ideias e pensamentos, podem, com sucesso, alterar comportamentos inadequados dessas crianças.

No contexto educacional, a brincadeira possui uma relevância significativa, uma vez que a sua natureza lúdica favorece a aprendizagem de maneira natural e descontraída, sem o peso da cobrança de resultados, o que faz com que atividades pedagógicas planejadas nessa perspectiva manifestem um valor exponencial em termos de experiências de aprendizagem enriquecedoras.

Em razão da necessidade de distanciamento social no contexto da pandemia do novo Coronavírus, o método de ensino remoto demandou, especialmente dos professores da Educação Infantil, a necessidade de se reinventar. O distanciamento físico-geográfico, as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação exercendo a função de mediação entre aluno e professor, o estresse do isolamento social são apenas alguns dos desafios que precisaram ser enfrentados nestes últimos 16 meses.

Todos os dias, os professores precisam pensar em estratégias motivacionais para não somente despertar o interesse de seus alunos, mas também para leva-los ao engajamento nas atividades propostas. Nesse contexto de ensino remoto, um dos principais motivos pelos quais as crianças são introduzidas cada vez mais cedo na escola se viu quase que completamente comprometido: o da socialização, etapa importantíssima para o desenvolvimento de qualidades sociais tão caras ao convívio social, tais como a tolerância ao diferente, a embate de opiniões e o respeito ao divergente, etc.

O esforço conjunto de professores, pais e/ou responsáveis e familiares do convívio geral das crianças para pensar e planejar atividades lúdicas para serem desenvolvidas em casa tem se mostrado um caminho produtivo a se seguir na busca por minimizar os prejuízos de socialização inerentes a esse necessário período de distanciamento social.

No entanto, se pensar em atividades lúdicas diversas que deem conta de provocar as crianças durante esse longo período de isolamento social tem representado um gigantesco desafio para professores, que mesmo não tendo sido preparados especificamente para enfrentar os desafios de um ensino remoto emergencial, por força de sua formação pedagógica dispõem de condições para se adaptar à nova realidade relativamente bem, o que dizer das famílias, que foram surpreendidas, da noite para o dia, com suas crianças impedidas de ir à escola e

obrigadas a permanecerem reclusas em suas residências, muitas das vezes, sem a mínima estrutura para acompanhar aulas remotamente?!

Estas famílias têm se mostrado verdadeiras guerreiras na luta por superar os muitos obstáculos que lhes foram impostos, recorrendo ao auxílio de professores no planejamento e execução de atividades lúdicas baseadas na adaptação de jogos e brincadeiras aplicadas, remotamente, através de smartphones, smartvts, tablets e computadores, explorando as potencialidades dos jogos para o reconhecimento de espaço, através de objetivos que possibilitem a percepção da lógica das brincadeiras.

Desse modo, cabe às instituições de ensino da Educação Básica com segmentos da Educação Infantil orientar os familiares e responsáveis com roteiros práticos e estruturados para que os mesmos possam acompanhar os afazeres das atividades em casa feitas pelas crianças (PEREIRA JR. e MACHADO, 2021, p.2).

Por força das consequências da pandemia do novo Coronavírus, os familiares e responsáveis passaram a desempenhar uma nova função na educação de suas crianças: a de auxiliares em mediação no processo de ensino aprendizagem constitutivo das rotinas pedagógicas diárias inerentes às tarefas escolares. Por sua vez, estes pais e responsáveis tiveram a oportunidade ampliar a sua presença de efetiva participação na educação de suas crianças.

Aos profissionais da Educação Infantil sempre coube a responsabilidade de desenvolver as suas habilidades necessárias à manutenção do hábito de aprender e, eventualmente, reaprender novas formas para desenvolver as práticas pedagógicas, e o cuidado para não perder de vista, que a criança, através do brincar, aprende, imagina, observa, experimenta, constrói sentidos sobre o mundo, além de desenvolver a sua autonomia e organizar as suas emoções.

No entanto, faz-se necessário aqui destacar o fato de que esta nova realidade de ensino remoto, ainda que emergencial, também constitui uma materialidade de trabalho estranha, especialmente ao professor da Educação Infantil. Essa nova realidade trouxe um volume excessivo de desafios ao professor que, por sua vez, aumentou significativamente a carga de estresse com que este profissional tem que lidar no exercício de suas atividades.

Cobra-se muito, por exemplo, que os professores da Educação Infantil diversifiquem as estratégias de ensino a partir do maior número possível de recursos tecnológicos para dinamizar o estímulo ao desenvolvimento da coordenação motora

como um todo, visando o pleno desenvolvimento da consciência corporal, mas, convenientemente, esquece-se que este profissional não recebeu formação inicial, nem tão pouco complementar para lidar com as realidades e desafios do ensino remoto emergencial.

É possível, contudo, através da já mencionada parceria com familiares e responsáveis, pensar em estratégias de ensino que explorem espaços domiciliares, tais como: varanda, quintal, sala, cozinha, quarto, utilizando recursos diversos disponíveis nas residências das crianças, como utensílios de cozinha, materiais de limpeza (vassouras, pás, rodos etc.) e higiene pessoal (escovas de dente, creme dental, pentes, toalhas etc.).

Por isso, atividades como bambolê, jogos com bola, de dançar, empilhar copos, andar sobre uma linha reta desenhada no chão, jogo (cabeça, ombro, joelhos e pés) entre outras atividades físicas são boas para as crianças, pois são excelentes para ajudar no desenvolvimento infantil, visto que é hora de tirar o foco dos eletrônicos e colocar o corpo em movimento (PEREIRA JR. e MACHADO, 2021, p.2).

Não obstante, as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação possibilitaram, sem sombra de dúvidas, um avanço significativo no tocante ao processo de mediação do ensino aprendizagem em tempos de distanciamento social. Através de diversas ferramentas, hoje é possível não somente realizar um encontro virtual em tempo real, onde alunos e professores possam se ver e interagir remotamente, como também os professores podem gravar pequenos vídeos com instruções gerais e específicas sobre a realização das atividades, momento em que poderão demonstrar como trabalhar a coordenação motora através de atividades lúdicas.

Para tanto, selecionar e fazer uso de brincadeiras específicas, tais como: separação grãos, manipulação e classificação de argolas coloridas, construção de imagens a partir da utilização de botões, entre muitas outras brincadeiras podem proporcionar momentos de descontração extremamente produtivos no tocante à aprendizagem.

Durante a pandemia, fez-se necessário não somente refletir, mas também e, sobretudo, repensar o local da interação, levando-se em consideração aquilo de que dispõem as crianças em suas residências, para mantê-las em movimento a partir da adoção baseadas nas ferramentas remotas não somente enquanto oportunidade

para manter o contato com as crianças, mas também e principalmente, para manter o processo de ensino aprendizagem, ainda que respeitadas as suas limitações.

Vale lembra, também, que as crianças das novas gerações já nasceram imersas em uma realidade tecnológica que as tornam nativas no uso dessas novas linguagens. Se as limitações do distanciamento social impõem limitações no tocante ao contato físico e a proximidade umas das outras, por outro lado, têm se mostrado cada vez mais essenciais à regulação das interações sociais.

Nesse contexto de distanciamento social, é preciso considerar o potencial das atividades lúdicas, aliadas aos recursos tecnológicos, para a motivação, engajamento e promoção da aprendizagem no ato do planejamento pedagógico. Nesse sentido, Oliveira (1985, p.74) nos diz que o lúdico se apresenta enquanto "[...] um recurso metodológico capaz de propiciar uma aprendizagem espontânea e natural. Estimula a crítica, a criatividade, a sociabilização, sendo, portanto reconhecidos como uma das atividades mais significativa - senão a mais significativa - pelo seu conteúdo pedagógico social."

Desse modo, inferir que a diversidade de possibilidades de exploração do caráter lúdico dos jogos e das brincadeiras aplicadas à Educação Infantil projetam um sem fim de experiências no processo de ensino aprendizagem a partir da relação das crianças com o mundo que as cercam.

4 O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM MEIO AOS NOVOS DESAFIOS DO CENÁRIO DE ENSINO REMOTO

Por muitos anos a educação precisou passar por mudanças, de forma progressiva. Com o surgimento da pandemia do novo Coronavírus, o covid 19, um vírus mutável e que se propaga rápido, que ocasiona diversos problemas no sistema respiratório, podendo causar a morte, as sociedades tiveram que passar por uma nova experiência educação, sem precedentes até então. Diante dessa atual situação, muitas medidas tiveram de ser tomadas, e uma delas foi a suspensão das aulas presenciais nas redes de ensino pública e privada.

Devido à situação de calamidade pela qual ainda passamos, e com essas medidas, ocorreram grandes e difíceis mudanças no cenário da educação infantil, em especial. Essas mudanças foram notadas pelos professores, pais e os próprios alunos, de uma maneira geral. Além das naturais e já esperadas consequências devido a Pandemia, tais como o aumento do estresse em decorrência das incertezas

frente a um cenário social e econômico volátil, que muda a todo instante, surgiram também os problemas com relação a tecnologia, evidenciando a acentuada dificuldade em se adaptar a essa nova realidade.

Infelizmente, a pandemia tornou ainda mais perceptível a desigualdade social no Brasil, que se refletiu na constatação de que nem todos alunos têm acesso a internet, o que prejudicou e ainda prejudica muito nesse novo processo de aprendizagem baseado nas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação – NTICs.

O fenômeno do desenvolvimento tecnológico já vem provocando transformações sociais significativas nas últimas décadas. O principal de todos, a internet

[...] possibilita a comunicação entre pessoas para os mais diferenciados fins: fazer negócios, trocar informações e experiências, aprender juntas, desenvolver pesquisas e projetos, namorar, jogar, conversar, enfim, viver novas vidas, que podem ser partilhadas em pequenos grupos ou comunidades, virtuais (KENSKI, 2007, p.33).

Desse modo, a pressão que a educação já vinha sofrendo para incorporar os recursos tecnológicos digitais no processo de ensino aprendizagem é resultado de uma presença cada vez mais proeminente das NTICs na vida das pessoas, de maneira que se pode inferir até que a insistente postura dos sistemas educacionais em reunir esforços para resistir a entrada das tecnologias digitais em ambiente escolar, proibindo, por exemplo, a utilização de smartphones nos espaços internos da escola, de certa forma, prejudicou significativamente a adaptação da comunidade escolar como um todo a nova realidade provisória do ensino remoto, posto que esse novo contexto educacional pegou todos despreparados no que diz respeito a utilização consciente dos famosos *gedgets* (dispositivos digitais portáteis de uso individual) para fins pedagógicos.

Outra variante que se deve levar em consideração ao avaliar o processo de ensino aprendizagem em contexto de ensino remoto emergencial diz respeito ao fato de que muitos pais esbarraram na falta de tempo para acompanhar os filhos nas aulas remotas, devido muitas vezes ao trabalho ou, até mesmo, por falta de paciência e, é claro, de habilidades para a utilização das ferramentas digitais demandadas pelo ensino remoto.

O que se houve enquanto discurso comum entre os relatos de professores, alunos pais e responsáveis é que está sendo um grande desafio organizar

ferramentas capazes de proporcionar um suporte pedagógico às famílias e as crianças nessa fase tão difícil de isolamento e distanciamento social.

A preocupação com a Educação Infantil se dá devido ao fato de que nessa fase de escolarização é preciso ter um espaço dinâmico e interativo, onde professor e aluno tenham uma comunicação melhor, baseado em um aprendizado lúdico, entre outros aspectos importantes que se deve ter nessa fase da escolarização.

Mas, com nesse novo cenário de ensino remoto, o professor é forçado a buscar diferentes formas de manter essa interação mediada pelas NTICs, mesmo que seja por trás das câmeras e à distância, pois o acesso e manutenção a uma educação de qualidade, que possibilite o desenvolvimento das habilidades sensoriais, motoras, cognitivas e sociais precisa ser garantido.

Existem muitas dificuldades que foram paulatinamente identificadas desde quando se implementaram as aulas remotas, tais como: a falta de concentração em casa; problemas familiares que interferem, direta e/ou indiretamente, no processo de ensino aprendizagem; falta de apoio e suporte técnico; necessidade financeira; problemas com a internet, e isso tudo, muitas vezes, faz com que o aluno não se sinta capaz de enfrentar os desafios do ensino remoto, e acaba optando por abandonar o ano de estudo.

Toda essa experiência acumulada ao longo de, mais ou menos, quatorze meses de ensino remoto emergencial tornou ainda mais evidente a importância do ambiente escolar presencial, na perspectiva de que este possibilita maiores chances de aprendizado devido ao contato físico e social. No entanto, temos que nos esforçar e se adaptar a essa nova realidade educacional, ainda que provisoriamente.

Nesse momento, é importante ressaltar que sobre o professor também recaiu a demanda pública e social de adquirir novos conhecimentos e desenvolver novas habilidades relativas ao domínio das NTICs aplicadas ao processo de ensino aprendizagem. Nesse contexto, cabe à escola também incentivar à autoformação do seu corpo docente, bem como viabilizar o necessário suporte tecnológico ao melhor exercício das atividades pedagógicas.

Vale ressaltar também, que os pais, apesar de todas as dificuldades enfrentadas ao longo desse período de isolamento e distanciamento social, devem acreditar na capacidade de superação dos seus filhos, de uma maneira a incentivar eles para continuar a estudar, mesmo em casa.

A maioria das escolas estão produzindo materiais com muitas atividades lúdicas e indicadas diretamente para a educação infantil, mas essas atividades só podem ser executadas com a ajuda dos pais. O único vínculo que os professores atualmente podem ter com às crianças e as famílias se estabelece através dessas atividades.

Não podemos esquecer que os pequenos não conseguem manter a atenção por muito tempo diante um vídeo longo ou áudio. Por isso, clareza e objetividade são fundamentais na educação remota voltada às crianças.

As atividades devem ser planejadas e propostas de acordo com a possibilidade de às crianças puderem usar objetos que possuam dentro de casa. Os vídeos devem ser planejados e gravados no menor tempo necessário à apresentação de determinado conteúdo, priorizando a utilização de uma linguagem diferenciada, descontraída, lúdica, de modo, que as crianças não percam o vínculo afetivo com os professores e, até mesmo, com a escola. Simplicidade e objetividade é o que os professores precisam nessa hora tão difícil.

As escolas também podem ajudar aos alunos que não têm acesso à internet em suas residências, de uma forma que eles possam ter acesso a essas atividades através de algum familiar que vá buscar material impresso junto à coordenação pedagógica e, dessa forma, ter a oportunidade de realiza-las.

[...] a escola e o educador atuam em parceria a fim de direcionar as atividades com o intuito de desmontar a brincadeira de uma ideia livre e focar em um aspecto pedagógico de modo que estimulem a interação social entre as crianças e desenvolva habilidades intelectivas que respaldem seu percurso na escola (DIAS, 1984, p. 3, 4)

Montar uma nova rotina da família, que considere reservar um significativo tempo do dia para acompanhar as crianças e jovens em suas atividades escolares remotas, não está sendo fácil para ninguém. São muitas as mudanças necessárias, novos hábitos a serem criados e executados, entre muitos outros aspectos que envolvem tanto pais, professores e alunos, é um grande desafio a ser enfrentado.

O ensino remoto emergencial é uma realidade que pode durar por mais algum tempo ainda, por isso, as famílias têm que procurar alguma forma de ajudar aos filhos, de uma maneira que não prejudique seus estudos, organizar pequenos detalhes que possam ajuda-los de alguma forma.

Algumas estratégias têm surgido através da análise e discussão que se debruça sobre as experiências vividas e compartilhadas entre os educadores, observando erros e acertos na direção da adaptação do processo pedagógico como um todo para essa nova realidade. Mesmo assim, as atividades e correrias do dia a dia continuam crescendo cada vez mais, a ponto de os próprios alunos não conseguirem lidar com um volume cada vez mais de atividades para se fazer e conteúdos para assimilar, principalmente quando não tem um auxílio dentro de casa, até o tempo vem se tornando pouco.

É normal que tanto pais, quanto filhos estejam cansados após um bom tempo de ensino remoto, pois o mesmo acaba fadigando devido as dificuldades, o que, conseqüentemente, resulta em uma sobrecarga que atinge praticamente toda a família. O lado emocional também pode ficar abalado, devido a criança ter perdido o espaço de inserção social proporcionado pelos encontros presenciais diários na escola. Como consequência da privação do contato físico com professores e colegas, nota-se, por vezes, um excessivo cansaço, a evidente falta de paciência se manifesta, muita das vezes, através da irritabilidade e hábitos confusos de horários trocados.

Nem sempre a criança vai entender a extensão da importância do compromisso e da responsabilidade de seguir em frente com seus estudos, mesmo em contexto de ensino remoto, mas cabe aos pais mostrar a elas essa importância e incentivá-las a permanecer se engajando nos processos de ensino aprendizagem.

É preciso montar, acima de tudo, uma rotina escolar para a criança, tanto para acompanhar o estudo, como também, um horário livre para ela aproveitar, brincar e descansar, de maneira a amenizar o peso de uma rotina de ensino remoto, em que se passa horas em frente à tela do computador, o que gera cansaço e, conseqüentemente, o estresse que pode ser causado na criança.

Mais uma vez frisamos, aqui, que é muito importante que os pais acreditem na capacidade de superação dos seus filhos diante desse quadro. Daí a necessidade de se investir mais em práticas de interação social entre familiares que convivem na mesma residência, que compensem a falta que a escola faz, de uma maneira eficaz, leve e lúdica, gerando oportunidades diversas em que a criança aprenda e consiga assimilar o máximo de conteúdo dado pelo professor.

A educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p.11).

O professor em si, também, tem que se preparar cada dia mais, procurando sempre novos conhecimentos; tem que se preparar com antecedência sempre para a aula seguinte; tem que encontrar motivação e criar momentos legais, descontraídos para que a criança possa se sentir um pouco mais motivada a assistir as aulas através da vivência de um momento lúdico e de aprendizado diferente, assim ela pode criar mais gosto pela aula, mesmo sendo remota.

Nesse novo quadro educacional de pandemia, o professor não deve se limitar a dá o seu melhor, pelo contrário, tem que dá o máximo de si, buscar formas diferentes de ensinar e mostrar o conteúdo à criança, não deve esquecer que estamos lidando com crianças e não adultos, pois as crianças são diferentes nos pensamentos, nas atitudes e, principalmente, no raciocínio.

Tem que se trabalhar de acordo com o que ela possa aprender e entender em um dado momento de aprendizagem, mesmo sendo difícil, tem que ter paciência e buscar por estratégias capazes de chamar e prender a atenção da criança. O professor também pode investir em brincadeiras nas aulas remotas, potencializando o que a criança vai aprender ali naquele momento.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa se inscreve e explora o método da pesquisa de revisão bibliográfica de natureza qualitativo-interpretativista, uma vez que, através de um levantamento teórico nas literaturas especializadas, tais como livros, artigos, dissertações e teses reunimos algumas informações pertinentes à estruturação e sustentação inerentes a conceitos relativos aos desafios da educação infantil frente ao novo cenário do ensino remoto.

Dessa maneira, o percurso teórico-metodológico que traçamos intenta expor argumentos e levantar discussões profícuas que promova reflexões procurando respostas e explicações para o tema pesquisa, objetivando contribuir para uma melhor compreensão dos impactos do distanciamento social, mediante a suspensão das atividades pedagógicas presenciais, em especial, no contexto da Educação Infantil.

Segundo Minayo (1995):

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1995, p.21-22)

Procuramos, portanto, indicar direções que motivassem a exploração reflexiva e analítica para que chegássemos em uma descrição coerente dos impactos da pandemia que se apresentaram diretamente relacionados à qualidade do desenvolvimento das crianças na Educação Infantil, especialmente àquelas ligadas à aprendizagem da criança. Os esforços investigativos que aplicamos nesta pesquisa tiveram a intenção, fundamentalmente, de levantar discussões pertinentes a uma compreensão mais ampla do tema e, com isso, oportunamente contribuir para futuras pesquisas acadêmicas que ampliem esse entendimento incipiente que apresentamos em termos de resultados.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nos dias atuais, o conceito que temos de infância perpassa, grosso modo, a construção quase linear delas de um perfil de criança bastante diferente das que víamos há algumas décadas atrás. Elas se transformaram em sujeitos da aprendizagem, que se engajam em um processo colaborativo de construção de novos conhecimentos, a partir do desenvolvimento de habilidades e competências.

Permanece, no entanto, a crença comum acerca da criança compreendida pelas coisas que lhes ajudam a desenvolver suas habilidades relativas aos processos de interação, às descobertas do mundo ao seu redor, a partir das experiências sensoriais (como visão, audição, olfato, paladar e tato), dando-lhes a sustentação para um desenvolvimento pleno e consistente a partir da escolarização.

Nossa sociedade hoje tem incorporado os avanços que dela se esperava, mas fica aquém das reais necessidades sociais quando percebemos os verdadeiros interesses socioeconômicos que existem por trás dos movimentos sociais e os impactos negativos de representativa significação para a formação no psicossocial das crianças.

Até hoje, elas são tidas como sujeitos de extensão cognitiva limitada, incapazes de ressignificar o mundo a partir de um modelo abstrato. A mãe está

sempre ali, como figura tutora, revestida pela sociedade de dignidade e respeito. Quando analisamos esta figura, quando a deixamos descoberta, suas particularidades e o que existe no tocante às suas limitações cognitivas, pensar em uma educação formal tutoriada exclusivamente pela mãe parece uma atitude relativamente questionável em termos de qualidade.

Nesse contexto, Mendonça (2012) chama a atenção, quanto à importância de uma educação básica pautada na atuação de profissionais especializados, partindo de

[...] a necessidade de promover o processo humanizador da criança. Esse processo requer e implica em um projeto de educação infantil fundamentado em um conceito de educação para a vida, pois ele dará os recursos cognitivos iniciais para o pleno desenvolvimento da vida da criança. (MENDONÇA, 2013, p. 42).

A visão macro que a sociedade tinha da criança, e que perdurar por muitos séculos, quando enfim chegou a era moderna, foi revista a partir das transformações sociais impostas pela na revolução industrial, que provocou mudanças profundas no cenário político, econômico e social, especialmente na separação entre o estado e a religião, com a inclinação para ressurgimento do estado laico.

Sendo a escola a instituição responsável por atender as demandas sociais quanto ao processo de desenvolvimento de habilidades e competências das novas gerações, tanto no sentido da preparação de mão de obra especializada para o mercado de trabalho, quanto de sujeitos capazes de pensar os problemas sociais na busca por soluções que melhorem as condições de vida de todos, recai sobre essa o peso de uma responsabilidade que, na realidade, deve ser compartilhada com todos os segmentos sociais.

A sociedade precisa entender que as crianças se desenvolvem a partir das interações com adultos e com seus pares infantis, assim como também com objetos e com o mundo que as cerca. Essa realidade parece evidenciar a especificidade do fazer pedagógico que se configura para além da simples oferta de uma educação infantil assistencialista, lugar onde as famílias deixam suas crianças enquanto trabalham.

A Educação Infantil, pois, “[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, p. 1). Assim, permanece a responsabilidade familiar no tocante ao processo de formação

nos valores éticos e morais, enquanto à escola cabe o desenvolvimento de habilidades e a formação de competências para a atuação consciente na vida política, econômica e social como um todo.

O contexto da pandemia do COVID-19 impõe profundas transformações, ainda que temporárias, com relação à Educação Básica, nas redes de ensino pública e particular, especialmente para todo o corpo docente das escolas que, da noite para o dia, viram-se na necessidade de se adaptar à nova realidade de ensino remoto emergencial.

Na Educação Infantil, a estratégia que tem se mostrado mais produtiva nesses tempos de isolamento e distanciamento social em função da pandemia do novo Coronavírus parece ser propor atividades que se desenvolvam no contexto do lúdico, pois “[...] a interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças” (BRASIL, 2017, p. 35).

Espera-se, dessa forma, que a criança tenha a oportunidade de viver, ainda que remotamente, na segurança do seu ambiente residencial, as mais diversas situações de aprendizagem que eventualmente vivenciaria nos espaços escolares, permanecendo o objetivo de estimular o desenvolvimento das suas habilidades, a partir da exploração consciente e planejada a partir das suas potencialidades emergentes das brincadeiras e situações diversas de interações cotidianas com adultos e outras crianças do núcleo familiar.

O que nos parece mais urgente após cerca de dezoito meses de suspensão das atividades presenciais de ensino é pensar, com a necessária seriedade que o tema demanda, em estratégias para garantir a manutenção dos vínculos afetivos entre professore(a)s e demais profissionais da educação com as crianças e suas famílias.

Depois desse significativo tempo de experiências vividas no modelo remoto de ensino, podemos dizer que já se tem dados suficientes para conduzir uma relativa avaliação das condições de trabalho e dos desafios enfrentados pelos profissionais da educação. Em grande parte, esses profissionais enfrentaram um contexto de profundas transformações sozinhos, sem o necessário suporte institucional e social, lidando com cobranças que não refletiam as condições

formativas em que estes sujeitos foram devolvidos à sociedade e inseridos no mercado de trabalho após a conclusão do curso de graduação.

No entanto, o desejo de contribuir para o processo de ensino aprendizagem de seus alunos moveu, sem sombra de dúvidas, esses profissionais a procurar, através da experimentação, que resultou em muitos erros, mas também outros muitos acertos, soluções criativas para a manutenção do processo de ensino aprendizagem, garantindo, fundamentalmente, a proteção à saúde, preservando a vida dos familiares adultos e de suas crianças, sem abandonar a missão de garantir o acesso das crianças ao patrimônio cultural social que só a escola tem condições de promover de maneira planejada e monitorada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões acerca dos desafios enfrentados pela educação infantil no novo cenário do ensino remoto imposto pela pandemia do novo Coronavírus estão, sem sombra de dúvida, ainda estão muito no começo, aja vista se tratar de uma nova experiência de vida para todas as gerações, ainda que se considere o fato de que esta não foi a primeira pandemia que a humanidade enfrentou. Mas, afinal, nenhuma pandemia é igual a outra, de maneira que a experiência de um cenário pandêmico, não necessariamente, resulta em mudanças comportamentais significativas para que se evitem novos episódios dessa natureza.

O que nos pareceu evidente ao longo desta pesquisa é que, no contexto da educação formal, as metodologias adotadas para o ensino remoto têm suas eficiências relativamente comprovadas quando aplicadas aos alunos, mesmo remotamente, se observadas condições mínimas de estrutura física domiciliar e de habilidades e competências necessárias à adoção das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

Nesse contexto, faz-se necessário chamar a atenção para o papel relevante do educador na aplicação de novos saberes. Recai sobre este profissional, enquanto principal agente mediador, a responsabilidade de planejar os momentos de ensino aprendizagem considerando a seleção de recursos e ferramentas digitais para a estruturação e proposição de atividades pedagógicas, sem esquecer que essa fase da educação demanda uma abordagem mais lúdica enquanto estratégia pedagógica

para a manutenção da natural curiosidade da idade e o necessário engajamento na realização das atividades que resultarão na construção de novos conhecimentos.

No entanto, a falta de apoio das instituições públicas responsáveis pelo planejamento e gestão dos sistemas municipais e estaduais de educação resulta no enfrentamento de dificuldades para se alcançar o objetivo da prática pedagógica: o sucesso na transmissão de saberes às crianças.

Sabemos que na educação remota, o suporte técnico-material que o professor nem sempre teve em sala de aula impactou significativamente no desenvolver de suas atividades. Via de regra, a sociedade costuma comungar da crença de que a responsabilidade por estimular a atenção, a percepção, a criatividade dentre outros fatores envolvidos no processo de ensino aprendizagem é exclusivamente do professor.

Esse grande equívoco faz com que a pressão social sobre o profissional da educação pese demasiadamente, aumentando o estresse emocional, gerando ansiedade e provocando, muitas das vezes, doenças psicossomáticas que levam ao afastamento desse profissional da sala de aula (física ou remota), impactando negativamente na qualidade do ensino e, portanto, dos resultados alcançados.

Entendemos, e enfatizamos aqui, que a criança deve ter a oportunidade de desenvolver as múltiplas habilidades demandadas pelas sociedades modernas, especialmente aquelas naturais desta fase da vida. Neste contexto, quando falamos de educação remoto emergencial precisamos levar em consideração que se trata de um meio de garantir a manutenção do direito ao acesso e permanência na escola, mas que devolverá as crianças ao necessário convívio social tão logo as condições de segurança sanitárias possam ser asseguradas pelo poder público.

No entanto, enquanto perdurar o necessário distanciamento social, todos os sujeitos envolvidos direta ou indiretamente com o processo de ensino aprendizagem precisam planejar adequadamente o material a ser utilizado para a construção de novos saberes, principalmente quando se sabe que a primeira ferramenta pedagógica nesta direção foi o livro didático.

Cabe ainda dizer que estamos num limiar onde tudo converge para a inserção e aplicação de novas metodologias baseadas nas NTICs, aplicadas pelo professor ao longo de todo o processo de ensino aprendizagem, posto que este profissional,

além de um dom natural, tem um talento para a transmissão de saberes aos discentes.

Assim, a experiência de conhecer as crianças é, de fato, muito importante para traçar estratégias de ensino que deem conta de motivar e gerar engajamento nas atividades pedagógicas propostas em tempos de isolamento e distanciamento social. As crianças são seres curiosos por natureza, que demonstram no seu agir perspicácia e muita inteligência, chamando especial atenção pelas coisas que fazem.

Essa natural inclinação para aprendizado deve ser explorada, portanto, através de estratégias pedagógicas baseadas na ludicidade no processo de ensino aprendizagem. É possível entender que quando se educa, se cuida, e é assim que acreditamos ser o correto, devemos cuidar das crianças e oferecer a elas uma educação de qualidade, com esforços, sem limitar o nosso melhor como professores.

As atividades que os professores fazem devem ser contextualizada às realidades das crianças, lembrando que as atividades lúdicas na educação infantil não podem parar, pelo contrário, devem ser redobradas a cada aula online, a cada interação com os alunos, e a família apesar, das atividades já impostas, devem se manter mais presentes nesses momentos de interação professor-aluno, e assim, vice versa.

Dessa forma, o ensino ficará melhor e mais divertido fazendo com que as crianças aprendam um pouco mais do que está sendo transmitido por trás da tela virtual. As crianças passam a valorizar mais a educação com o apoio da família e interesse da mesma em ajuda-lo. Não devemos esquecer que o lúdico nunca deve faltar, pois, por mais que seja pouco tempo de aula, ele ajudara a criança com experiências como o mundo de uma forma geral.

Por fim, vale ressaltar que os educadores devem ter cuidado nesse período, para não exigir tanto dos alunos, e até mesmo da família, já que ambos estão vivenciando esse momento tão delicado, e muitos têm a carga horária de trabalho bem elevada, assim deve ter cuidado com as atividades e trabalhos online, lembrar que a criança por si só, não tem uma mente muito aberta para assimilar muitos conteúdos de uma vez só.

REFERÊNCIAS

- PEREIRA JR., Lucimar da Silva; MACHADO, Joana Bartolomeu. **Educação Infantil em tempos de pandemia**: desafios no ensino remoto emergencial ao trabalhar com jogos e brincadeiras. Revista Educação Pública, v. 21, nº 6, 23 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/6/educacao-infantil-em-tempos-depandemia-desafios-no-ensino-remoto-emergencial-ao-trabalhar-com-jogos-e-brincadeiras>. Acesso em: 02.Ago.2021.
- MENDONÇA, Fernando Wolff. **Teoria e Prática na Educação Infantil**. Maringá, PR: UNICESUMAR, 2013.
- BEHAR, Patrícia el.al. **O ensino remoto e a educação a distância**. 2020
- MAHONEY, Abigail Alvarenga. **A constituição da pessoa**: desenvolvimento e aprendizagem: Afetividade no processo de ensino aprendizagem In: MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. (Org.). A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon. São Paulo: Loyola, 2004. p. 13-24.
- MORAN, J. M. **Educação a distância**: Pontos e contratempos (2011)
- OLIVEIRA, Vera Barros de (org) **a brincadeira e o desenvolvimento**
GONÇALVES, E. M. R.; BRITO, A. L. F. de. Ensino remoto na Educação Infantil em tempos de pandemia: reflexões acerca das novas formas de ensinar. Revista Práxis, v. 12, n. 1 (Sup.), dezembro, 2020. Disponível em: <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/praxis/article/download/3505/2702>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.
- MAHONEY, A. A. **Contribuições de H. Wallon para a reflexão sobre as questões educacionais**. In V.S. Placco (Org.), Psicologia & Educação: Revendo contribuições (pp. 9-32). São Paulo: Educ, 2002.
- KUHLMANN JR, Moisés. **Educando a Infância Brasileira**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2011. p. 469-496.
- DIAS, Elaine. **Revista educação e Linguagem**. Artigos- ISSN1984-3437. Vol.7, nº1, 2013.
- BRASIL, LDB. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <www.mec.gov.br>. Acesso em 08 maio de 2015.
- NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa-características, usos e possibilidades**. Disponível em://<http://www.ed.fea.usp.br/C03-art06>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.
- SALOMÃO, H.A.S.; MARTINI, M. **A importância do lúdico na Educação Infantil**: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado, 2007. Disponível em:<<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0358.pdf>>. Acesso em: 17 de agosto de 2011.

KEFTA, Silvana. **Metodologia de Ensino e Educação Infantil**: Algumas Considerações Sobre a Trajetória da Escola Infantil no Brasil. 2011.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

OLIVEIRA, V. B. de. **A brincadeira e o desenho da criança de zero a seis anos**: uma avaliação psicopedagógica. Revista Criança. MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

OLIVEIRA, V. M. **O que é educação física**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

